

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODRIGO SEEFELD

“PARA BOM ENTENDEDOR, MEIA PALAVRA BASTA!?”:
UM ESTUDO SOBRE AS NARRATIVAS PRODUZIDAS POR AGENTES DE MÍDIA
NA TRADUÇÃO DO PAPEL DOS ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO LAVA JATO

CURITIBA

2019

RODRIGO SEEFELD

“PARA BOM ENTENDEDOR, MEIA PALAVRA BASTA!?”:
UM ESTUDO SOBRE AS NARRATIVAS PRODUZIDAS POR AGENTES DE MÍDIA
NA TRADUÇÃO DO PAPEL DOS ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO LAVA JATO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Área de Concentração em Estratégia e Organizações, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Natália Rese

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Seefeld, Rodrigo

“Para bom entendedor, meia palavra basta!?”: Um estudo sobre as narrativas produzidas por agentes de mídia na tradução do papel dos envolvidos na Operação Lava Jato/ Rodrigo Seefeld. - 2019.

157 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Natália Rese.

Defesa: Curitiba, 2019

1. Mídia. 2. Tradução. 3. Narrativa. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. II. Rese, Natália. III. Título.

CDD 302.23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO -
40001016025P6

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ADMINISTRAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RODRIGO SEEFELD** intitulada: "**PARA BOM ENTENDEDOR, MEIA PALAVRA BASTA?!**": **UM ESTUDO SOBRE AS NARRATIVAS PRODUZIDAS POR AGENTES DE MÍDIA NA TRADUÇÃO DO PAPEL DOS ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO LAVA JATO**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua A PROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Fevereiro de 2019.

NATÁLIA REZE

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

KARINA DE DÉA ROGLIO

Avaliador Interno (UFPR)

CRISTIANO DE OLIVEIRA MACIEL

Avaliador Externo (PUC/PR)

Dedico este trabalho a todos os colegas e companheiros de jornada acadêmica que, em meio a muitos desafios e trabalho duro, reconhecem a importância da pesquisa científica e do fazer ciência. Além deles, dedico-o, de igual forma, aos meus amigos e familiares mais chegados, que por mim, genuinamente, sempre torceram.

AGRADECIMENTOS

À UFPR, em especial ao Programa de Pós-graduação em Administração, que me possibilitou, enquanto estudante, ter contato com a academia e me fez acreditar que a educação e a pesquisa são os meios capazes de mudar uma realidade.

A minha estimada orientadora Professora Doutora Natália Rese pelos ensinamentos, orientação e por sempre acreditar em mim. Muita gratidão.

À Professora Doutora Karina de Déa Róglio, coordenadora do Grupo de Pesquisa Estratégia e Decisão, com quem tive o prazer de ter aulas e pelas suas valiosas lições.

À Professora Doutora Camila Camargo, coordenadora do curso de Administração Pública da UFPR na modalidade à distância, a quem sou muito grato por me permitir fazer parte deste projeto desde o início do mestrado.

A todos os demais professores do Programa de Pós-graduação em Administração da UFPR com quem eu tive a oportunidade de aprender, discutir, compartilhar e crescer como pessoa e estudante.

Aos Professores membros da banca de defesa, Professora Doutora Karina de Déa Róglio e Professor Doutor Cristiano de Oliveira Maciel, meus sinceros agradecimentos por terem aceito o convite e por avaliarem o trabalho.

A Rosa Liliana Asencios Melgarejo com quem tive o prazer de dividir o mestrado, angústias e momentos de alegria.

A Wladimir Denkewski pela parceria e amizade durante esse tempo de convivência no mestrado.

A Jéssica Cristina Ceni pelos trabalhos juntos realizados e pelos projetos futuros.

Aos demais colegas do Programa de Pós-graduação em Administração da UFPR pelo convívio, discussões e aprendizados.

Ao estimado Guilherme Goulart Righetto por todos os conselhos e pelo companheirismo durante todo o processo.

À querida Nádia Cristina Brach pela amizade verdadeira, por sempre estar presente e pelos votos sinceros.

À querida amiga Jorlene Maria Salomé Kultchek pela amizade, cumplicidade e pelas sempre gentis palavras.

A minha prima Andrea Michaela Krelling Sohn e a sua família por me acolherem no início desta caminhada no mestrado. Sem vocês, eu não conseguiria.

Aos meus pais e irmã que, mesmo distantes, nunca deixaram de torcer e acreditar em mim e a Deus, que do alto tudo vê, por todas as oportunidades, bênçãos concedidas e o cuidado durante todo o caminho.

Finalmente, à CAPES pelo suporte financeiro e pelo fomento à pesquisa durante a realização do mestrado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Não existe absurdo que não encontre o seu porta-voz.”

F. W. J. Schelling

RESUMO

Escândalos corporativos trazem à tona práticas de má conduta, evidenciando ações praticadas tanto por indivíduos quanto por organizações (PALMER, 2012). A má conduta é um amplo tema de estudos, porém não apresenta uma definição única. Face a sua pluralidade (GREVE; PALMER, BOZNER, 2010), o conceito utilizado nesta pesquisa será o do *wrongdoing* organizacional (PALMER, 2012). Para esse conceito, há duas perspectivas: uma anormal e outra normal, nas quais se inserem comportamentos dentro de um dado contexto social. A mídia, diante disso, figura como uma agente de controle social e um agente de tradução, negociando informações acerca dos escândalos corporativos (CLEMENTE; DURAND; PORAC, 2016), a partir de suas narrativas (CZARNIAWSKA, 1997). Face a esse contexto, o objetivo da pesquisa é analisar como a mídia, a partir de suas narrativas, traduz o papel dos envolvidos em um caso de *wrongdoing* organizacional, representado pela Operação Lava Jato. Justifica-se a pesquisa pela compreensão da mídia como agente de controle social, atuando no julgamento e estruturação dos escândalos corporativos e na tradução dos seus envolvidos, a partir das narrativas emitidas. Muitos estudos no campo do *wrongdoing* privilegiam o nível micro, mas poucas o meso e macro. Nesse sentido, entender como o contexto macro direciona e leva a resultados de *wrongdoing* é uma premissa para a realização desta pesquisa. Outrossim, esta pesquisa contribui para o entendimento da influência do contexto para a dinâmica organizacional e das práticas que resultam em *wrongdoing*, assim como a posição da mídia neste processo. Tem-se, ainda, a compreensão das narrativas para a negociação dos sentidos dentro do processo de tradução. A finalidade prática está associada ao uso da mídia e das narrativas para a negociação e ressignificação de eventos do cotidiano. A pesquisa assume uma abordagem qualitativa e é caracterizada pela causalidade para a investigação dos fenômenos. Quanto à temporalidade, a pesquisa é transversal com aproximação longitudinal, correspondendo o período de 17 de março de 2014 à 30 de novembro de 2018. A estratégia utilizada foi a pesquisa narrativa. Foram utilizados para a coleta de dados, dados considerados secundários a partir do conteúdo on-line das Revistas Carta Capital, Veja e Exame. A coleta nesses veículos se deu pela escolha das menções da Operação Lava Jato e/ou aos seus possíveis envolvidos nas capas destes veículos, dado o alcance e a visibilidade das mesmas. Realizou-se, a partir dos dados coletados, três etapas de apreensão, sendo analisados 218 edições e 3556 páginas. A análise de dados debruçou-se na proposta de Shuman (2012) baseando-se em seis pontos para análise das narrativas. Para validar e dar credibilidade ao percurso metodológico, utilizou-se os critérios de *trustworthiness* idealizados por Lincoln e Guba (1985), a saber: credibilidade, transferabilidade, dependabilidade e confirmabilidade. Em relação à análise dos dados da pesquisa para cada uma das três revistas, descreveu a Operação Lava Jato e os seus envolvidos; caracterizou-se o seu papel; apontou-se o foco da política editorial e analisaram-se as narrativas emergentes. Ao todo foram identificadas quatro narrativas, duas para a Revista Carta Capital, uma a Revista Veja e uma para a Exame. Como resultado, identificou-se que o sentido negociado pelos veículos midiáticos está relacionado à responsabilidade dos envolvidos frente a seus papéis no esquema investigado pela Operação Lava Jato.

Palavras-chave: Operação Lava Jato. *Wrongdoing*. Mídia. Tradução. Narrativas.

ABSTRACT

Corporate scandals expose practices of misconduct, evidencing actions by both individuals and organizations (PALMER, 2012). Misconduct is a great topic of study, not having a single definition. The concept used in this research will be the organizational wrongdoing (PALMER, 2012). For this concept, there are two perspectives: one abnormal and one normal, in which behaviors are inserted within a given social context. The media, face to it, figures as an agent of social control and an agent of translation, negotiating information about corporate scandals CLEMENTE; DURAND; PORAC, 2016), from its narratives (CZARNIAWSKA, 1997). In this context, the objective of the research is to analyze how the media, from their narratives, translates the role of those involved in a case of organizational wrongdoing, represented by Operação Lava Jato. It justifies a search for the understanding of the media as an agent of social control, acting and structuring the corporate scandals and in its own application, from the narratives issued. Many studies on the field do a priori the micro level, but the meso and macro. In this sense, the sense as a macro context directs and leads to the wrong results is a premise for an accomplishment of this research. Also, this research is incute to the understanding of the influence of the context of the organizational and the practice that results in wrongdoing, such as to the state of the process this. It also has an understanding of the narratives for a negotiation of the senses within the translation process. The practical indication is related to the use of media and the narratives for a negotiation and resignification of everyday events. The research takes a qualitative approach and is characterized by causality for a research of phenomena. As for temporality, the research is transversal with a longitudinal approximation, corresponding to the period from March 17, 2014 to November 30, 2018. The strategy used was narrative research. Data were considered secondary data from the online content of Carta Capital, Veja and Exame magazines. The collection in these vehicles was due to the choice of the references of Operação Lava Jato and / or to their possible involved in the covers of these vehicles, given their reach and their visibility. Three stages of seizure were analyzed, being analyzed 218 issues and 3556 pages. The data analysis was based on Shuman's proposal (2012) based on six points for narrative analysis. In order to validate and give credibility to the methodological path, the trustworthiness criteria proposed by Lincoln and Guba (1985) were used: credibility, transferability, dependability and confirmability. The limitations of the research encompassed the use of news only magazine's cover; to the collected period, that is, only data were collected from the outbreak of the operation, not before; and, finally, the interpretations and perceptions of the researcher himself. Regarding the analysis of the research data for each of the three journals, he described Operação Lava Jato and its stakeholders; their role was characterized; the focus of the editorial policies was analyzed and the emergent narratives were analyzed. In all, four narratives were identified, two for Carta Capital, one for Veja and one for Exame magazine. As a result, it was identified that the meaning negotiated by media vehicles is related to the responsibility of those involved in their roles in the scheme investigated by Operation Lava Jato.

Keywords: Operação Lava Jato. *Wrongdoing*. Media. Translation. Narratives.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PROCESSO DE TRADUÇÃO.....	45
FIGURA 2 – TIPOLOGIA DE ESTÓRIAS ORGANIZACIONAIS	53
FIGURA 3 – ENTRELACEMENTO DO ARGUMENTO TEÓRICO.....	63

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ABORDAGENS DISCURSIVAS PARA TRADUÇÃO E MUDANÇA ...	46
QUADRO 2 – CAUSAS DO <i>WRONGDOING</i> COMO FENÔMENO NORMAL.....	62
QUADRO 3 – RESUMO DAS ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	73
QUADRO 4 – RESUMO DAS ETAPAS DE LEITURA	76
QUADRO 5 – PROPOSTA DE ANÁLISE NARRATIVA	77
QUADRO 6 – <i>FRAMEWORK</i> DE ANÁLISE ESTRUTURAL DE NARRATIVA.....	79

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS DA PESQUISA	21
1.1.1	Objetivo geral	21
1.1.2	Objetivos específicos.....	21
1.2	JUSTIFICATIVA TEÓRICO-PRÁTICA.....	22
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	26
2	REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1	O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE.....	28
2.2	O SURGIMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DO INSTITUCIONALISMO ORGANIZACIONAL.....	33
2.2.1	O institucionalismo organizacional sob a tradição escandinava	40
2.2.2	A perspectiva da tradução, seus conceitos e características	41
2.3	AS NARRATIVAS E O ATO DE CONTAR ESTÓRIAS	48
2.4	OS ESCÂNDALOS CORPORATIVOS SOB A PERSPECTIVA DO <i>WRONGDOING</i> ORGANIZACIONAL.....	55
2.5	ENTRELAÇAMENTO DO ARGUMENTO TEÓRICO	63
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	66
3.1	PROBLEMA DE PESQUISA	66
3.1.1	Perguntas de pesquisa.....	66
3.2	DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	67
3.2.1	Níveis de análise e unidade de análise	67
3.2.2	Definição constitutiva e formas de apreensão	67
3.2.3	Definição de outros termos relevantes	70
3.3	CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA	71
3.4	COLETA DOS DADOS.....	73
3.5	ANÁLISE DOS DADOS	76
3.6	VALIDADE E CONFIABILIDADE.....	79
3.7	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	81
4	APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	82
4.1	DESCREVENDO A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS SEUS ENVOLVIDOS.....	82
4.1.1	Revista Carta Capital.....	82
4.1.2	Revista Veja	86

4.1.3	Revista Exame	88
4.2	CARACTERIZANDO O PAPEL DOS ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO LAVA JATO	93
4.2.1	Revista Carta Capital.....	95
4.2.2	Revista Veja	96
4.2.3	Revista Exame	97
4.3	APONTANDO O FOCO DA POLÍTICA EDITORIAL DOS VEÍCULOS MUDIÁTICOS.....	99
4.3.1	Revista Carta Capital.....	100
4.3.2	Revista Veja	100
4.3.3	Revista Exame	101
4.4	ANALISANDO AS NARRATIVAS EMERGENTES DOS VEÍCULOS MUDIÁTICOS.....	101
4.4.1	Revista Carta Capital.....	102
4.4.1.1	A Operação Lava Jato é um instrumento que busca erradicar a impunidade, punindo seus corruptores, tornando assim o país mais justo	103
4.4.1.2	A Operação Lava Jato é um artifício criado para atingir e desmantelar o governo vigente	110
4.4.2	Revista Veja	114
4.4.2.1	A Operação Lava Jato desvelou o maior escândalo de corrupção do país, expondo uma rede de corrupção entre empresas e partidos políticos, que beneficiou o governo da época, prendeu um ex-presidente e levou ao <i>impeachment</i> de outro	114
4.4.3	Revista Exame	122
4.4.3.1	A corrupção é uma prática repudiável e maléfica à economia, às empresas e à sociedade	122
4.5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	126
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICE – REFERÊNCIAS DAS REPORTAGENS UTILIZADAS	154

1 INTRODUÇÃO

Episódios de corrupção, fraudes, lavagem de dinheiro, pagamentos de propina e outras ações ilícitas trouxeram à tona escândalos corporativos envolvendo grandes corporações e personalidades do mundo corporativo, evidenciando ações de má conduta praticadas por indivíduos e pelas organizações, episódios que têm ganhado notabilidade pública especialmente a partir dos anos 2000 com a ampliação dos acessos à informação. (GREVE; PALMER; POZNER, 2010; POBERSCHNIGG; MEDEIROS, 2017).

A má conduta é um amplo tema de estudos – não havendo consenso acerca de sua própria definição (GREVE; PALMER; POZNER, 2010). O termo envolve pesquisas relacionadas à moralidade, crimes de colarinho branco, crimes financeiros, irresponsabilidade corporativa, danos ao patrimônio, ao sistema financeiro e aos *stakeholders* e aos crimes e práticas de corrupção de um modo geral (BRODY; KIEHL, 2010; FILSTAD; GOTTSCHALK, 2012; BARNETT, 2014; DOBOVŠEK; SLAK, 2015; SHADNAM; LAWRENCE, 2015; CUERVO-CAZURA, 2016; DAVIES; OLMEDO-CIFUENTES, 2016; MANNING; ALTEBY, 2016; MENA; RINTAMÄKI; FLEMING; SPICER, 2016; PALMER, SMITH-CROWE, GREENWOOD, 2016; POBERSCHNIGG; MEDEIROS, 2017). Em razão dessa pluralidade, as explicações sobre o fenômeno e as perspectivas de análise são variadas (GREVE; PALMER, POZNER, 2010).

Palmer (2012) desenvolveu a abordagem do *wrongdoing* organizacional para tratar da má conduta. Por definição, o *wrongdoing* organizacional é uma transgressão ao que se considera certo ou errado (POLLOCK; MISHINA; SEO, 2016), a partir do julgamento de um agente de controle social responsável por determinar, e por compartilhar em um contexto, o que se entende por aceitável ou não (GREVE; PALMER; POZNER, 2010). Nesta abordagem, a má conduta pode ser avaliada de acordo com três categorias: (1) leis e legislação vigente, (2) princípios de ordem ética e (3) práticas de responsabilidade social (PALMER, 2012).

O *wrongdoing* organizacional subdivide-se em duas perspectivas: a primeira, que considera o *wrongdoing* como anormal, descrevendo-o como relativo a eventos raros e anômalos no contexto das práticas organizacionais, no sentido da realização de condutas que violam os padrões considerados socialmente aceitos (PALMER, 2012). No entanto, sob a perspectiva da análise institucional, a perspectiva normal do *wrongdoing* organizacional contrapõe-se à perspectiva anormal (PALMER, 2013),

evidenciando uma linha de discussão que apresenta o *wrongdoing* como fruto de uma série de práticas consideradas adequadas no campo das organizações, mas que em sua radicalização podem levar ao *wrongdoing* como resultado. Diante disso, sob a perspectiva do *wrongdoing* organizacional como fenômeno anormal, escolhas racionais e aspectos culturais são elencadas como as causas inerentes à anormalidade (PALMER, 2012). Com relação à perspectiva normal, Palmer (2012) aponta como causas basilares os sistemas administrativos, a influência social situacional, a estrutura de poder, o comportamento acidental e o controle social. O autor ressalta, ainda, que a única causa comum em ambas as perspectivas é a relacionada às decisões éticas. Apesar das causas possuírem diferenças, ambas as perspectivas reconhecem que os comportamentos que dão origem aos processos de *wrongdoing* organizacional se perpetuam a partir dos indivíduos que compõem as organizações, mais especificamente oriundos de sua coletividade (PALMER, 2012).

De forma exemplificativa – e, nesse sentido, evidentemente reducionista – se considerarmos, por exemplo, o pagamento de propina em um determinado contexto organizacional, pela perspectiva anormal do *wrongdoing* isso geralmente é analisado como um comportamento desviante do indivíduo, encontrando explicações inclusive em seus traços de personalidade. Por outro lado, a perspectiva normal do *wrongdoing*, evidencia um olhar organizacional, procurando compreender quais mecanismos do próprio “jogo” organizacional sustentam o surgimento desse tipo de conduta. Em alguma medida, nesse exemplo, observam-se evidências de que o pagamento de propina é tanto uma regra do jogo que acaba entrando dentro da própria estrutura formal da organização.

Nesse sentido, surgem questões importantes tais como: quando e em que bases uma conduta anormal passa a ser normalizada? Que mecanismos organizacionais permitem esse comportamento normalizado? Que agentes de controle social podem arbitrar sobre a normalidade e a anormalidade? Como esses agentes se posicionam diante da revelação do anormal em um fluxo considerado normal até certo momento? O contexto brasileiro, por sua vez, parece rico em elementos que enaltecem essas questões para análise. Assim sendo, o fenômeno não é mais visto como uma anormalidade, fruto da ação somente de mentes criminosas, mas considerado um resultado – habitualmente considerado normal – frente às exigências e preceitos do contexto (PALMER, 2012).

Faz-se necessário demarcar claramente – já que a interpretação semântica das palavras “normal” e “anormal” tomadas fora da discussão pode levar a entendimentos equivocados – que o uso das palavras “normal” e “anormal” não figuram aqui como um juízo de valor, admitindo no trabalho que o *wrongdoing* é algo aceito, que possui anuência ou justificativa. Muito diferente disso: ao trabalhar com uma perspectiva categórica de “*normal wrongdoing*”, busca-se demarcar uma perspectiva que compreende que o resultado de má-conduta não é a realização do projeto de um sujeito isolado responsável por arquitetar todo um esquema, mas encontra explicações nas práticas cotidianas e no exercício profissional ordinário de sujeitos envolvidos em um contexto de exigência por resultados e muitas práticas organizacionais fragmentadas. Nesse sentido, entende-se que discutir e compreender esses contextos possibilita que não se tome o *wrongdoing* somente a partir da perspectiva da exceção e do extraordinário; se o assim o feito, também entende-se que o caso de *wrongdoing* é algo isolado, que permite remediação, punição e responsabilização e que a partir disso não mais ocorrerá.

No entanto, evidencia-se que – basta observar os desastres de Mariana e de Brumadinho – é urgente compreender o contexto das práticas cotidianas e do exercício profissional ordinário que engendram o *wrongdoing* como algo normal, parte de estruturas, relações e práticas habituais dos contextos organizacionais, para a partir disso produzir algum tipo de resultado diferente em relação ao tratamento desse tipo de resultado desviante. E esse é um ponto importante: o resultado é desviante, mas a configuração de práticas, relações e estruturas parece ser mais normal do que as explicações pautadas na personalidade doentia de indivíduos têm sido capazes de demonstrar. Portanto, reconhece-se, o papel do contexto e das práticas e comportamentos institucionalizados que fomentam as ações e atos de *wrongdoing* organizacional, motivando os indivíduos a perpetuar tais práticas consideradas ilícitas pela sociedade, fora da normalidade socialmente aceita.

Para os fins desta pesquisa, o evento caracterizado como *wrongdoing* organizacional é a Operação Lava Jato deflagrada pela Polícia Federal do Brasil, iniciada em 17 de março de 2014. A Operação investiga um complexo e amplo esquema de corrupção na estatal brasileira Petrobrás e as relações envolvendo empreiteiras brasileiras, políticos, partidos políticos e agentes públicos. Seu nome faz referência aos primórdios do esquema em uma rede de postos de combustíveis e de

lava a jato de veículos na capital Brasília, utilizada inicialmente para movimentação de dinheiro ilícito. (POLÍCIA FEDERAL, 2018).

A operação teve início com a investigação do doleiro Alberto Youssef e de suas empresas, que movimentaram bilhões de reais no Brasil e no exterior. O mesmo mantinha negócios com Paulo Roberto da Costa, diretor da Petrobras, com empreiteiras e políticos. A partir de sua prisão e acompanhando o rumo da Operação Lava Jato, estreitou-se as investigações às empresas participantes do esquema dentre as quais listam-se: Odebrecht, OAS, Camargo Correa, Engevix, Andrade Gutierrez, JBS, entre outras. Durante as investigações, descobriu-se que a propina era recebida por funcionários da Petrobras, os quais a destinavam para políticos, citando apenas alguns, incluindo neste rol José Dirceu, Fernando Collor de Mello, Delcídio do Amaral, Eduardo Cunha, Sérgio Cabral além dos ex-presidentes Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Por conseguinte, não é objetivo desta pesquisa descrever todos os envolvidos e evidenciar o fluxo final dos recursos desviados no esquema, mas os principais agentes que permitam o entendimento de como suas práticas e ações – em virtude dos papéis desempenhados – resultaram em *wrongdoing* organizacional.

Escândalos corporativos, a exemplo da Operação Lava Jato, recebem usualmente muita atenção dos diversos veículos midiáticos, que os controlam, organizam, disseminam e os expõem à sociedade (CLEMENTE; DURAND; PORAC, 2016). Por conseguinte, a mídia possui uma posição central quanto à criação e estruturação da mensagem apresentada ao grande público a respeito de um escândalo corporativo (GREVE; PALMER, POZNER, 2010), de forma que possibilite – além de dar um sentido e criar uma percepção que possam ser apreendidos e compartilhados pela coletividade (HEPP, 2016) – retratar os acontecimentos e elementos constituintes de um escândalo, dando a eles uma interpretação própria e permitindo que a sociedade faça o mesmo (DIJCK; POELL, 2013). Ela figura, diante disso, como um importante agente de controle social.

A concepção de que a mídia assume o papel de agente de controle social é embasada na lógica da mesma (OLSSON; ERIKSSON, 2016). Diante de tal afirmação, entende-se que ela opera com força e expressão próprias, caracterizando e julgando ações, práticas e atos como socialmente aceitos dentro de um contexto (BERGER; LUCKMAN, 2003). Frente a isso, a mídia expõe, caracteriza, julga e dissemina quais mitos (MEYER; ROWAN, 1977) bem como quais comportamentos e

ações, como disposto anteriormente, são considerados aceitáveis, e quais não, dentro de um contexto social, guiando e orientando a conduta de indivíduos e organizações. Muitas vezes, esses mitos são vistos como soluções aos problemas organizacionais (BOXEMBAUM; JOHNSON, 2017), uma vez que a mídia torna-se o meio para interpretar e buscar soluções para os problemas do cotidiano, podendo inclusive reconfigurar a realidade social (KLINGER; SVENSSON, 2014).

Outrossim, a mídia torna-se um agente de controle social, aproximando-se do papel de instituição (MICHELSEN; KROGH, 2016), capaz de julgar comportamentos, práticas e ações com a finalidade de ordenar o funcionamento da realidade social e a conduta dos indivíduos e organizações. Salienta-se, no entanto, que o entendimento da mídia como agente de controle social não parte de uma premissa de estratificação dos agentes componentes do contexto institucional, tampouco da suposição de uma intermediação midiática entre as instituições e esses agentes. Considera-se, nesse sentido, que todos atuam dentro do mesmo ambiente, não havendo diferenciação entre a posição de um ou outro agente, haja vista que operam no mesmo nível dentro da realidade social.

A sociedade, nesse contexto, tem experimentado um período de profunda midiaticização (COULDRY; HEPP, 2017; HASEBRINK; HEPP, 2017). Tal processo associa a mídia às transformações sociais, culturais e a posiciona na construção da realidade social (HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015). A partir desse entendimento, tem-se não mais apenas uma realidade socialmente construída (BERGER; LUCKMAN, 2003), mas sim mediada. Isto é, a construção da realidade passa por um processo de mediação a partir da onipresença da mídia nos processos interativos, processo esse potencializado a partir de seus aparatos tecnológicos e dos diversos canais de comunicação (COULDRY; HEPP, 2017).

A visão usualmente retratada pela mídia é condizente com a vertente construtivista social da midiaticização¹ que a insere nas relações cotidianas e nas práticas de comunicação diárias (HEPP, 2013; MICHELSEN; KROGH, 2016). A

¹ O termo midiaticização merece um esclarecimento, pois não deve ser confundido como mediação. De acordo com Couldry e Hepp (2017, p. 35, tradução nossa): “enquanto mediação refere-se ao processo de comunicação em geral – isto é, a forma como a comunicação baseada na tecnologia envolve a mediação contínua da produção de significados [...] – a midiaticização descreve os processos de transformação e mudança de ordem superior em toda a sociedade que resultam da mediação em todos os níveis de interação. [...] Midiaticização é, em resumo, um meta processo [...], um processo de mudança processo de mudança na forma como os processos sociais acontecem através da mídia e são articulados em padrões organizacionais ainda mais complexos”.

vertente construtivista não é única, há também a vertente intitulada institucional que está relacionada ao caráter institucional da mídia e a sua posição enquanto uma instituição constituída de regras, de lógica própria e de normas, regendo a conduta de agentes, organizações, indivíduos as suas regras institucionalizadas (MICHELSEN; KROGH, 2016).

Couldry e Hepp (2017) argumentam que o mundo social e a realidade cotidiana são construídos, com base em vários padrões de práticas institucionalizados. Para os autores, a comunicação “como uma prática de construção de sentido é o coração de como o mundo social é construído como significativo, enquanto a mídia e sua infraestrutura tornam-se cada vez mais cruciais para as práticas comunicativas cotidianas” (COUDRY; HEPP, 2017, p. 27, tradução nossa) e para a interação humana.

Considerando, portanto, a mídia – e sua infraestrutura – como um agente capaz de aproximar, conectar, mediar a interação humana de forma relevante no contexto contemporâneo, admite-se que a mesma seja uma ferramenta de difusão de ideias e padrões institucionalmente aceitos (BOXEMBAUM; JOHNSON, 2017): “pensar sobre o mundo social e seus diferentes domínios como ‘midiatizados’ significa apreender que sua construção envolve práticas de comunicação que são, por sua vez, moldadas por processos de institucionalização e materialização de longo prazo sobre os quais nos referimos como mídia” (COUDRY; HEPP, 2017, p. 33, tradução nossa).

A partir deste posicionamento, as ideias circulam em decorrência da veiculação midiática e adquirem, em decorrência do contexto, um significado diferente (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996). Esse movimento pelo qual as ideias circulam é explicado pelas discussões da tradição escandinava do institucionalismo organizacional (CZARNIAWSKA; SEVÓN, 1996; BOXEMBAUM; PEDERSEN, 2009). Nessa perspectiva ideias, práticas, ações circulam em um dado contexto e passam por uma negociação de sentido, isto é, adquirem novos sentidos a partir de cada elemento que o reproduz (WEDLIN; SAHLIN, 2017).

Esse movimento no qual as ideias ganham novos sentidos, dentro dos estudos escandinavos do institucionalismo organizacional, é chamado de tradução (CZARNIAWSKA; SEVÓN, 1996; SAHLIN; WEDLIN, 2008; WEDLIN; SAHLIN, 2017). A tradução é caracterizada pelo contínuo processo pelo qual as ideias circulam, movimentam-se e ganham influências de cada editor, ou tradutor, durante o processo em um determinado tempo e espaço (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996). Assim

sendo, a mídia e a sua infraestrutura apresentam-se como meios fundamentais ao processo de tradução, de modo que suas narrativas sejam o meio para expressar, noticiar e apresentar essas ideias (re)significadas (CZARNIAWSKA, 1997).

A mídia, nesse contexto, a partir de seus variados canais, veículos e meios de comunicação, negocia tais significados, no sentido que uma mesma mensagem pode apresentar diferentes versões com base no foco editorial, experiências e *background* dos seus editores, contexto e versões apresentadas, bem como na intenção comunicativa e na articulação de significados, de diferentes aspectos estruturais e de elementos materiais. A partir desse entendimento, visualiza-se a relevância da pesquisa em tela, dado que a comunicação, como uma prática de construção de sentido, faz-se central na forma como a realidade social é construída e imbuída de significados, ao passo que a mídia e seus aparatos tornaram-se ferramentas cruciais, de forma cada vez mais crescente, para a comunicação dessas práticas no cotidiano (COULDRY; HEPP, 2017).

Sobre isso, a dita verdade expressa por cada canal midiático expressa um sentido às informações e ao noticiamento sobre um dado escândalo corporativo e seus eventos. No entanto, ressalta-se que não é objetivo desta pesquisa exprimir uma versão da verdade acerca da Operação Lava Jato, mas sim, analisar como as versões a respeito do papel dos diferentes envolvidos são negociadas e adquirem sentidos e significados a partir dos veículos midiáticos a serem analisados. Entende-se isso como relevante para o entendimento das organizações uma vez que suas práticas organizativas não se restringem somente ao contexto do campo organizacional, mas permeiam um contexto muito mais amplo, em que na contemporaneidade, e de forma quase imediata, a sociedade em geral tem acesso, opina, e de alguma forma sanciona e sentencia as ações organizacionais que chegam instantaneamente aos ouvidos de toda uma sociedade: a midiatização colocou as organizações em um contexto quase de *reality show*, em que muitos acompanham em tempo real seus “feitos e (de)/(des)feitos”.

As narrativas, diante do exposto, apresentam-se com os meios para a criação dos sentidos e significados (CORVELLEC, 2015), tornando-se uma forma de captar a realidade social (CZARNIAWSKA, 2011). As narrativas enfatizam a compreensão de fatos em forma de histórias que permitem entender uma dada realidade, acontecimentos como os escândalos corporativos ou ainda situações diversas que sejam introduzidas em um dado contexto (FENTON; LANGLEY, 2011; DE LA VILLE;

MOUNOUD, 2015). Ainda, evidencia-se que as narrativas são meios para interpretar tais eventos durante o sequenciamento de suas várias fases (VAARA, 2002), a partir de textos, conversas, histórias e outros meios (VAARA; SONENSHEIN; BOJE, 2015) com fins de conhecer as consequência e ações de um dado fato (SEAL; MATTIMOE, 2016). Deste modo, dado o argumento e as explicações anteriormente delineadas, apresenta-se como problema de pesquisa: como a mídia, a partir de suas narrativas, traduz o papel dos envolvidos em um caso de *wrongdoing* organizacional? Para tanto, a fim de alcançar resposta ao presente problema, seguem apontados os objetivos da pesquisa.

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Os objetivos da pesquisa apresentam a intenção da realização de um estudo, transmitindo o seu escopo e as suas principais ideias para investigação (COLLIS; HUSSEY, 2005; CRESWELL, 2010). A pesquisa, dessa forma, inicia-se com o objetivo geral, mais amplo e vinculado ao propósito geral do estudo, para na sequência refiná-lo em objetivos específicos, mais concretos e atrelados ao alcance do objetivo geral (MARKONI; LAKATOS, 2007). Os objetivos geral e específicos desta pesquisa encontram-se dispostos a seguir.

1.1.1 Objetivo geral

Em razão do problema de pesquisa anteriormente apresentado, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a mídia, a partir de suas narrativas, traduz o papel dos envolvidos em um caso de *wrongdoing* organizacional, representado neste estudo pela Operação Lava Jato. Para o seu alcance foram estabelecidos objetivos específicos, os quais seguem.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos da pesquisa estão dispostos abaixo:

- a. Descrever o caso de *wrongdoing* organizacional e os seus envolvidos;
- b. Caracterizar o(s) papel(is) dos envolvidos no caso de *wrongdoing* organizacional;

- c. Apontar o foco da política editorial dos canais midiáticos que noticiam o caso de *wrongdoing* organizacional; e
- d. Analisar as narrativas que emergem da mídia na tradução do caso de *wrongdoing* organizacional.

1.2 JUSTIFICATIVA TEÓRICO-PRÁTICA

Sob a concepção de que a realidade não é apenas socialmente construída (BERGER; LUCKMAN, 2003), mas também mediada, verifica-se que em decorrência dos densos processos de midiatização que atingem à sociedade, a forma das relações e interações sociais mudou (COULDRY; HEPP, 2017). Diante dessa concepção, na atual sociedade da informação, busca-se entender como a mídia, em suas mais diversas expressões, possibilita a construção da realidade ao passo que as interações dos indivíduos são baseadas nela bem como é utilizada na comunicação e interação com essa realidade (HEPP, 2013; HEPP; ROITSCH; BERG, 2016; COULDRY; HEPP, 2017).

É papel da mídia, portanto, ordenar as relações que envolvem a construção da realidade social dando sentido às ações e conduta dentro dessa realidade (COULDRY; HEPP, 2017). Não obstante, a mídia possui lógica própria (OLSSON; ERIKSSON, 2016) capaz de julgar e determinar padrões de comportamentos e ações dentro do meio institucional, aproximando-se ela própria ao papel de instituição (MICHELSEN; KROGH, 2016), agindo como importante agente de controle social. Diante disso, uma das motivações da realização desta pesquisa é compreender como a mídia assume esse papel face à realidade e às interações sociais, pontuando a sua atuação face aos eventos ou fatos inesperados, como os escândalos corporativos.

A respeito dos escândalos corporativos, os quais são contextualizados e expostos à sociedade pela mídia (CLEMENTE; DURAND; PORAC, 2016), que também os evidencia e os acresce de sentidos (HEPP, 2016), uma outra motivação está relacionada ao seu estudo sob a perspectiva do *wrongdoing* organizacional (PALMER, 2012; PALMER, 2013) e ao engrandecimento deste campo de atuação. Nesse contexto, trabalhos sobre o comportamento ético e sua associação à má conduta são recentes, com a predominância da utilização de teorias ligadas aos indivíduos para a explicação dos comportamentos que levam a má conduta, ao passo que poucas são as pesquisas que tratam dos níveis meso e macro em relação ao

entendimento do *wrongdoing* (PALMER, SMITH-CROWE; GREENWOOD, 2016). Portanto, não se considera somente os comportamentos individuais para os atos de *wrongdoing*, mas, sobretudo, a existência de um amplo contexto que influencie seus processos (PALMER, 2012).

A respeito do amplo contexto, mencionado no parágrafo anterior, faz-se necessário pesquisas que expliquem como uma denominada, e absorvida “regra do jogo” é disseminada no campo das organizações, orientando e direcionando comportamentos desviantes, que em sua prática isolada são tidos como anormais perante um código socialmente aceito de condutas. Nesse sentido, ao evidenciar que comportamentos normais, no sentido de serem suportados por um sistema regente estando sob a influência do contexto institucional, podem levar a resultados de *wrongdoing* admite-se uma perspectiva para a execução do estudo, uma vez que, a institucionalização dessas ações, corroboram para a manutenção desses comportamentos naquele contexto (PALMER, 2012).

Outrossim, este trabalho visa empreender esforços para compreender a personificação dessas práticas no tangente à atuação dos indivíduos – praticando as ações nas organizações e executando a dita “regra do jogo”. Sendo assim, evidencia-se a necessidade de conhecer e interpretar o contexto das práticas e comportamentos que levam às transgressões serem consideradas normais, partes integrantes do jogo organizacional, compondo a denominada regra do jogo – já mencionada. Deste modo, objetiva-se contribuir fomentando o conhecimento de que, ao impor às organizações desafios ou contradições – retratados inclusive por casos de *wrongdoing* – essas práticas institucionalizadas influenciam e alteram ações, atividades e processos organizacionais (CLEMENTE; DURAND; PORAC, 2016). Além do mais, cita-se que evidenciar como essas práticas encontram-se engendradas, mostra-se interessante para os fins dessa pesquisa.

Ademais, parte-se nesta pesquisa do entendimento que indivíduos e organizações são influenciadas e regidas por instituições presentes e atuantes em um campo institucional (SCOTT, 2008), desenvolvendo interesses, identidades, habilidades, comportamentos dentro desse campo, contexto social, em grande parte devido as ideias que circulam nesse meio (WEDLIN; SAHLIN, 2017). Esse movimento de circulação de ideias e negociação de sentidos é condizente à tradução, vertente de entendimento escandinavo do institucionalismo organizacional, em que as ideias são difundidas em um contexto podendo operar com diversos significados

(CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996; SAHLIN; WEDLIN, 2008; WEDLIN; SAHLIN, 2017).

Desta maneira, ressalta-se a necessidade de entendimento do como as ideias são traduzidas, formatadas e alteradas neste processo (SAHLIN; WEDLIN, 2008), de maneira que uma justificativa deste estudo esteja relacionado à compreensão do processo de edição – tradução (WEDLIN; SAHLIN, 2017) – dos veículos midiáticos ao se depararem com um mesmo episódio de escândalo corporativo. Indaga-se, por exemplo, quais são as ideias disseminadas em cada um dos veículos? Quais os seus posicionamentos? De que maneira o escândalo é tratado? Quem assume a culpa? Há uma inversão de informações? Ou ainda, existe um consenso? Estes são apenas alguns dos questionamentos que incitam a realização desta pesquisa.

As narrativas, inseridas nesse contexto, são consideradas no processo de tradução meios de expressão, noticiamento e explicação das ideias traduzidas (CZARNIAWSKA, 1997) e utilizadas na difusão das ideias (SAHLIN; WEDLIN, 2008; WEDLIN; SAHLIN, 2017). Nesse sentido, como prática comunicativa pode dialogar e construir um senso coletivo expresso sob várias formas (HÖYKINPURO; ROPO, 2014). A partir disso, apreende-se que o estudo das narrativas mostra-se pertinente para o campo das organizações, haja vista que são utilizadas para a interpretação e criação de sentidos em face de uma situação ou caso (VAARA, 2002), aqui claramente representado pela Operação Lava Jato.

Em relação ao caráter prático, sua contribuição repousa na compreensão da mídia como uma ferramenta de tradução das ideias (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996). Ressalta-se, porém, que não são apenas ideias as passíveis de tradução, mas, estando em acordo com o objetivo desta pesquisa, também papeis, atuações, envolvimento, posicionamentos, visões sobre comportamentos, ações e práticas, evidenciando uma ampla gama de possibilidades para sua utilização e em vários contextos.

A respeito disso, pode-se observar que a partir de um mesmo acontecimento, como a Operação Lava Jato, muitas podem ser as expressões desses escândalos e as formas de noticiá-lo perante os vários agentes midiáticos. Não obstante, o posicionamento e o foco da política editorial (ROSINHA, 1989) dos veículos são indicadores ideológicos dessa expressão e fornecem um indício do teor dos apontamentos vindouros. Em relação a isso, aponta-se que possuir o conhecimento acerca disso possibilita direcionar temas de interesse que permitam identificar e

atender uma audiência, que consumirá os escritos e as suas ideias traduzidas – negociadas.

Ainda, outra motivação para a realização deste estudo está relacionada a escolha do caso de *wrongdoing* organizacional, representado pela Operação Lava Jato. Desde a sua deflagração em 17 de março de 2014 até 30 de novembro de 2018, data final para a coleta dos dados, foram identificados, em uma primeira aproximação, que cerca de 40% das edições da Revista Carta Capital mencionavam a Lava Jato e/ou seus envolvidos; na Revista Veja aproximadamente 56% e em torno de 22% na Revista Exame. Diante desses dados, inferiu-se que o “assunto” Operação Lava Jato obteve repercussão nesses veículos e julgou-se interessante e pertinente a escolha deste caso de *wrongdoing*.

As narrativas, nessa conjuntura, utilizadas como forma de declaração, expressão e disseminação das informações provenientes dos mais diversos veículos midiáticos, são consideradas como o meio para que a criação de posicionamento e ideias sejam possíveis (CZARNIASWKA, 1997). Admite-se, contudo, que seu estudo possa tornar acessível o entendimento da dinâmica de comunicação e da criação dos sentidos a partir de um escândalo corporativo (CLEMENTE; DURAND; PORAC, 2016), propondo a compreensão de como isso acontece.

Além disso, por fim, faz-se necessário considerar a importância prática do como os escândalos corporativos (COFFEE, 2005), e demais práticas de má conduta (OLIVEIRA, 2015) associadas ao declínio de alguns indicadores financeiros e condições econômicas das organizações envolvidas nestes escândalos (BASTOS; ROSA; PIMENTA, 2016), têm permitido a criação e o aprimoramento de políticas e práticas de gestão e a formação de gestores durante o processo dos escândalos, na tentativa de “normalizar” comportamentos considerados éticos e corretos – julgados como práticas aceitáveis pelo agente de controle social. Ressalta-se, mais uma vez, que os comportamentos considerados adequados, não são os que fazem parte das “regras do jogo”, fruto das práticas normalizadas institucionalmente que levam a atos de *wrongdoing*, mas sim de comportamentos que sejam considerados corretos e, de certa forma, avessos às práticas vigentes, assumindo-se que os comportamentos de *wrongdoing* são desviantes não apenas por traços de personalidade, mas sim em função de uma conjuntura institucional gere e influencia o indivíduos e organizações (PALMER, 2012).

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa está estruturada em capítulos, contando, além desta introdução, com o referencial teórico apresentado na sequência. Logo após, está o capítulo que se refere aos procedimentos metodológicos, com o delineamento do percurso metodológico. Subsequentemente, tem-se a análise e a discussão dos resultados. Por fim, apresentam-se as considerações finais, as referências e o apêndice.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico abrange as principais referências teóricas, conceitos e discussões que servem de base e fundamento para o entendimento do estudo proposto em relação ao seu problema de pesquisa e objetivos (CRESWELL, 2010). Neste contexto, o capítulo inicia tratando da importância da mídia na construção da realidade social, descrevendo e apontando as características da midiaticização e como a mídia possui uma lógica que permite interpretar e entender a realidade. Por meio dela, uma realidade é construída a partir de sua mediação, que sob as suas várias faces pode-se fazê-la conhecer.

Posteriormente, é abordado o institucionalismo organizacional, a partir de seu surgimento e de suas características. Nesta seção, salienta-se o papel das instituições no processo de construção social da realidade social e como essa realidade é concebida e interpretada por meio delas. Neste mesmo tópico, distingue-se o velho e o novo institucionalismo, partindo-se, dessa forma, para a apresentação da tradição escandinava do institucionalismo organizacional, o qual possui raízes no novo institucionalismo. É nesta perspectiva que se delinea a tradução pela vertente escandinava como um processo de negociação de significados e sentidos à medida que as ideias se movem de um lugar a outro.

Dando continuidade, em seguida, trata-se das narrativas e do ato de contar histórias. Parte do processo de tradução é realizado pelo ato de contar, narrar. Desse modo, nesta seção, descreve-se a origem dos estudos sobre narrativas a partir da virada narrativa e apontam-se as características das narrativas e do *storytelling* como formas de criar e construir significados a partir de uma sequência contada de fatos delimitados em um espaço e tempo para disseminar entendimentos a serem compartilhados coletivamente.

Encerrando capítulo do referencial teórico, finalmente, expõe-se sobre os escândalos corporativos e a perspectiva do *wrongdoing* organizacional. Nesta perspectiva, os escândalos serão compreendidos por aquela perspectiva a partir do entendimento de que existe um agente de controle social que direciona o sentido de quais práticas são e quais não são aceitáveis dentro de uma realidade. Sendo assim, a partir desse entendimento há elementos que caracterizam e contextualizam o *wrongdoing* como uma prática que pode ser considerada um fenômeno normal bem

como um fenômeno anormal exercida tanto pelos indivíduos quanto pelas organizações.

As delimitações acerca do referencial para esta pesquisa seguem dispostas a seguir.

2.1 O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

A sociedade, de um modo geral, presencia hoje um profundo processo de midiaticização (COULDRY; HEPP, 2017; HASEBRINK; HEPP, 2017), onde a mídia deixou de ser apenas um meio para a divulgação de informações e conhecimentos dos mais diversos assuntos e interesses. Nesta nova dinâmica, há muito mais acontecendo na comunicação do que apenas uma troca de informações, visto que o meio tem influência no processo de emissão e recepção das mensagens enviadas e disseminadas pela mídia (MULDER, 2006).

Sobre isso, McLuhan (1966) enfatiza e ressalta que o meio é a mensagem, sendo o meio o responsável por moldar e controlar as formas de interação e associação humanas. O meio é parte do processo de emissão, transmissão, expressão de mensagens, sendo ele uma influência dentro do processo comunicativo. Por conseguinte, tem-se que a mídia passa a considerar o conteúdo expresso e captado pelo meio em que determinado fato se encontra, disseminando os aspectos sociais ou de qualquer outra natureza.

Diante desta temática, McLuhan (1966, p. 8, tradução nossa) destaca que em todas as mídias

o "conteúdo" de qualquer meio é sempre outro meio. O conteúdo da escrita é discurso, assim como a palavra escrita é o conteúdo da impressão, e a impressão é o conteúdo do telégrafo. Se for perguntado: "Qual é o conteúdo da fala?", É necessário dizer: "É um processo real de pensamento, que é em si não verbal".

A mídia, portanto, incorpora o conteúdo do meio e de suas extensões, sendo a sua mensagem influenciada por aquele (MCLUHAN, 1966). Desse modo, a comunicação midiática não é linear, caracterizando a mensagem enviada por um emissor para um receptor, mas dotada de múltiplas influências advindas do contexto. Reconhece-se, portanto, a importância da mídia diante dos processos de comunicação que possibilitam inter-relacionar mídia, contexto, cultura e sociedade

(HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015). Dessa forma, a mídia engloba as mudanças provenientes da comunicação que são resultados de uma lógica que permite interpretar e visualizar diversos tipos de contextos (DIJCK; POELL, 2013).

Nesta nova dinâmica, a mídia assume papel relevante na construção da própria realidade social (COULDRY; HEPP, 2017), assim como na expressão do contexto institucional (MAES; GUARIDO FILHO; COSTA, 2018). No tangente à construção da realidade social, Berger e Luckman (2003) explicam que a mesma é socialmente construída. Essa visão, no entanto, é complementada por Couldry e Hepp (2017), enfatizando que a mídia e os processos comunicativos fomentam a construção da realidade social que passa então a ser mediada, sendo utilizada para que a realidade seja construída, reconhecida e, também, influenciada. Neste contexto de mudanças, as relações sociais passam a se dar por conta da mídia e a realidade é construída pelo seu relacionamento com a mídia e os fenômenos comunicativos ligados a ela (HEPP; ROITSCH; BERG, 2016).

Couldry e Hepp (2017) destacam, nesse sentido, que a construção da realidade baseia-se nas mídias e tecnologias que permitem a comunicação dos indivíduos e o conhecer de determinada realidade, bem como sua estruturação em atividades e afazeres diários. A formação, pois, do mundo social está envolta nesses processos de comunicação, pelos quais as práticas passam a se fazer conhecidas, guiando os comportamentos e dando sentido a elas, compondo e construindo o mundo social (HEPP, 2013). O desenvolvimento, pois, das práticas comunicativas impõe nova relação com a construção da realidade, de modo que a comunicação atue como um agente que permite influenciar os variados papéis da vida cotidiana, a linguagem utilizada e as ações que possibilitam o entender dos signos, símbolos e demais componentes que demonstrem a importância da comunicação para a construção e reconhecimento de uma realidade que faz sentido (KNOBLAUCH; 2013).

Hepp (2013), Hepp (2016) e Michelsen e Krogh (2016) em adição argumentam sobre o papel da mídia como meio habilitador e influenciador das atividades sociais. Nesse sentido, tem-se que (1) o mundo social considera uma relação intersubjetiva entre os vários agentes dentro da realidade social, tais quais se utilizam da mídia e suas tecnologias para comunicarem-se, desenvolver um entendimento acerca do mundo social que passa a ser, então, interpretado e identificar as ações e reflexões decorrentes das mídias de massas e das plataformas que permitem a representar as relações sociais; (2) a construção do mundo social é uma atividade diária, a qual é

percebida como sendo mediada, isto é, há uma intrínseca e inseparável ligação com a utilização da mídia que fomenta e possibilita, diante das oportunidades de conexão e relacionamentos, afirmar que a vida diária é midiaticizada; e, (3) o mundo social é diferente em vários domínios, isto é, a realidade não subsiste apenas em um único domínio ou conjunto de atividades diárias, pois cada domínio é caracterizado por uma gama compartilhada de práticas diferentes em cada realidade, sendo a mídia uma estimulante, provendo diversos recursos simbólicos, e também um suporte às relações por meio da comunicação (KNOBLAUCH; 2013; OLSSON; ERIKSSON, 2016; COULDRY; HEPP, 2017).

Diante de tal contexto, tem-se, portanto, que as relações estão envoltas em uma realidade diária com participação e inter-relação com a mídia que desempenha um papel de ordenar a complexidade social, moldando a forma de criação da construção da realidade, que passa a fazer sentido, a partir da interação midiática com a coletividade, passando, desse modo, a desempenhar função de ordenamento do mundo social, possibilitando uma ampla concepção do entendimento e dos sentidos da realidade social (COULDRY; HEPP, 2017; HASEBRINK; HEPP, 2017).

Há outros fatores que estão relacionados à construção do mundo social, que como discutido acima, é dada pela articulação de práticas da vida diárias e articulada pela mídia por meio da interação com a televisão, rádio, internet e outros meios comunicativos, corroborando para a criação de uma coletividade imaginada (HEPP, 2016; HASEBRINK; HEPP, 2017). Ademais, é preciso considerar que há uma esfera material e simbólica que não pode ser esquecida (HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015; COULDRY; HEPP, 2017), pois a partir dessas o ambiente institucional pode ser reconhecido (HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015). Os recursos materiais mediam a interação diária e fomentam a ação dos atores, e fazem as instituições serem reconhecidas, por apresentarem as regras, normas e valores que orientam e guiam os comportamentos dos agentes, atores e organizações de uma determinada realidade (HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015; COULDRY; HEPP, 2017).

A comunicação, todavia, é pressuposto para que a construção de uma realidade ocorra, estando ela relacionada à intensidade da vida social e das relações dos indivíduos entre si com a utilização das várias possibilidades de mídia que se apresentam (COULDRY; HEPP, 2017). Esta correlação da construção social com a mídia faz parte do que alguns autores chamam de midiaticização (HEPP, 2013;

DEACON; STANYER, 2014; HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015; MICHELSEN; KROGH, 2016).

A midiatização é um dos conceitos envolvendo a mídia e os estudos relacionados à comunicação (DEACON; STANYER, 2014), implicando em um processo de mudança cultural, social e nas chamadas mídias de massa (HEPP, 2013; HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015). É um modo de entender como as transformações da realidade social estão relacionadas às influências midiáticas e comunicativas, que acompanharam o crescimento e a dependência da tecnologia e da mídia (HEPP, 2013; COULDRY; HEPP, 2017).

Há duas vertentes de estudo em relação a midiatização e suas influências uma institucional e outra construtivista social (DEACON; STANYER, 2014; HEPP, 2013; MICHELSEN; KROGH, 2016; COULDRY; HEPP, 2017). Na visão institucional, a midiatização é um processo social em que agentes e demais atores adaptam-se às regras, lógicas e limites da mídia (DEACON; STANYER, 2014), em uma dinâmica onde esses se utilizam dos recursos midiáticos para o próprio favorecimento (HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015). A mídia, assim, é considerada uma instituição com regras e normas próprias que pressiona a adaptação de diferentes campos, sistemas e organizações as suas regras institucionalizadas (MICHELSEN; KROGH, 2016). Esta tradição foca nas mídias de massa e nas lógicas que a governam (HEPP, 2013).

A visão construtivista social foca nas práticas e na imersão da mídia na vida cotidiana (MICHELSEN; KROGH, 2016), em processos que visam relacionar as transformações no campo da mídia, cultura e sociedade pelas práticas de comunicação diárias (HEPP, 2013; MICHELSEN; KROGH, 2016). É uma abordagem com enfoque na mídia digital e nos processos pessoais de comunicação que modificam a construção comunicativa da cultura e da realidade social (HEPP, 2013).

Diante disso, a midiatização é considerada um processo que possibilita interpretar e conhecer as formas como a mídias e as comunicações impactam os vários domínios do conhecimento, permitindo a discussão entre os vários influenciadores da realidade social e das práticas comunicativas (HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015). É um conceito, pois, que suporta análises críticas tanto em relação às mudanças na mídia e comunicação, como na cultura e na sociedade (HEPP; 2013; HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015; COULDRY; HEPP, 2017).

Hepp (2013), em adição, enfatiza que a mídia não pode ser tomada com um fenômeno isolado, mas como formas complexas de comunicação que estão

associadas às partes da vida e inculcadas nas relações que vão além da comunicação. É, contudo, um processo de mudança, que envolve as ações comunicativas, e que está ligada aos movimentos e fluxos midiáticos, proporcionando uma transformação na vida cotidiana e na construção da identidade, relações sociais, economia, democracia e, também, na cultura e sociedade de modo geral (KROTZ; HEPP, 2013). Tem-se, portanto, que os fenômenos de midiaticização são essenciais para a criação de estruturas institucionais (HEPP, 2013), pois, por meio da ação da mídia, o funcionamento das instituições passa a ser conhecida, bem como suas práticas, regras e normas.

Em momentos de grande midiaticização em que os meios midiáticos possibilitam o conhecer, o interpretar e o construir diante do contexto e realidade, observa-se o grande interesse em pesquisas que tratem da mídia como um fenômeno institucional pela atuação na vida cotidiana e pelas influências em domínios sociais que são impactados pela mídia e os meios de comunicação (HEPP, 2013; COULDRY; HEPP, 2017; HASEBRINK; HEPP, 2017). A dinâmica da mídia perpassa o contexto organizacional e fornece os meios para moldar as atividades organizacionais ao mesmo tempo que promovem desenvolvimento e mudança pela utilização da mídia e suas tecnologias (PALLAS; FREDRIKSSON; WEDLIN, 2016).

Nesse sentido, o termo “lógica da mídia” advém de estudos sobre a influência da mídia para a constituição não só da realidade social mas da descoberta das lógicas institucionais que orientam e apresentam valores e regras às organizações (MAGIN, 2015; PALLAS; FREDRIKSSON; WEDLIN, 2016). A partir do reconhecimento das lógicas institucionais (WALDORF, 2013; THORNTON, 2015), estudos realizados a partir desses conceitos evidenciam que a tradução de tais lógicas é possível pela mídia e sua lógica midiática (TAKENS; ATTEVELDT; HOOF; KLEINNIJENHUIS, 2013; MAGIN, 2015; WAERAAS; NIELSEN, 2016).

Olsson e Eriksson (2016) argumentam que a ideia da lógica da mídia está interligada à midiaticização (HEPP, 2013; KROTZ; HEPP, 2013; HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015; COULDRY; HEPP, 2017). A mídia, dessa maneira, deixa de ser vista como uma ferramenta passiva de comunicação, mas uma instituição composta de regras, normas, crenças que possui força para fazer os atores se adequarem as lógicas que as constituem (OLSSON; ERIKSSON, 2016).

Ademais, ainda, Klinger e Svensson (2014) apontam que a mídia é também uma força social capaz de constituir e reconfigurar a realidade social atuando tanto na

realidade organizacional quanto no cotidiano dos indivíduos. Faz-se necessário salientar que a lógica da mídia, dessa forma, é a abordagem que aborda os diversos problemas e situações institucionais, sendo a mídia, portanto, responsável pela interpretação e solução das questões emergentes (KLINGER; SVENSSON, 2014).

Deste modo, ao conhecer as lógicas da mídia é possível definir a configuração de ideias, normas, princípios, rotinas e demais atividades que permitem a direção das atividades organizacionais (TAKENS et al., 2013; PALLAS; FREDRIKSSON; WEDLIN, 2016). Conforme as organizações relacionam-se e utilizam-se da mídia, verifica-se a internalização de princípios e diretrizes institucionais corroborando com a concepção de que as lógicas podem ser interpretadas pela mídia estando as organizações imersas e sofrendo a influência dos campos institucionais e de suas lógicas (PALLAS; FREDRIKSSON; WEDLIN, 2016; OLSSON; ERIKSSON, 2016).

Takens et al. (2013) ressaltam que a lógica da mídia, que influencia, pressiona, rege e guia as atividades e ações, não é composta apenas de valores. A mídia, portanto, tornou-se uma forma importante de comunicação ao possibilitar mudanças em diferentes campos, seja na política, nos esportes, na cultura e, sobretudo, nos negócios (PALLAS; FREDRIKSSON; WEDLIN, 2016), de forma que seja possível a construção da realidade e o entendimento do mundo social quando as organizações e atores interagem entre si recorrendo a mídia como meio (HEPP; 2013; HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015; HASEBRINK; HEPP, 2017).

2.2 O SURGIMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DO INSTITUCIONALISMO ORGANIZACIONAL

Os primórdios do institucionalismo organizacional estão associados à teoria econômica, à política e à sociológica e, em sua concepção inicial, se propunha a entender as relações dos indivíduos em sociedade. Nesta época, poucos eram os estudos que tratavam as organizações como formas institucionais ou destinaram atenção para a forma como as instituições formavam coleções de organizações. (SCOTT, 2008).

Historicamente, o interesse pelo estudo do institucionalismo organizacional e a sua importância para o contexto organizacional, teve início na década de 1940, período com escassos estudos relacionados às instituições como modeladores da vida social e das organizações. Tais interesses de estudos persistiram nas duas

décadas seguintes e passaram a caracterizar o chamado velho institucionalismo, isto é, o institucionalismo em suas primeiras abordagens, com ênfase em pesquisas destinadas à análise das organizações em relação a seus campos institucionais e o papel das instituições na integração das organizações. (SCOTT, 2008).

Esta perspectiva do institucionalismo enfatizou o papel das normas e dos processos de socialização na concepção da realidade social, que é delimitada e forjada pelo ambiente com pouca ação por parte dos atores, os quais eram limitados e orientados pela racionalidade (MEYER, 2017). As instituições, neste contexto, eram vistas como coleções de regras correspondendo a um conjunto de significados e interpretações (CZARNIAWSKA, 2008).

A consideração acerca da relação das instituições e organizações passa a fazer parte das abordagens dos modelos de Merton e Selznick, de Parson e a Carnegie School durante meados das décadas de 1960 e 1970, em que se reconhece que as instituições promovem estabilidade, ordem e manutenção ao sistema social e organizações (SCOTT, 2008). Em consonância, na década de 1970, os estudos de Meyer e Rowan (1977) a partir de uma macro perspectiva enfatizaram o papel da modernidade na racionalização de regras *taken-for-granted* que levaram ao isomorfismo das estruturas formais das organizações que emergiram a partir de contextos institucionalizados. Assim, destacam os autores, as organizações para manterem-se atuantes deveriam adaptar-se às demandas ambientais institucionais como parte do esforço para a legitimação de suas ações e atividades. No mesmo momento, Zucker (1977) propôs uma análise partindo de uma perspectiva micro, focando no aspecto cultural como requisito para a análise institucional e a sua influência na institucionalização. (THORNTON; OCASIO, 2008).

O institucionalismo organizacional, dessa forma, passa ser considerado uma continuação da revolução intelectual que introduziu o conceito de sistemas abertos para o campo dos estudos organizacionais, reconhecendo a existência de forças sociais que influenciam, direcionam e moldam comportamentos e ações organizacionais (CARVALHO; CUNHA; LIMA; CARSTENS, 2017). Sendo assim, é considerada uma perspectiva teórica associada a questões *taken-for-granted* e que são centrais na ação e vida sociais (ZUCKER, 1987), de forma que a sociedade, portanto, passa a ser concebida como um produto social, em que indivíduos no decorrer de suas interações a constroem a partir de crenças, normas e valores

compartilhados, criando assim um conhecimento compartilhado (BERGER; LUCKMAN, 2003).

As instituições, diante disto, são concebidas como construções sociais que adquirem o *status* de legitimidade e possibilitam a influência das estruturas sociais com impactos nos atores que fazem parte do ambiente institucional (MODELL; VINNARI; LUKKA, 2017). Existem apenas enquanto forem poderosas o suficiente para determinar comportamentos, crenças de indivíduos, grupos, organizações e sociedades (LAWRENCE, 2008). Uma outra concepção aponta que instituições são estruturas sociais composta de regras, normas e valores que orientam e direcionam os comportamentos dos atores e das organizações, ao mesmo tempo que limitam e controlam as suas escolhas (KRELL; MATOOK; ROHDE, 2016).

A definição de Scott (2008) consiste em considerar as instituições como composições de elementos regulativos, normativos e cognitivos-culturais que, associados a recursos e atividades, promovem e possibilitam estabilidade e dão significados a vida social. Segundo o autor, esses três pilares fomentam o conceito de instituições e são importantes para o seu entendimento. Isto posto, o pilar normativo está relacionado ao arranjo de normas que especificam e direcionam ações; o pilar regulativo está associado às regras que limitam e regularizam comportamentos individuais e organizacionais; e, por fim, o cognitivo-cultural, conjunto de valores, crenças, símbolos e gestos cujos sentidos e significados são mantidos pela interação que dão propósito ao funcionamento a vida e interação sociais.

Lawrence e Dover (2015) pontuam que a concepção do conceito de instituição envolve considerar padrões de atividades e padrões simbólicos que estão enraizados na sociedade, de modo que o papel de seus atores, sejam eles indivíduos, grupos ou organizações, possa influenciar, alterar ou transformar as ideias, comportamentos e símbolos institucionalizados por meio da institucionalização.

A institucionalização é o processo de criação de uma instituição e é decorrente de três momentos diferentes: a habitualização, objetificação e sedimentação (BERGER; LUCKAMN, 2003; PEREIRA, 2012). No estágio de habitualização, a partir do hábito, há a tipificação de um padrão reproduzido pelos atores, quaisquer que sejam, que possibilitam a repetição de determinadas ações e atividades desempenhadas no futuro (BERGER; LUCKAMN, 2003). A objetificação ocorre em sequência quando há a generalização das ações já tipificadas na habitualização, de modo que as ações sejam desempenhadas denotando a separação entre o seu

significado e a sua própria execução (PEREIRA, 2012). De acordo com Berger e Luckmann (2003) o papel dos indivíduos deve ser considerado no processo, pois são eles que influenciam e moldam as ações dentro das organizações e na vida social. Por fim, tem-se a sedimentação, na qual as atividades e ações objetivadas passam a ser internalizadas no curso da socialização e se apresentam aos atores como algo comum e 'projetado' para a condução social e organizacional (COOPER; EZZAMEL; WILLMOTT, 2008).

Em relação aos papéis dos indivíduos, Berger e Luckman (2012) destacam que a ordem institucional é decorrente da tipificação dos comportamentos e atuações desses indivíduos e dos seus pares. Isto é, quando esses comportamentos são tipificados e assumem um papel dentro da dinâmica institucional, pode-se perceber semelhanças não apenas nas formas específicas de atuação, mas nas formas de ação de uma maneira geral (BERGER; LUCKMAN, 2012). Nesse contexto,

haverá o reconhecimento não somente de um particular ator que executa uma ação do tipo X, mas ação tipo X como sendo executável por qualquer ator a quem possa ser plausivelmente imputada a estrutura de conveniências em questão. [...] Em princípio, portanto, uma ação e seu sentido podem ser apreendidos à parte dos desempenhos individuais dela e dos variáveis processos subjetivos que a eles se associam. O indivíduo e o outro podem ser compreendidos como executantes de ações objetivas, geralmente conhecidas, que são recorrentes e repetíveis por *qualquer* ator do tipo adequado. (BERGER; LUCKMAN, 2012, p. 101).

Do excerto, infere-se que existe a prática e a repetição de formas de ação objetivas que, subjetivamente, são aceitas e fazem sentido em um determinado contexto. Diante disso, tem-se que os agentes identificam-se com as tipificações das condutas socialmente objetivas, e passam a reproduzi-las, mas com uma 'distância' que permite uma reflexão acerca dessa conduta, que pode levar a execução das ações tipificadas e a sua manutenção futura. Deste modo, esses atores não são considerados indivíduos únicos, mas tipos, que podem ser mutáveis. (BERGER; LUCKMAN, 2012).

A partir disso, define-se papel como tipos de atores dentro de um contexto – tal qual compreende tipificações de comportamentos comuns a uma coletividade. Os papéis são construções institucionalizadas de conduta, de maneira que as instituições sejam incorporadas aos indivíduos por meio desses papéis. Quando um indivíduo desempenha de um papel, participa de uma realidade social e quando desempenha esse papéis, o mundo passa a ser real para ele. Em decorrência disso, os papéis

apresentam-se como acessíveis a todos os participantes de uma realidade social e podem ser desempenhados por um indivíduo que se conformar com os padrões estabelecidos para o referido papel X, por exemplo, dado que dele sua conduta será influenciada e direcionada. Em suma, os atores corporificam os papéis e os reproduzem, de modo que esses sustentem as instituições e as mantenham vivas no convívio dos indivíduos dentro de uma realidade social. (BERGER; LUCKMAN, 2012).

No contexto organizacional, as instituições direcionam e dão o sentido às ações organizacionais ao passo que as organizações imbuídas neste ambiente competem não apenas por recursos, mas principalmente por legitimação junto a ele, isto é, a busca pela aceitação face a influência e direcionamentos emanados pelas instituições dentro de um campo específico (KRELL; MATOOK; ROHDE, 2016). A legitimidade organizacional é um tema central no novo institucionalismo organizacional e está relacionada à sobrevivência organizacional e a sua prosperidade dentro do campo organizacional (SUCHMAN, 1995; DEEPHOUSE; SUCHMAN, 2008), de modo que estejam atrelados as influências culturais, normativas e reguladores que incidem sobre às organizações e seus indivíduos.

Dimaggio e Powell (1983) cunharam o termo novo institucionalismo e seus estudos em relação ao isomorfismo organizacional e a rejeição da racionalidade como explicação para a legitimidade das organizações caracterizam essa nova perspectiva, que não mais considerou a eficiência como motivo para o sucesso e a sobrevivência organizacionais. O novo institucionalismo apropriou-se da ação para a organização da vida social, mas não abandonou a ênfase nas regras e papéis que permitem a construção de significados dentro das organizações (CZARNIAWSKA, 2008). A mudança dessa perspectiva assume que os atores desempenham e agem com maior capacidade de modificarem e criarem as suas instituições, dando-lhes maior capacidade de agência (MEYER, 2017).

Ao considerar a legitimidade organizacional como ponto fundamental para a sobrevivência organizacional, Dimaggio e Powell (2005) apresentam o campo organizacional como o conjunto de organizações que atuam em determinado ambiente institucional e que é constituído de fornecedores, consumidores, agências regulatórias e demais *stakeholders*. É um conceito alinhado ao posicionamento weberiano vinculado à burocratização de atividades e estruturas, assumindo-se, para tanto, normas de racionalidade que facilitam a organização formal das organizações em resposta às exigências institucionais (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Trata-se de

um processo considerado crítico para as organizações, pois essas adequam suas formas, estrutura e modelos de negócios para continuarem na disputa (BADEWI; SHEHAB, 2016). Scott (2008) em concordância destaca que é uma premissa para a aceitabilidade e a credibilidade organizacionais, também uma condição de consonância em relação a regras, leis, normas, determinações e alinhamentos institucionais oriundos dos pilares normativo, regulativo e cognitivo-cultural.

Dada a importância da legitimidade, a qual é premissa para a aceitação institucional e, conseqüentemente, a sobrevivência das organizações, ocorre que para muitas organizações o recurso para manterem-se ativas é por meio do isomorfismo, em que para sobreviver e prosperar, assemelham-se as demais organizações em um processo isomórfico (BADEWI; SHEHAB, 2016). Organizações em um mesmo campo, tendem, ao passar do tempo, a tornarem-se similares (BOXEMBAUM; JONSSON, 2017).

A ideia central do isomorfismo institucional vai ao encontro à ideia de que as organizações apropriam-se dos mitos racionalizados (MEYER; ROWAN, 1977), sobre o que de fato constitui uma organização (BOXEMBAUM; JONSSON, 2017). Segundo esses autores, os mitos são percebidos como soluções aos problemas organizacionais, uma vez que passam a ser racionalizados mais profundamente quando mais organizações do campo passaram a recorrer a eles e a se adequarem aos seus preceitos, levando ao isomorfismo. Desta maneira, tem-se que o isomorfismo é resultado de processos de difusão de ideias, práticas e estruturas prescritas entre as organizações de um campo organizacional.

O isomorfismo é uma forma para o entendimento de como a complexidade organizacional moderna encara o ambiente institucional ressaltando a importância da compreensão do tema para a continuidade e manutenção dos negócios das organizações frente aos ambientes institucionais nos quais estão inseridas as organizações (DIMAGGIO; POWELL, 2005). A introdução do isomorfismo na esfera organizacional, reconhecendo que os modelos, estruturas e mecanismos organizacionais assemelhar-se-iam entre as organizações legitimadas, gera duas características que representam as organizações contemporâneas: a primeira refere-se à similaridade das formas e estruturas organizacionais operando dentro de um mesmo campo organizacional e a segunda que preconiza a existência de estruturas formais e informais atuando dentro do campo institucional e das organizações (SCOTT, 2008).

Sobre o processo de isomorfismo, DiMaggio e Powell (2005, p. 76-77) acrescentam que

o isomorfismo constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais. Na esfera populacional, tal abordagem sugere que as características organizacionais são modificadas na direção de uma compatibilidade crescente com as características do ambiente; o número de organizações em uma população é função da capacidade de sustentação do ambiente; e a diversidade de configurações organizacionais é isomórfica à diversidade ambiental. [...] Eles demonstram que o isomorfismo pode acontecer porque as formas não-ótimas são excluídas de uma população de organizações, ou porque os tomadores de decisões nas organizações aprendem respostas adequadas e ajustam seus comportamentos de acordo com elas.

DiMaggio e Powell (2005) destacam e caracterizam três tipos de pressões, as quais influenciam o isomorfismo: coercitivo, mimético e o normativo. A pressão coercitiva aborda as pressões que são exercidas sobre as organizações por aquelas com as quais se relacionam, buscando entender como estas pressões operam e tornam as organizações mais semelhantes. A mimética é proveniente das incertezas que se apresentam às organizações, de forma que a sobrevivência e desempenho organizacionais estejam relacionados a imitação não de tecnologias, metas, objetivos, mas de modelos, estruturas e formas que as assemelhem as demais constantes no campo organizacional. Finalmente, apresenta-se a normativa que é derivada dos processos normativos e normas, e de sua propagação, evidenciando as sanções ou implicações caso haja algum descumprimento ou o não atendimento em razão daquelas.

Essa seção não pretende esgotar as informações acerca do institucionalismo organizacional e expor todos os seus desdobramentos. Nesse sentido, buscou-se introduzi-lo, para então delinear a tradição dentro desses estudos que ampara esta pesquisa. Sendo assim, admite-se que a perspectiva do institucionalismo organizacional – cuja tradição embasa o estudo – é a da vertente escandinava, que trata, sobretudo, dos processos de tradução (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996; CZARNIAWSKA; SEVÓN, 1996; WEDLIN; SAHLIN, 2017).

Em relação à tradução, faz-se necessário aprofundar a discussão acerca do tema, principalmente, apontando a sua origem e a vertente de pesquisa que a estuda. Desta forma, na sequência trabalhar-se-á estes assuntos e discutir-se-á a importância

do processo de tradução dentro do institucionalismo organizacional (CZARNIAWSKA; SEVÓN, 1996; BOXEMBAUM; PEDERSEN, 2009).

2.2.1 O institucionalismo organizacional sob a tradição escandinava

A denominação “escandinava” para os estudos do institucionalismo organizacional foi proposta por Czarniawska e Sevón (1996) para retratar os estudos oriundos da Dinamarca, Noruega e Suécia sob a influência de escritores como Richard W. Scott, James G. March e John W. Meyer com intuito de compreender como as organizações respondem às pressões institucionais (CZARNIAWSKA, 2008).

Nesta abordagem, o intuito das pesquisas visa desvelar como as organizações percebem e interpretam tais pressões e como essas percepções e interpretações afetam a prática organizacional (BOXEMBAUM; PEDERSEN, 2009), engajando os pesquisadores a uma postura reflexiva em relação à posição e ao papel do pesquisador (BOXEMBAUM; JOHNSON, 2017). Os pesquisadores nesta tradição de pesquisa reconhecem que as organizações estão sujeitas a múltiplas e contraditórias instituições e expectativas (GREENWOOD; OLIVER; SAHLIN; SUDDABY, 2008), possuindo um forte interesse na prática do *organizing* (CZARNIAWSKA, 2008).

Uma das características do institucionalismo organizacional, sob a concepção e tradição das pesquisas escandinavas, e em consonância à vertente do novo institucionalismo, é que o isomorfismo, diferentemente do que se observa no velho institucionalismo, é um efeito ilusório das estratégias de pesquisa que criam uma distância entre o observador e o fenômeno. Uma outra é que as pesquisas se baseiam no interpretativismo para o estudo das instituições. Nessa dinâmica, as práticas são mediadas e interpretadas por um intérprete, sendo ele o objeto do estudo ou o pesquisador conduzindo a pesquisa. (BOXEMBAUM; JONSSON, 2008).

Nesta perspectiva, o *decoupling* é explorado entre muitos tipos de acoplamentos frouxos, os quais podem variar entre os vários elementos organizacionais, a depender de sua estrutura forma, política organizacional, decisões gerenciais e comunicação externa (BOXEMBAUM; PEDERSEN, 2009). Os estudos sugerem que o *decoupling* é um ato de interpretação que é moldado pelo contexto e por fatores institucionalizados (BOXEMBAUM; JONSSON, 2008). Diante do exposto, Czarniawska (2008) ilustra que o foco de interesse passa a ser em como as instituições emergem, mudam e desaparecem, com atenção aos processo de

formação e desconstrução de identidade, regras estabilizantes e desestabilizantes, institucionalização e desinstitucionalização.

Na tradição de pesquisa escandinava, de foco interpretativo, as inspirações de estudo advêm de observações empíricas em que ideias ou práticas podem se difundir sob um mesmo rótulo, mas adquirindo sentidos quando colocados em contextos organizacionais diferentes (BOXEMBAUM; PEDERSEN, 2009). Dentro dessa perspectiva, o foco é entender como as ideias, práticas, ações circulam dentro de um contexto, assumindo a cada etapa um possível novo significado destacando que à medida que as ideias circulam, elas se tornam a base com a qual as organizações são formadas, percebidas e avaliadas (WEDLIN; SAHLIN, 2017).

A esse processo é dado o nome de tradução e, nesse sentido, possui um papel no processo interpretativo em como as ideias adquirem significados diferentes em relação ao seu contexto e aos vários elementos. A partir destes, uma ideia, prática ou ação ganha novo sentido. (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996; WEDLIN; SAHLIN, 2017). A dinâmica do processo de tradução e suas especificidades e características serão tratadas a seguir.

2.2.2 A perspectiva da tradução, seus conceitos e características

A perspectiva da tradução possui sua origem na sociologia da tradução, cujo foco versava sobre a interpretação das relações de poder dentro de uma realidade social com múltiplos atores influenciando o sentido dado às ações dos seus atores e agentes (WAERAAS; NIELSEN, 2016). No entanto, dentro dos estudos organizacionais, como campo de estudo, ainda é pouco explorada e se apresenta como vibrante e em crescimento em relação a suas pesquisas (WAERAAS; NIELSEN, 2016).

O entendimento sobre tradução avança como abordagem analítica para o estudo das instituições à medida que considera os significados e valores como centro dos seus estudos (CZARNIAWSKA; SEVÓN, 1996). Assim sendo, o processo ocorre quando há a reprodução e alteração das instituições existentes (SAHLIN; WEDLIN, 2008), por meio da concepção de que elas são representadas por ideias materializadas. Diante dessa visão, o processo de tradução não possui fim, dada a forma como as ideias viajam e circulam em determinados ambientes proporcionando

identificar, selecionar e dar sentido às instituições à medida em que cruzam diferentes contextos (PALLAS; FREDRIKSSON; WEDLIN, 2016).

Neste processo, novos significados são criados e atribuídos às atividades, práticas e ações dos tradutores, e em cada nova fase do processo uma experiência passada ganhou um novo significado tendo como base os eventos e visões do círculo onde a ideia estava (SAHLIN; WEDLIN, 2008; WEDLIN; SAHLIN, 2017). Sendo assim, e em consonância ao que Czarniawska e Joerges (1996) escreveram, a circulação de ideias é um processo contínuo de edição que envolve vários editores, ou aqui chamados, tradutores. Ao passo que elas circulam e se movimentam em vários lugares, cada tradutor ao atribuir sentidos às ideias, tornam-se seus co-criadores (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996).

Czarniawska e Joerges (1996), ao descrevem o processo como uma viagem de ideias, evidenciaram que durante esses processos as regras para a tradução podem variar de acordo com o contexto e também com os tradutores que nele operam. Muitas vezes, as ideias não seguem um fluxo automático, mas sim percorrem caminhos já estruturados (CZARNIAWSKA; SEVÓN, 1996). Ao reconhecer que as ideias viajam, tem-se que existem meios de transporte que levam as ideias de um lugar a outro (WEDLIN; SAHLIN, 2017).

Ao passo que elas circulam permitem o entendimento acerca de um fenômeno ou acontecimento, e é possível que influenciem outros atores, organizações e sejam adotadas por eles, visto que as ideias individuais não são difundidas em um vácuo, mas sim são transferidas e traduzidas em contexto com outras ideias, atores, tradições e instituições (WEDLIN; SAHLIN, 2017). Durante o processo de tradução, as ideias, objetos e práticas afetam não apenas o que é traduzido, mas também os seus tradutores (CZARNIAWSKA; SEVÓN, 2005). Quando uma ideia circula e passa a receber novos significados à medida que passa pelo processo de tradução, com base nos diversos conhecimentos e práticas de seus tradutores (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996).

Sendo assim, a tradução é tida como o processo pelo qual ideias e ações são adaptados aos contextos locais à medida que percorrem um caminho em um tempo e espaço (WAERAAS; NIELSEN, 2016). A tradução, portanto, é concebida como um processo complexo de negociação pelo qual quando significados, reivindicações e interesses são modificados e adquirem novos sentidos (WAERAAS; NIELSEN, 2016). Neste processo, há negociação de entre os vários participantes do ambiente

institucional, pois há combinação e adequação das ideias, ações e práticas que resultam em novos olhares frente as ideias (OSEI-AMPONSAH; PAASSEN; KLERKX, 2017).

A tradução, assim, destaca que algo movido de um lugar para outro não pode ter as mesmas características iniciais, ele é reconstruído (CZARNIAWSKA; SEVÓN, 2005). Desta maneira, a tradução não gera resultados homogêneos, mas sim a heterogeneidade e resultados imprevisíveis, haja vista que as ideias são traduzidas em todos os caminhos por que circulam e como emergem de modo distinto a cada novo contexto, podem levar à variação e à estratificação (SAHLIN; WEDLIN, 2008; WAERAAS; NIELSEN, 2016).

Czarniawska e Joerges (1996) destacam que as ideias quando perpassam diversos contextos tornam-se quase-objetos. A partir de uma série de movimentos onde as ideias percorrem vários contextos, indo de um a outro, quando materializadas, podem vir a tornarem-se instituições. Essa dinâmica é associada à mudança organizacional, em que “ideias são transformadas em coisas, então coisas em ideias novamente, transferidas de seu tempo e lugar de origem e materializadas novamente em outro lugar” (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996, p. 18, tradução nossa). Ou seja, a partir do movimento pelo qual as ideias passam a circulam em diferentes contextos, existe a possibilidade delas virem a modificar a forma como as organizações são estruturadas ou até mesmo interpretarem os fenômenos que se apresentam diante delas.

As ideias, portanto, podem se fazer conhecidas por meio de imagens ou sons para então serem materializadas, isto é, transformadas em objetos ou ações por meio de pinturas, textos, sons gravados ou escritos, causando uma mudança em relação ao que tinha por conhecido. A aplicação destas ideias acontece pela comunicação e o seu entendimento é decorrente do movimento delas envolvendo o tempo e o espaço. (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996).

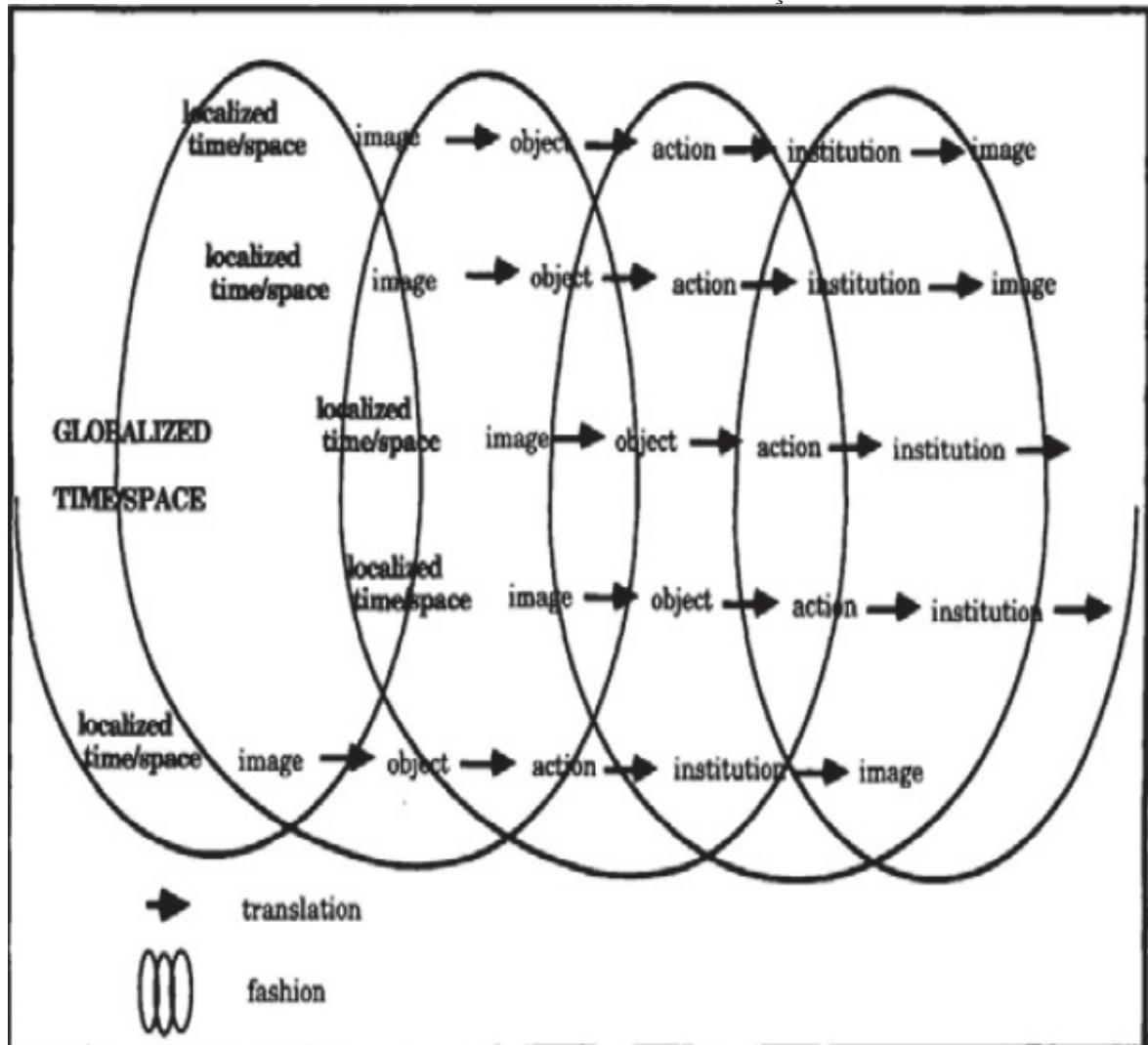
No tangente às ideias e a possibilidade da sua materialização para a constituição das instituições, Czarniawska e Sevón (2005) destacam que a moda é o ponto chave para o entendimento da tradução e o fluxo das ideias bem como para o desenvolvimento das organizações e o processo de institucionalização (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996). Nesse sentido, a moda permite a imitação de características, ações e práticas sobre o que é desejável ou aceitação em determinado tempo e espaço. As organizações, nesse sentido, não apenas imitam o

que está “na moda”, mas traduzem para as suas realidades as ideias pela moda disseminadas, alterando o sentido das ideias, dando-lhes uma nova interpretação, alterando o que é traduzido como também quem as traduz (WEDLIN; SAHLIN, 2017).

A moda, a partir disso, é uma expressão do que é moderno e determina o que em um dado contexto, pode ser aceito ou tido como valoroso, sendo criada enquanto é seguida. É uma visão alternativa do progresso, que corresponde à mudança apresentado uma dualidade paradoxal, podendo ser criação e imitação, variação e uniformidade, distância e interesse, mudança e permanência dentro outras mais que apresentam a dualidade da vida comum: a construção coletiva da individualidade e a construção individual da coletividade. Não é apenas progresso, mas evolução. No contexto organizacional, a moda introduz junto ao controle e negociação, ordem e uniformidade às ações e práticas organizacionais, muitas das quais são institucionalizadas. Sendo assim, a moda prepara e ampara as organizações para o futuro. (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996).

Diante disto, pois, apreende-se que o processo de tradução baseia-se na Figura 1 disposta abaixo.

FIGURA 1 – PROCESSO DE TRADUÇÃO



FONTE: CZARNIAWSKA E JOERGES (1996, p. 46).

Diante do exposto, tem-se que a partir de uma ideia situada em um dado espaço e contexto e um determinado período de tempo, uma imagem aqui definida como a própria ideia pode tornar-se um objeto que passa a ganhar *status* de ação assim que aplicada. Essas ações quando compartilhadas podem ganhar a forma de instituições que por meio de suas próprias características expressam, novamente, ideias, iniciando assim um novo ciclo. Tal movimento como se pode visualizar pela espiral que representa a moda, influencia e perpassa todos os momentos da viagem das ideias ao passo que a tradução, identificada pela seta, é o processo que permite que a uma ideia ganhe novas formas e seja transformada a cada novo movimento, ou contexto. Sendo assim, a moda a cada contexto, possui características e permite que as ideias ganhem novos significados durante todo o seu percurso.

Sobre a tradução, uma última consideração deve ser feita e está associada às abordagens baseadas na linguagem e no discurso no que concerne à tradução como chave para a mudança organizacional. Nessa perspectiva, os discursos podem ser formas de compreender como os diferentes sentidos são incorporados a uma ideia por meio da interação social dos envolvidos, das práticas sócio materiais e por meio da mediação dos artefatos materiais, linguísticos e institucionais. (DOOLIN; GRANT; THOMAS, 2013).

Para Doolin, Grant e Thomas (2013), existem seis abordagens pelas quais a tradução pode ser encontrada na literatura que trata da linguagem e do discurso, as relacionando ao processo de mudança organizacional. O quadro 1 expõe essas abordagens e as especifica.

QUADRO 1 – ABORDAGENS DISCURSIVAS PARA TRADUÇÃO E MUDANÇA

Abordagem	Detalhes	Implicações para o entendimento da mudança	Estudos indicativos
Tradução como engajamento	A mudança efetiva é a introdução de novas conversas. Processo de tradução mantém as conversas em andamento e são o "sangue da vida" da mudança.	Foco em formas de facilitar e encorajar conversas de mudanças efetivas.	Ford, Ford e D'Amelio (2008)
Tradução como transmutação sem fim	As organizações estão em constante construção e são formadas por meio de traduções sem precedentes por membros organizacionais.	Novos modelos de significado podem entrar na organização, mas se e como eles permanecem depende dos processos de tradução.	Tsoukas e Chia (2002)
Tradução como conflito	Processos de tradução são lutas micropolíticas sobre significados e identidades.	Chama a atenção para as relações de poder e as lutas hegemônicas sobre os significados na tradução de mudanças, em contextos específicos.	Thomas e Davies (2005)

Tradução como translocação	É a reestruturação ativa, iterativa e recursiva dos significados reformulados à medida que se movem através do espaço e do tempo.	Concentra-se em processos de tradução em curso na produção, distribuição e consumo de textos e como estes são (re) enquadrados para refletir interesses seccionais, localizados em redes de poder/conhecimento.	Maguire e Hardy (2009)
Tradução como transgressão	Reestruturação/reescrita de iniciativas de mudança por meio do humor, ironia, sátira, cinismo e outras formas de resistência individual e coletiva.	Destaca a importância de abordar os discursos de mudança na resistência efetiva à mudança.	Ezzamel, Willmott e Worthington (2001)
Tradução como colonização	Exploração reflexiva da produção de conhecimento e do papel dos pesquisadores no processo de pesquisa. Lança luz sobre o uso do idioma, a tradução de textos e as assimetrias de poder envolvidas no processo de pesquisa.	Chama a atenção para as práticas hegemônicas na produção, disseminação e consumo de textos e a aplicação e naturalização da língua inglesa e do conhecimento anglo-americano nas e sobre as organizações.	Tietze e Dick (2013)

FONTE: Adaptado de DOOLIN, GRANT E THOMAS (2013).

Quando esses discursos circulam, da mesma forma que às ideias, adquirem características pelas quais é possível identificá-las, rotulá-las a partir do uso da linguagem (WEDLIN; SAHLIN, 2017). Nesse contexto, as narrativas se fazem presentes para auxiliar nessa explanação e apresentação, de modo que possam expressar as ideias em diversos formatos e gêneros (CZARNIAWSKA, 1997).

Os discursos fazem parte das narrativas (VAARA, 2002), as quais permitem conhecer uma realidade por meio de histórias que ao serem contadas fornecem o entendimento para a compreensão dos fatos e situações em um dado contexto (GABRIEL, 2004; FENTON; LANGLEY, 2011). As narrativas carregam ideias de um espaço e tempo e podem a partir de sua expressão e disseminação participar do processo negociado de significados e sentidos (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996). Ao serem conhecidas, um novo sentido pode se dar a uma ideia, prática ou ação, sendo as narrativas capazes, inclusive de transformar o seu sentido ou incorporá-lo a uma outra nova ideia, a depender do contexto e de quem está presente no ambiente

por onde esta ideia perpassou. Sendo assim, as narrativas e o ato de contar estórias são o foco da próxima seção.

2.3 AS NARRATIVAS E O ATO DE CONTAR ESTÓRIAS

A importância e os estudos vinculados às pesquisas narrativas são oriundos da virada narrativa, do inglês *narrative turn*, que trouxe à tona o entendimento acerca da realidade e a vida sociais serem uma constituição narrativa (CZARNIAWSKA, 2004). Sua importância segue uma tendência dentro dos estudos organizacionais que possui interesse na linguagem (VAARA, 2002). Com isso as narrativas tornaram-se uma abordagem para a captação da realidade organizacional e social (CZARNIAWSKA, 2011). O seu estudo possui ênfase na linguagem, roteiros, metáforas, conversas e estórias, sendo esses não sendo apenas constituintes da realidade das organizações, mas partes da sua própria essência (GABRIEL, 2004).

Fischer (1984) reconhece a narrativa como uma ação humana de comunicação, característica do *homo narrans*. Nesta perspectiva, a ação humana é dotada de ações simbólicas expressas por meio de palavras que possuem significado a partir de sua sequência de etapas. Dessa maneira, inteira-se dos sentidos e da criação dos significados a partir das narrativas e da compreensão de elementos trazidos do passado para o presente em forma de estórias, pela sequência dos fatos, que reunidos possibilitam o entendimento da realidade e das várias situações que se apresentam ao contexto (FENTON; LANGLEY, 2011; DE LA VILLE; MOUNOUD, 2015).

As narrativas possuem características dentre as quais citam-se que (1) são usadas na interpretação de eventos sequências, fornecendo sentido a uma situação ou evento determinado e também a interpretação dada; (2) assumem a intencionalidade da ação humana e (3) são construídas e amparadas por diferentes tipos de discursos (VAARA, 2002). Em complemento, Barry e Elmes (1997) trazem diversas abordagens e definições de narrativas, destacando-se, nesse sentido, as que definem a narrativa como apresentações simbólicas de uma sequência de eventos conectados por um assunto e vinculados a um período de tempo. Outras abordagens a encaram como uma perspectiva comunicativa, em que a leitura e interpretações são tão importantes quanto a estrutura da narrativa ou a autoridade que a ela é conferida (BARRY; ELMES, 1997).

As narrativas e as histórias são partes do processo de narração. Neste processo as narrativas focam em tópicos, ideias, personagens e situações dentro de um texto particular. Destaca-se a atenção para exploração de conteúdo de vários textos, conversas, diálogos, documentos oficiais, notícias de jornais e sites de internet, em que a análise narrativa pode fornecer *insights* de como o sentido é partilhado e socialmente construído e a ação é originada dentro das organizações. (GRANT; HARDY; OSWICK; PUTNAM, 2004).

As narrativas, portanto, estão vinculadas à interação humana e a criação de um senso de sentidos e significados (CORVELLEC, 2015), sendo formas de compreender as interações humanas e a construção de sentido oriundos do contar histórias que contribuam para um significado coletivo compartilhado (ROULEAU, 2015). Parte-se do pressuposto de uma sequência de elementos que organizados em uma série de eventos possibilitam a construção e o entendimento de alguma situação ou fenômeno por meio da conversa, texto, das próprias histórias ou outros meios (VAARA; SONENSHEIN; BOJE, 2015), como também uma retrospectiva de sentido, que molda e ordena a experiência, sendo também, um caminho para o entendimento das ações e eventos organizacionais permitindo o conhecimento das consequências das ações em decorrência do tempo (SEAL; MATTIMOE, 2016). Nesse contexto, narrativas são representações de eventos os quais estão conectados e limitados no espaço e tempo possibilitando comunicar e interagir com outras partes para contar ou compartilhar uma história (BRIANT; HALTER; MARCHELLO; ESCARENO; THOMPSON, 2016). É um processo que possui uma ordem específica com começo, meio e fim seguidos de uma conclusão utilizando-se, para tanto, de várias formas de expressão seja transmitida via oral, escrita, áudio e/ou vídeo (HÖYKINPURO; ROPO, 2014).

Dentro do contexto organizacional, as narrativas podem fornecer um sistema de poder e significados compartilhados que dão as organizações poder ou possibilitam impor aos grupos e *stakeholders* a sua visão de verdade (BROWN, 2006). Nesta realidade as narrativas organizacionais segundo Vaara, Sonenshein e Boje (2015) possuem seis características (1) são temporais, construções discursivas que dão significados ao níveis individual, social e organizacional sendo essa a característica que promove o entendimento da estabilidade e mudança nas organizações; (2) narrativas podem não ser explícitas, podendo permanecer implícitas nas organizações, isso é devido a muitas ideias, conhecimentos nem sempre serem compartilhados pelos atores nas organizações resultando em narrativas em histórias

nem sempre desenvolvidas; (3) requerem um foco nos meios pelos quais são transmitidas e compartilhadas, isto é, as histórias organizacionais podem ser contadas e recontadas de várias formas; (4) são estruturas multifacetadas, no nível macro reproduzem valores e ideologias dominantes e no nível micro compostas de elementos discursivos e que permitem o entendimento de narrativas específicas; (5) geralmente estão associadas à linguagem tanto escrita quanto falada, relacionada também a todas as formas de comunicação; e (6) desempenham um papel quanto à estabilidade e a mudança organizacionais, influenciando processos e as trajetórias dos eventos que possibilitam alterar uma condição organizacional ou reproduzir uma configuração, tendo, pois, a capacidade de constituir atos performativos ou induzir a mudança organizacional.

As narrativas podem assumir diferentes versões, não sendo apenas fontes de informações, mas uma lente teórica e metodológica que permite o estudo das organizações. Nesse sentido, na pesquisa e estudos organizacionais a narrativa pode estar associada ao *sensemaking*, comunicação, política e poder, aprendizado/mudança e a identidade e identificação. (RHODES; BROWN, 2005).

Em relação à gestão e sua vertente estratégica, as narrativas e *storytelling* são considerados carregadoras de ideias estratégicas, sendo a formulação estratégica relacionada à produção de estórias que possibilitam a sua integração permitindo que gestores as reorganizem e as readéquem, favorecendo a persuasão e os estímulos que facilitem influenciar os *stakeholders* envolvidos na constituição da estratégia (ROULEAU, 2015). Dessa forma, as narrativas podem ter relação com a mudança organizacional, a construção e manutenção organizacionais, compartilhamento de entendimentos e na própria construção da realidade organizacional (FENTON; LANGLEY, 2011; ROULEAU, 2015; VAARA; SONENSHEIN; BOJE, 2015), bem como desempenham papel central na formulação e disseminação da estratégia, tornando visível o *strategizing* organizacional (BOJE; HALEY; SAYLORS, 2016).

Copes (2016), em adesão, cita que as narrativas podem impactar o desenvolvimento de uma identidade organizacional afirmando que elas podem produzir e descrever identidades institucionais, pois quando as organizações operam em ambientes de alteração, mudança ou reconfiguração, criam narrativas para justificar a clientes e outros envolvidos as modificações decorrentes de alguma transformação. Não apenas isso, mas narrativas são passíveis de serem os meios para também informarem notícias ruins dentro das organizações (CARRIGER, 2013),

em consonância com o caráter instrutor do *storytelling* que permite que as histórias possam aumentar o aprendizado organizacional, melhorar a comunicação e capturar e compartilhar as várias facetas do conhecimento (DUFFIELD; WHITTY, 2016).

Além das narrativas, outra forma de história vinculada às organizações são as antenarrativas (BOJE, 2001). A ideia de antenarrativa carrega a ideia que no contexto organizacional as narrativas são geralmente fragmentadas, incompletas e às vezes até sem uma organização cronológica como se vê nas narrativas tradicionais. Dessa forma, elas se caracterizam como algo pré-narrativo ou proto-narrativo; cabendo ao pesquisador em sua análise dar o nexos de sentido cronológico e compreender a relação entre esses fragmentos narrativos. Nessa concepção, essas interagem com as narrativas já recorrentes, utilizadas para justificar histórias, ações, visões e estratégias em que se espera que os *stakeholders* acreditem, mesmo não havendo justificativa. Tratando de trazer sentido às narrativas já construídas, as antenarrativas podem se tornar narrativas institucionalizadas (BOJE; HAYLE; SAYLOR, 2016).

A perspectiva das antenarrativas apresenta-se como meio para o *sensemaking* organizacional de um lado, por outro, são uma expressão do *storytelling* como atividade pela qual as antenarrativas são mobilizadas. Sendo assim, no *storytelling*, as antenarrativas são usadas como um sistema proposital para criar significados especialmente para construção dos interesses e das identidades. (VAARA; TIENARI, 2011).

De acordo com Moezzi, Janda e Rotmann (2017) histórias são usadas para a comunicar, influenciar e engajar audiências, servindo como artefatos para serem investigadas em relação ao conteúdo, atores, relacionamentos, poder e estrutura, bem como podem juntar informações, promover, fornece *insights* e reformular evidências em formatos que condigam ao esperado pela audiência. Uma história organizacional pode ser considerada uma narrativa detalhada de eventos e de ações e interações organizacionais que compartilham conhecimento, habilidades, normas, valores e cultura organizacionais (DUFFIELD; WHITTY, 2016).

De acordo com Boje (1991) uma história pode ser definida como uma troca entre duas ou mais pessoas dada uma experiência passada que fora antecipada, referenciada, recontada, (re)interpretada ou questionada, é uma troca entre duas ou mais pessoas em que uma experiência passada ou antecipada é referenciada, recontada, interpretada ou desafiada, requerendo cronologia, tema, roteiro ou ainda uma saga para uma história ser uma história. Nesse contexto, o autor em relação ao

storytelling organizacional, acrescenta que as histórias são criadas, lembradas, algumas revistas, mas também categorizadas em relação ao futuro no diálogo coletivo entre os vários *stakeholders* que estão alinhados às organizações à medida que essas histórias fornecem sentido e afetam as mudanças organizacionais.

As histórias desempenham um papel central no *storytelling* organizacional. A respeito disso, Boje (1991) afirma que as pessoas participam de vários grupos de *stakeholders* e processam e interpretam informações e administram a memória coletiva das organizações por meio do *storytelling*. Ademais, aquelas desempenham uma influência nos membros de um grupo social, inclusive nas organizações que utilizam-se do *storytelling* para comunicarem suas estratégias (SPEAR; ROPER, 2016).

Em relação às histórias organizacionais, Spear e Roper (2016) salientam que são sequências coerentes logicamente ou cronologicamente relacionadas a eventos causados por algum fato externo à organização em um contexto igualmente relaciona às organizações. Desse modo, os membros organizacionais podem fazer uso das histórias, tanto oficiais quanto não-oficiais, para construir e compartilhar os significados de um dado eventos ou acontecimento organizacional.

Tratando-se das histórias como meios para uma contextualização acerca de eventos, ou também escândalos corporativos, apontam Whittle, Mueller e Mangan (2009) que, em situações como esta, existe o desenvolvimento de caráter heroico e a transformação a partir do *storytelling*. Os autores reforçam a ideia de que o contar histórias está relacionado a criação de “contabilidade moral” que auxilia no enfrentamento dos desafios e posicionamento social que acompanha o eventos, escândalo ou ainda a mudança organizacional.

Boje (1991, p. 121, tradução nossa)

reconhece que "histórias alternativas com motivos e implicações alternativas" podem ser contadas, mas ele se concentra em como os atores trabalham em colaboração para refinar as histórias contadas por outros. Em vez disso, nos concentramos no que acontece quando as histórias entram em conflito umas com as outras.

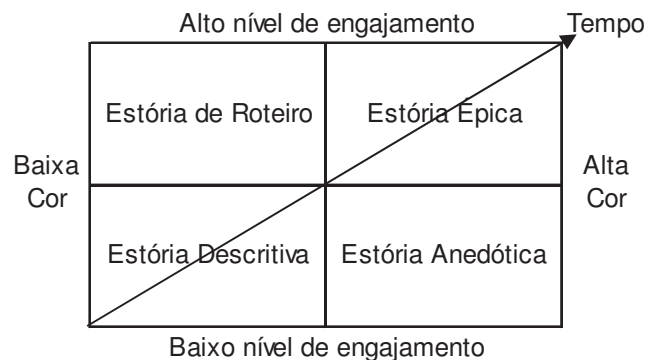
Dito isso, o *storytelling* é o elemento responsável pela composição de narrativas, pelas quais uma história pode ser transmitida (SIBIERSKA, 2017), de forma que a sequencialidade e a causalidade dos eventos e das descrições possa fomentar um apreensão do toda ou dar coerência a uma determinada situação (LWIN,

2017). Na esfera organizacional é uma ferramenta que constrói significados ao mesmo tempo que possibilita o entretenimento, a persuasão e a conquista (BELL; LEONARD, 2016).

Diante desse processo, apreende-se que o *storytelling* seja o processo pelo qual as histórias são compreendidas, conhecidas e contadas (GABRIEL, 2004), pois por meio das histórias, que possibilitam gerenciar os significados e criar uma realidade por meio do interpretativismo, tem-se que o *storytelling* seja o meio para criar e comunicar uma realidade (O'NEILL, 2002), compondo, dessa maneira, o processo narrativo.

O *storytelling* pode ser categorizado conforme modelo desenvolvido por O'Neill (2002). O modelo considera a tipologia das histórias organizacionais, não as inserindo apenas na esfera organizacional. Diante disso, O'Neill (2002) apresenta quatro tipos de histórias: a de roteiro, a épica, a descritiva e a anedótica, considerando-se duas variáveis – a cor e a necessidade de engajamento – para o seu enquadramento conforme apresentado na Figura 2.

FIGURA 2 – TIPOLOGIA DE ESTÓRIAS ORGANIZACIONAIS



FONTE: Adaptado de O'NEILL (2002, p. 11, tradução nossa).

Nessa contextualização, a variável cor é definida a partir de atributos como heroísmo, comédia ou romance que fomentam uma história com detalhes vívidos, descrições pitorescas e elementos que a estruturam. Quando maior o nível de cor, mais memorável e duradoura uma história é, sendo frequentemente repetida pelos seus ouvintes. O engajamento, por sua vez, está associada ao nível de atendimento das necessidades por parte dos ouvintes de uma história. Isto é, uma história será mais repetida e terá maior impacto se atenderem as expectativas e necessidade de quem as ouve. O contador dessas histórias pode levar em consideração suas próprias

intenções, mas quem determinará de fato se a estória supre as necessidades e merece ser repetida, é mesmo que as ouve. (O'NEILL, 2002).

Tratando das tipologias, a primeira que se apresenta é a estória descritiva que apresenta baixa cor e baixo nível de engajamento. É uma estória com muitos detalhes, mas que carece de elementos de enredo, comédia, ou lirismo, por exemplo, caracterizando assim o nível baixo de cor. Além disso, estórias descritivas não atendem as necessidades dos seus ouvintes, caracterizando o baixo nível de engajamento. É considerada a forma mais básica e absoluta de uma estória devido ao seu caráter essencialmente descritivo. (O'NEILL, 2002).

A tipologia seguinte no modelo de O'Neill (2002) é a estória anedótica que se apresenta com alta cor e baixo nível de engajamento. É uma estória que pode ser divertida e entreter os ouvintes, dado o alto nível de cor, com elementos cômicos, de enredo, trágicos, irônicos ou heroicos muito presentes e alinhados. Além disso, costumam ser estórias reveladoras em relação ao contador das estórias como também ao assunto em si. Devido a sua alta cor, são estórias que sobrevivem por mais tempo.

As estórias de roteiro são as que possuem baixa cor e alto nível de engajamento. São estórias que perduram por um período relativamente longo da organização apesar do baixo nível de cor. A finalidade da estória, diferentemente das estórias anedóticas, não é para diversão ou entretenimento, mas para um fim específico. Com isso, tem-se o atendimento das necessidades dos ouvintes que processam as estórias e as reproduzem, a partir do roteiro consumido. (O'NEILL, 2002).

Por fim, a última estória constante no modelo de O'Neill (2002) é a épica, a qual concilia em uma única estória alta cor e alto nível de engajamento. É uma estória que é recontada muitas vezes, mesmo que a estória se altere, as suas lições e valores permanecem inalterados, tendo repercussão na comunidade local ou em um setor de atuação.

Em virtude da crescente midiatização (HEPP, 2013; HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015; KROTZ; HEPP, 2013; HASEBRINK; HEPP, 2017) e da utilização das redes sociais e outros meios de comunicação (MCHUGH, 2014), observa-se que a forma do *storytelling* pode ser abrangida por perspectivas e abordagens em consonância aos efeitos da comunicação e da mídia para a disseminação e conhecimento dos significados e ações organizacionais. Nesse sentido, podem ser

apresentadas de diversas maneiras (HÖYKINPURO; ROPO, 2014). McHugh (2014), deste modo, aponta para a utilização das ferramentas de áudio ou do *audiostorytelling*, utilizando os vários canais de áudio para promover e disseminar histórias via redes de comunicação por áudio, que segundo o autor, proporcionam a revelação e a expressão de respostas pela escuta, interpretação e conexão com as histórias transmitidas via áudio.

Diante disso, outros autores como Höykinpuro e Ropo (2014) acrescentam que as narrativas visuais são formas de identificação por fotografias, vídeos, filmes, páginas de internet e outros meios visuais que possam produzir ou conduzir a uma história ou a uma narrativa, por meio do uso de histórias não verbais expressando sentidos, significados e possibilitando interpretações, não por meio de palavras, mas de imagens.

As narrativas e o *storytelling* adentraram e utilizam-se, cada vez mais, dos mecanismos da mídia e da interface digital. Portanto, tem-se o *storytelling* digital definido como um processo de narrar e contar histórias envolvendo a comunicação visual, oral e a escrita para dar sentido as estórias e ao processo narrativo (BRIANT et al., 2016), de modo que possam legitimar ideologias e construir o sentido que vinculam as ações organizacionais em resposta às várias demandas ambientais, dos *stakeholders* e das instituições as quais estão submetidas (HÖYKINPURO; ROPO, 2014; OCASIO; RADOYNOVSKA, 2016).

2.4 OS ESCÂNDALOS CORPORATIVOS SOB A PERSPECTIVA DO *WRONGDOING* ORGANIZACIONAL

Os escândalos corporativos chamam a atenção da sociedade devido às ações e atividades consideradas impróprias, inadequadas e escandalosas (AGUILERA; DESENDER; BEDNAR; LEE; 2015), evidenciarem as práticas de má conduta organizacional praticadas tanto por indivíduos quanto por organizações (PALMER, 2012). Na realidade brasileira, os escândalos corporativos mais recentes estão relacionados a indícios de desvio de dinheiro público, de apropriação indébita, do tráfico de influências, de corrupção, do pagamento de propinas, entre outros atos ilícitos e ilegais (AVRITZER; MORONA, 2017; MEDEIROS; SILVEIRA, 2017; POBERSCHNIGG; MEDEIROS; 2017).

Coffee (2005) discorre e propõe uma teoria dos escândalos corporativos ao analisar fraudes contábeis em diferentes países, indagando o porquê de um incidente em uma economia não afetar outra. O autor discute como os diferentes tipos de governança corporativa podem explicar a frequência e natureza dos escândalos de países diferentes (COUTINHO E SILVA; SANCOVSCHI; CARDOZO; CONDÉ, 2012). Nesta visão, os escândalos corporativos aproximam-se de estudos relacionados às fraudes contábeis e atos financeiros considerados fraudulentos (COUTINHO E SILVA et al., 2012).

Esta percepção dos escândalos corporativos atrelada aos atos e fraudes contábeis, incita discussões acerca dos crimes corporativos e manipulação contábil e mercadológica (CONDÉ; ALMEIDA; QUINTAS, 2015), além de acender a discussão sobre os impactos do relacionamento entre principais e agentes, e os mecanismos para apresentar a transparência nos negócios e o atendimento aos objetivos dos principais, típica expressão da teoria da agência (MACHADO; GARTNER, 2018).

A partir da evidência desses escândalos é possível proporcionar o conhecimento comum acerca das instâncias da má conduta, suas práticas e o seu próprio alcance (GREVE; PALMER; POZNER, 2010). Sobre isso, os autores Greve, Palmer e Pozner (2010, p. 84, tradução nossa) apontam

que a mídia tem um papel central na visão da construção social devido a sua habilidade na criação de um escândalo. [...] Esse conhecimento comum é importante porque um agente de controle social pode optar por ignorar uma conduta imprópria que não é importante de acordo com seus critérios, desde que não seja de conhecimento comum, mas tem que agir com medo de ser vista como negligente quando se tornar de conhecimento comum. O poder da mídia reside no fato de que, mesmo que a má conduta seja amplamente conhecida, não é de conhecimento comum, a menos que seja tornada pública, e, portanto, a publicação cria pressão para aplicá-la. Assim, por meio de relatórios, os agentes de controle social perdem sua discrição para escolher quais instâncias de má conduta perseguir e quais ignorar.

A mídia, dessa maneira, tem a capacidade de apresentar e retratar as mudanças e resultados dos atos de má conduta, permitindo a interpretação dos diversos acontecimentos pelos agentes envolvidos e também pela sociedade (DIJCK; POELL, 2013). A partir da transmissão midiática, uma ideia é criada para retratar um escândalo corporativo que passa ser compartilhada pela coletividade (HEPP, 2016; HASEBRINK; HEPP, 2017). Por meio dela, escândalos corporativos e demais atos caracterizados como má conduta organizacional são conhecidos e acrescidos de sentido (HEPP, 2016). Os escândalos corporativos são eventos mediados e

controlados pela mídia, que os estrutura e os expõe à crítica pública (CLEMENTE; DURAND; PORAC, 2016).

A má conduta é um tema recorrente dentro dos estudos e pesquisas organizacionais (GREVE; PALMER; POZNER, 2010). Exemplos são na literatura abordam diferentes situações e contextos desta prática (BRODY; KIEHL, 2010; FILSTAD; GOTTSCHALK, 2012; BARNETT, 2014; DOBOVŠEK; SLAK; 2015; SHADNAM; LAWRENCE, 2015; CUERVO-CAZURA, 2016; DAVIES; OLMEDO-CIFUENTES, 2016; MANNING; ALTEBY, 2016; MENA; RINTAMÄKI; FLEMING; SPICER, 2016; PALMER, SMITH-CROWE, GREENWOOD, 2016), não havendo, entretanto, um consenso acerca de sua definição.

Diante dessa afirmação, são muitas as concepções e visões acerca do que é considerada uma prática de má conduta. Shadnam e Lawrence (2015), por exemplo, relacionam a má conduta com o colapso moral e os atos de corrupção que levam a distorção e a desvalorização de crenças, regras, normas e outros valores. Em adição, Cuervo-Cazurra (2016) pontua que a má conduta envolve uma conjuntura de ações individuais motivadas por algum interesse particular ou organizacional podendo ser também considerada abuso de poder ou influência para ganhos privados, sejam eles quais forem.

Outras definições envolvem os crimes de colarinho branco ou os crimes organizados. Nesse sentido, Filstad e Gottschalk (2012) afirmam que os crimes de colarinho branco envolvem fraudes, manipulações contábeis, espionagem, entre outras ações. Destaca-se nesta concepção que tais crimes e violações são cometidos por agentes com posição ou legitimidade com a finalidade de beneficiamento próprio ou organizacional (BRODY; KIEHL, 2010). Sendo assim, os atos de má conduta estão relacionados aos crimes que objetivam angariar benefícios individuais e/ou organizacionais pelo agrupamento e configuração criminosa de ações que tragam ganhos de forma ilícita envolvendo a esfera dos negócios, organizações e a suas práticas e programas de governança corporativa (DOBOVŠEK; SLAK; 2015).

Mena, Rintamäki, Fleming e Spicer (2016) interpretam a má conduta como sendo atos de irresponsabilidade corporativa, práticas e ações que causam algum tipo de dano, perda, prejuízo ou outra ação denegridora aos *stakeholders*. O estudo dos autores foca em analisar como as ações intencionais – ou não, causam danos ao ambiente de negócios e aos agentes envolvidos, de modo que a irresponsabilidade corporativa seja impactante e geradora de eventos e situações com consequências

negativas aos *stakeholders*, podendo inclusive conduzir tais organizações a falência ou a geração de resultados não adequados a realidade do contexto organizacional.

Greve, Palmer e Pozner (2010), no entanto, oferecem uma definição de má conduta a conceituando como um comportamento, individual ou organizacional, que transgrida uma linha que separa o certo do errado a partir do julgamento de um agente social. Esse agente de controle social representa a coletividade e tem a capacidade de julgar e impor sanções acerca do que é considerado aceitável ou não. Dentro dessa linha de conceituação, a má conduta está relacionada à definição compartilhada de atos e práticas consideradas aceitáveis e as consideradas repudiáveis frente a um contexto social.

Para os fins desta pesquisa, os escândalos corporativos e as práticas de má conduta serão caracterizadas de acordo com a perspectiva do *wrongdoing* organizacional (PALMER, 2012). O conceito do termo *wrongdoing* é abrangente e passível de muitas definições, mas que, por vezes, estão estreitamente associadas a caracterização de comportamentos negativos e violações não apenas legais, mas também sociais e éticas (POLLOCK; MISHINA; SEO, 2016). A definição considera ações, práticas e comportamentos oriundos das estruturas e comportamentos que modelam e influenciam a conduta organizacional (GREVE; PALMER; POZNER, 2010; PALMER, 2012; PALMER, 2013).

São três as categorias para julgar os comportamentos considerados como certos ou errados (POLLOCK; MISHINA; SEO, 2016), de acordo com o *wrongdoing* organizacional. Palmer (2012) descreve a primeira categoria estando relacionada às leis e a legislação vigente, sendo essa a categoria mais formal, pois compreende proibições e diretrizes legais escritas que permitem monitorar às ações organizacionais, ajustar legalmente sua conduta e aplicar sanções. A segunda categoria diz respeito aos princípios éticos, escritos ou não, que imperam sobre as atividades organizacionais e estão presentes em seu contexto. Alguns princípios podem estar compreendidos em códigos profissionais e serem monitorados e policiados por agentes governamentais, de modo mais formal, e informalmente por membros componentes do ambiente que possuem conhecimento das normas e da forma de conduta preferida. Por fim, a terceira categoria definidora é associada às doutrinas de responsabilidade social, as quais são as mais informais no tangente às diretrizes e proibições e incluem ações que são tidas como danosas à sociedade, de um modo mais material. As sanções relacionadas à responsabilidade social

preocupam-se com a preservação do meio ambiente e a perpetuação da vida humana e podem ser aplicadas por entes do campo organizacional como seus *stakeholders*, por exemplo.

Apesar das três categorias gerais, o conjunto delas não se aplica a todos os comportamentos, de forma que outras duas formas de definição de *wrongdoing* sejam possíveis, tais quais a abordagem exegetica e a sociológica (PALMER, 2012; POLLOCK; MISHINA; SEO, 2016). Para os propósitos desta pesquisa, a definição de *wrongdoing* utilizada será a sociológica que engloba a compreensão da legislação, dos princípios éticos e das diretrizes de responsabilidade enquanto utilizadas em uma sociedade, em um contexto social (POLLOCK; MISHINA; SEO, 2016). Além disso, segundo Palmer (2012), dispõe de três vantagens em relação às demais: fornece boa chance para a criação de uma definição aceita de *wrongdoing*; é a que adequa e considera preocupações gerenciais; e, finalmente, separa as considerações normativas das considerações científicas sociais. A abordagem sociológica busca o reconhecimento de agentes de controle social, para considerar seus limites de atuação, e com isso, ser capaz de julgar quais os comportamentos desviantes demarcando a aceitabilidade ou a não aceitação das ações em um tempo e espaços particulares (PALMER, 2012; POLLOCK; MISHINA; SEO, 2016).

Grande parte dos estudos da perspectiva do *wrongdoing* está associada a participação dos indivíduos na realização de atos considerados errôneos (PALMER; SMITH-CROWE; GREENWOOD, 2016). Palmer (2012), em adição, afirma que os atos de *wrongdoing* são impetrados tanto por indivíduos quanto pela sua coletividade nas organizações. Nessas, tais práticas estão associadas a danos, escândalos e prejuízos, criando e disseminando sofrimento entre os elementos organizacionais (PALMER, 2013).

Diante disso, o *wrongdoing* está também relacionado a divisão e ao julgamento dos comportamentos (GREVE; TEH, 2016), evidenciando a moralidade e a imoralidade das ações individuais e organizacionais, sendo esse um ponto contribuinte na identificação do que é tido como certo e errado em relação às ações organizacionais (MANNING; ANTEBY, 2016).

Diante desse aspecto,

muitas organizações intencionalmente evitam o estabelecimento de uma definição explícita de certo e errado, ou ao menos uma que seja facilmente identificável e aplicável a todos os membros, e em vez disso permite que cada

indivíduo trace sua própria linha. (MANNING; ALTEBY, 2016, p. 48, tradução nossa).

Sendo assim, se um indivíduo inicia um curso de ação de *wrongdoing* existem chances de atrair outros participantes, mas se ele inicia e recruta outros, o *wrongdoing* deixa de ser apenas individual para tornar-se coletivo (PALMER, 2012).

Em relação ao *wrongdoing* organizacional há duas perspectivas contrastantes pelas quais esse fenômeno pode ser observado: o anormal e o normal (PALMER, 2012; PALMER, 2013). O *wrongdoing* quando analisado sob perspectiva da anormalidade, perspectiva mais convencional e mais popular, os atos de *wrongdoing* são usualmente definidos como aberrações que fogem da normalidade esperada (PALMER, 2012). Nesta perspectiva, Palmer (2013) elenca quatro fatores que retratam o *wrongdoing* como fenômeno anormal: (1) assume-se que o ato anormal é relativamente raro, a julgar pela pouca atenção dispensada na busca das causas das irregularidades cometidas nas organizações e pelas organizações. (2) A visão dominante da má conduta organizacional considera o comportamento mais controverso como aberração, desvios explícitos, significativos e ultrajantes em relação ao aceitável. (3) A terceira razão considera que o entendimento que domina é que os seus realizadores são repugnantes, sendo caracterizados como *bad apples*, traço associado a quem comete atos justificados por ganância excessiva, ambição ou negligência. Por fim, (4) o último aspecto, e mais importante, preconiza que as causas do *wrongdoing* organizacional estão relacionadas à falta de estruturas que impeçam ou distorçam as estruturas organizacionais, ou também *bad barrels*, explicadas devido a desajustes nos sistemas de incentivos e benefícios, o que motiva a perseguição de objetivos ilícitos ou ainda aos regimes fracos de monitoramento e punição, que não controlam o comportamento ilícito (PALMER, 2013).

A perspectiva anormal do *wrongdoing* não oferece condições suficientes para o entendimento do *wrongdoing* organizacional (PALMER, 2013). Nesse contexto, uma alternativa se apresenta em contraponto, retratando tal fenômeno como sendo normal – no sentido de que diante das condições organizacionais a adoção de um comportamento de *wrongdoing* não é uma aberração, mas sim o resultado de todo um sistema condicionante (PALMER, 2012; PALMER, 2013). Essa visão contrastante assume que os atos de *wrongdoing* não diferem muito do fazer certo organizacional. Palmer (2013), novamente, aponta para alguns fatores que tratem de caracterizar o fenômeno normal de *wrongdoing*. A primeira característica é que (1) o *wrongdoing*

organizacional é predominante nas organizações. (2) Mesmo que a mídia aponte e exponha um ato de *wrongdoing* como aberrante, ele não costuma ser muito diferente do que fazer o que é correto, visto que as organizações operam no limite entre o que é certo e o que é errado (PALMER, 2012). (3) Os executores do *wrongdoing* são considerados pessoas comuns e sensatas, ou seja, não possuem tendências psicopáticas ao contrário do que a mídia noticia ao descrever os executores como malévolos, em sua grande maioria são pessoas com muita ambição. Nesse sentido, estruturas e processos organizacionais reguladores de comportamentos de *wrongdoing* podem reduzir as diferenças individuais. No entanto, (4) o *wrongdoing* pode emergir dessas mesmas estruturas e processos, assumindo-se que seja um comportamento incidental. Palmer (2013, p. 9, tradução nossa) retrata que

o mais importante é que a perspectiva normal do *wrongdoing* organizacional permite que a má conduta organizacional possa ser gerada por uma infinidade de estruturas, sistemas e processos organizacionais que são difundidos nas organizações e que geralmente são responsáveis pela ação correta. A ideia de que uma infinidade de estruturas, sistemas e processos onipresentes pode facilitar o erro, em conjunto com a ideia de que o *wrongdoing* frequentemente não é muito diferente do que o correto, ajuda a explicar por que o erro é tão difundido e por que as pessoas comuns são suscetíveis a praticá-lo.

Por fim, a última característica apontada por Palmer (2012) é de que a perspectiva normal é onipresente, existindo em muitas organizações, com maior exposição midiática nas grandes. São comportamentos que levam a fraudes, esquemas e tragédias incluindo organizações, ordens religiosas, nações e demais negócios (PALMER, 2012).

A perspectiva normal do *wrongdoing* pressupõe que as mesmas estruturas, sistemas e processos organizacionais que evidenciam o fazer correto, também suscitam a emergência do *wrongdoing* (PALMER, 2013). Nesse sentido, as causas do *wrongdoing* podem ser variadas. Sob a perspectiva do *wrongdoing* como fenômeno anormal, Palmer (2012, 2013) aponta que este pode ser originado de uma escolha racional, evidenciando que o *wrongdoing* é originado quando as estruturas de incentivos tornam-se desalinhadas motivando, assim, o *wrongdoing*. Além daquela, o autor aponta que o sistema cultural presente nas organizações pode também ser um disseminador práticas de *wrongdoing*, ao ser reconhecido que elas sejam parte da cultura organizacional.

Essas causas fazem parte do que Palmer (2012) descreve como abordagem dominante – de caráter racional – estando atreladas ao *wrongdoing* organizacional como fenômeno anormal. Outras causas, como as dispostas na sequência, compõem a abordagem alternativa, sendo influenciadas pela racionalidade limitada e compreendendo a perspectiva normal do *wrongdoing*.

Sob a concepção do *wrongdoing* organizacional como fenômeno normal, há cinco causas, conforme quadro 2 disposto a seguir.

QUADRO 2 – CAUSAS DO *WRONGDOING* COMO FENÔMENO NORMAL

CAUSAS	DESCRIÇÃO
Estruturas de Poder	Retrata as organizações como arenas de conflitos, motivados pela busca e manutenção de poder. Membros organizacionais com maior poder seguem na busca de seus próprios interesses, podendo inclusive influenciar subordinados a engajarem-se em práticas de <i>wrongdoing</i> .
Sistemas Administrativos	Associados às estruturas de poder, produzem ambiente normativo e fomentam o controle, direcionando os esforços dos membros organizacionais. Práticas de <i>wrongdoing</i> surgem quando o contexto normativo e controlador motivam a perda de consciência moral, julgamento e intenção e, portanto, engajam comportamentos não éticos.
Influência Social Situacional	Organizações são sistemas de interação social no qual participantes interagem com aqueles que estão mais próximos ao seu ambiente. As relações sociais expõem comportamentos e informações sobre atitudes e comportamentos apropriados em um dado contexto de trabalho. Comportamentos que fomentam o <i>wrongdoing</i> estão associados ao sistema de influência social que pode contribuir e engajar outros membros, dada a existência da intencionalidade do <i>wrongdoing</i> .
Comportamentos Acidentais	Organizações estão sujeitas a acidentes, dado a complexidade de seu ambiente, suas diretrizes, cursos de ação ou, ainda, a erros relacionados a escolhas por realizar. Práticas de <i>wrongdoing</i> podem ser executadas acidentalmente quando comportamentos são observados como inapropriados ou acidentais.
Controle Social	O ambiente social, que permite o controle dos membros e indivíduos organizacionais, possibilita a criação do <i>wrongdoing</i> pela determinação social do termo, em função da construção social das práticas e comportamentos considerados certos ou errados.

FONTE: Adaptado de PALMER (2012).

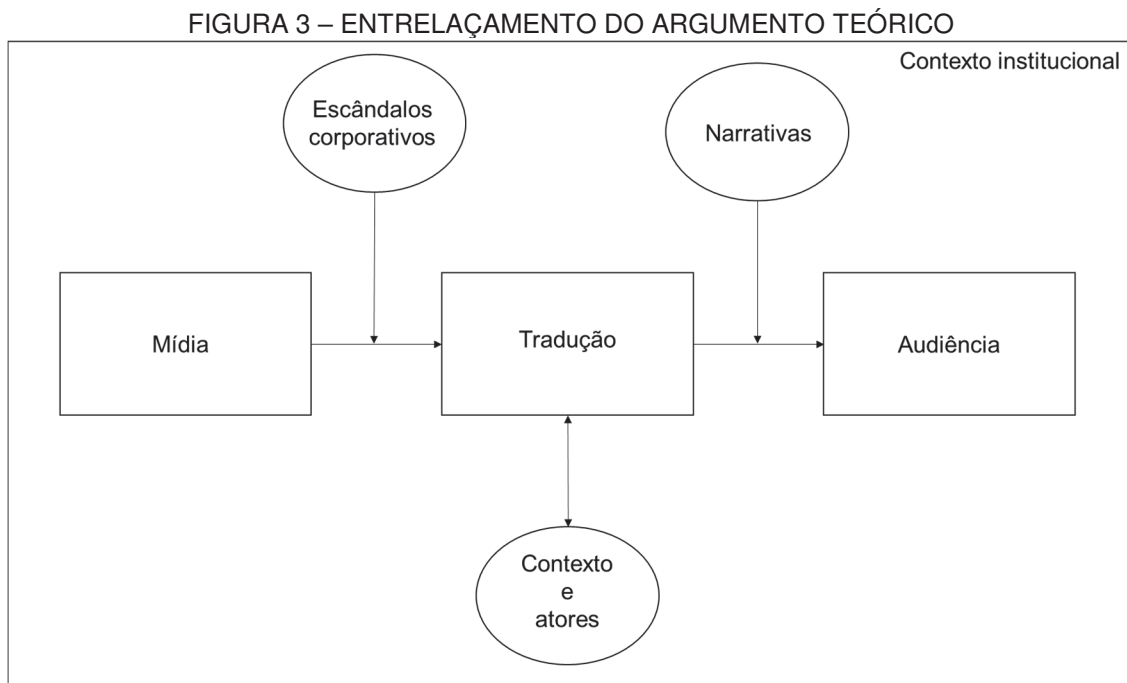
Além das causas apontadas acima, Palmer (2012) apresenta, ainda, as decisões éticas como uma causa comum tanto ao *wrongdoing* considerado como fenômeno anormal quanto ao normal. Essas decisões são inerentes ao funcionamento

das organizações vistas como uma coletividade de pessoas, pois estabelecem um padrão de comportamentos caracterizados como não éticos e que são prejudiciais às organizações, seus membros e aos processos organizacionais (PALMER, 2012).

A fim de melhor compreender o delineamento do argumento apresentado neste referencial, a próxima seção abordará uma espécie de fechamento, aqui considerado um entrelaçamento das referências teóricas utilizadas no argumento teórico da pesquisa.

2.5 ENTRELÇAMENTO DO ARGUMENTO TEÓRICO

Face ao apresentado neste capítulo, faz-se conveniente que haja um entrelaçamento das ideias relacionadas à utilização das diversas perspectivas teóricas, incutidas neste referencial teórico, que fomentam o argumento da pesquisa. Diante disso, nesta seção apresentar-se-á o arranjo das referências teóricas utilizadas de acordo a lente do próprio pesquisador para a concepção do argumento teórico desta pesquisa. Nesse contexto, a figura 3 exemplifica o argumento a ser delineado.



FONTE: O autor (2019).

Sendo assim, o argumento parte da premissa que a mídia – como construtora da realidade social (COULDRY; HEPP, 2017) – é caracterizada como um agente de controle social (PALMER, 2012; OLSSON; ERIKSSON, 2016), dando sentido e

julgando práticas e ações do cotidiano social envolvendo as ações de indivíduos e organizações (PALMER, 2012). Ela atua como um canal que possibilita que a sociedade tenha conhecimento acerca de algum fato, evento ou acontecimento (HEPP, 2016). A mídia, então, os controla, caracteriza e os expõe à sociedade (CLEMENTE; DURAND; PORAC, 2016), a exemplo dos escândalos corporativos que notoriamente tem chamado a atenção do público.

O contexto institucional, nesse sentido, influencia a forma como a mídia notícia e “julga” comportamentos e práticas que compõem os escândalos corporativos. Nesse sentido, a mídia reproduz normas, valores e ações considerados adequados dentro do contexto social, e os utiliza para o julgamento das práticas de *wrongdoing*. Deste modo, admite-se que o contexto institucional exerce demasiada influência nesse processo, sobretudo, em relação às veiculações midiáticas. Não obstante, sob essa perspectiva, admite-se, inclusive, que a mídia ao se tornar um agente de controle social (MICHELSEN; KROGH, 2016) expõe, a seu modo, a visão sobre o que se pode considerar como normal ou anormal diante dos atos que causam e levam aos escândalos corporativos. Essa perspectiva é consonante ao *wrongdoing* organizacional que assume que práticas e atos não mais são apenas considerados como anormais, raros ou pontuais, mas sim normais no sentido de estarem engendrados no cotidiano das práticas organizacionais e ordinárias, fomentando, dessa forma, os comportamentos, atos e práticas que levem a tais resultados (PALMER, 2012).

Ao passo que a sociedade tem apresentado uma proximidade com a mídia e passado por um denso processo de midiaticização (COULDRY; HEPP, 2017), a forma como os escândalos são destacadas ou caracterizados sofrem à ação da tradução (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996; SAHLIN; WEDLIN, 2008; WEDLIN; SAHLIN, 2017). Nesta acepção, uma imagem ou ideia acerca de algum fato, aqui representado pelos escândalos corporativos sob às vestes do *wrongdoing* organizacional, sofre influências de contextos variados e de atores tradutores que negociam sentidos, significados e ações. Em outras palavras, um escândalo corporativo pode apresentar diferentes sentidos, imagens – ou ainda ser contado de maneiras diferenciadas – a depender de quem o conte ou ainda de quem o traduz.

Em tal dinâmica, as narrativas são as ferramentas utilizadas para, então, expor esses entendimentos negociados (CZARNIAWSKA, 1997), pois carregam sentidos e possibilitam a compreensão e a interpretação dos eventos que caracterizam uma

prática como fruto de *wrongdoing* (FENTON; LANGLEY, 2011; DE LA VILLE). Finalmente, a partir de suas várias facetas, as narrativas chegam às audiências, as quais apropriar-se-ão de suas histórias e terão a sua versão dos fatos negociados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos conduzem e direcionam a pesquisa (CRESWELL, 2010), de forma que o seu planejamento e execução permitam responder ao problema de pesquisa (COOPER; SCHINDLER, 2003). A partir desse entendimento, o capítulo está estruturado em seções. Apresenta-se, inicialmente, o problema de pesquisa e as perguntas de pesquisa que nortearão o trabalho. Na sequência, são definidas as categorias de análise, não sem antes apontar os níveis e a unidade de análise, para então delinear as definições constitutivas e as formas de apreensão para as categorias criadas. Por conseguinte, classifica-se a pesquisa e as suas especificações e delinea-se a estratégia de pesquisa utilizada neste estudo. Em seguida, apresentam-se as seções que tratam da coleta dos dados, da análise dos dados e da validade e confiabilidade, respectivamente. Finalizando o capítulo, apresentam-se as limitações da pesquisa.

3.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa é o fato ou questão que evidencia a necessidade de investigação, decisão ou solução em um determinado campo de estudo (CRESWELL, 2010), cuja resposta não é conhecida e que guiará a análise, a avaliação, a crítica e o caminho a ser percorrido pela pesquisa em resposta a tal problema (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Assim sendo, declara-se novamente o problema que a pesquisa anseia responder: como a mídia, nas narrativas produzidas, traduz o papel dos envolvidos em um caso de *wrongdoing* organizacional? A partir desse, e em consonância aos objetivos traçados na introdução, apresentam-se, a seguir, as perguntas de pesquisa.

3.1.1 Perguntas de pesquisa

As perguntas de pesquisa auxiliam no direcionamento e no percurso metodológico em resposta ao problema de pesquisa, de modo que as suas respostas corroboram para o entendimento ou explicação do problema (CRESWELL, 2010). As perguntas para esta pesquisa seguem dispostas:

1. O que é a Operação Lava Jato? Quem são os envolvidos?
2. Qual(is) o(s) papel(is) dos envolvidos na Operação Lava Jato?
3. Qual o foco da política editorial dos canais midiáticos que noticiam a Operação Lava Jato?
4. Quais as narrativas que emergem da mídia na tradução da Operação Lava Jato?

3.2 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Embora as variáveis estejam associadas à pesquisa quantitativa, seus constructos e relações (COOPER; SCHINDLER, 2003), na pesquisa qualitativa adquirem outra conotação, sendo apresentadas a partir de categorias de análise que permitem caracterizar o objeto da análise, dividi-lo ou categorizá-lo, assim como ordená-lo e posicioná-lo dentro do contexto da pesquisa (COLLIS; HUSSEY, 2005). Contudo, antes do delineamento das categorias de análise, e de suas definições constitutivas e de suas formas de apreensão, faz-se necessário apontar os níveis e unidade de análise.

3.2.1 Níveis de análise e unidade de análise

O nível de análise, contexto macro em que as unidades de análise estão subordinadas, possibilita uma percepção em aspectos mais amplos dos fenômenos ou eventos e abrange vários elementos identificadores dos dados para a análise e compreensão do fenômeno pesquisado (MERRIAM, 2009). Em complemento, as unidades de análise são consideradas unidades de observação que contribuem para a investigação da pesquisa (BABBIE, 2012), as quais terão suas propriedades analisadas (CORBETTA, 2003). Sendo assim, a presente pesquisa considera as esferas institucional e organizacional como níveis de análise e as narrativas como a unidade de análise.

3.2.2 Definição constitutiva e formas de apreensão

Palavras apresentam diferentes significados dependendo do contexto e de quem as interprete, podendo, inclusive, causar confusão em relação a algum conceito. Sendo assim, evidencia-se o papel das definições como forma de reduzir o risco de

algum entendimento desalinhado aos propósitos da pesquisa. Deste modo, tem-se que as definições constitutivas assemelham-se às definições de dicionários e utilizam-se de sinônimos, palavras, expressões e termos que descrevem, explicam e esclarecem os conceitos abordados na pesquisa. Usualmente, associada à definição constitutiva, há a operacional. Essa definição descreve as formas possíveis para obter, analisar e alcançar uma categoria dentro do contexto onde o estudo será realizado. (COOPER; SCHINDLER, 2003).

No entanto, dadas as características desta pesquisa, utilizar-se-á o termo forma de apreensão para descrever a forma como as categorias serão alcançadas. Esta visão está relacionada ao modo pelo qual as categorias serão observadas, visto que não há um padrão ou fórmula específica para tal. Nesse processo é de suma importância a presença e a visão analítica do pesquisador que definirá, com base no seu entendimento e percepção, os elementos a serem buscados e analisados (STAKE, 2010).

As definições constitutivas e as formas de apreensão das categorias de análise seguem descritas a seguir.

1. *Wrongdoing* organizacional

Definição Constitutiva: prática, ato, ação ou comportamento que exceda e/ou transgrida uma condição de aceitabilidade social, determinado por um agente de controle social. O agente de controle social determina quais os padrões socialmente aceitos e é uma representação da coletividade, impondo sanções, exprimindo julgamentos e opinando sobre o aceitável e o não aceitável. (GREVE; PALMER; POZNER, 2010). Além disso, o conceito engloba transgressões legais, sociais e éticas (POLLOCK; MISHINA; SEO, 2016), de modo que sejam essas as três categorias utilizadas para caracterizar o *wrongdoing* organizacional: legislação vigente, princípios éticos e reponsabilidade social (PALMER, 2012).

Forma de Apreensão: o *wrongdoing* organizacional será captado por meio das notícias, reportagens e narrativas oriundas dos veículos midiáticos que descrevem, opinam e noticiam sobre a Operação Lava Jato. Desta maneira, será possível identificar as características que compõem o conceito de *wrongdoing* organizacional e as práticas, atos, ações e comportamentos que os define.

2. Tradução

Definição Constitutiva: processo pelo qual ideias, informações, ações e práticas viajam em um dado contexto, adquirindo novos significados e sentidos (WEDLIN; SAHLIN, 2017). É caracterizado por ser um processo contínuo (PALLAS; FREDRIKSSON; WEDLIN, 2016), pois à medida que estas ideias circulam, novos significados são definidos e construídos (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996; SAHLIN; WEDLIN, 2008; WEDLIN; SAHLIN, 2017). Sendo assim, é considerado um processo complexo de negociação de sentidos e significados (WAERAAS; NIELSEN, 2016), tendo suas características e concepções iniciais modificadas e reconstruídas pelos vários tradutores dos contextos enquanto se movem de um lugar a outro (CZARNIAWSKA; SEVÓN, 2005).

Forma de Apreensão: a tradução será capturada diante dos canais midiáticos selecionados para esta pesquisa com a premissa de se encontrarem os diferentes sentidos atribuídos ao papel dos envolvidos na Operação Lava Jato. O que está em jogo é a análise do sentido atribuído por cada veículo midiático. Além disso, atenção será destinada ao foco editorial dos veículos e a forma como cada um aborda e descreve a Operação Lava Jato.

3. Narrativas

Definição Constitutiva: construção sequenciada de fatos, eventos e histórias que, posicionados em um tempo e espaço, conferem o entendimento acerca de uma realidade (FENTON; LANGLEY, 2011; DE LA VILLE; MOUNOUD, 2015). São representações simbólicas compostas de personagens, conteúdo, ideias, enredo e posicionamentos, podendo ser encontrados nos mais diversos materiais como textos, conversas, notícias, documentos, entre outros (GRANT; HARDY; OSWICK; PUTNAM, 2004; VAARA; SONENSHEIN; BOJE, 2015). Nesse sentido, estão relacionadas à interação dos seres (CORVELLEC, 2015) e à construção de um sentido a ser compartilhado pela coletividade (ROULEAU, 2015).

Forma de Aprecensão: as narrativas serão coletadas a partir dos veículos midiáticos selecionados para a pesquisa. Esse processo incluirá a captura de informações sobre como o papel dos envolvidos é traduzido e expresso por cada canal, de modo que se possa ter o conhecimento de como os significados e sentidos são negociados quando se trata dos envolvidos da Operação Lava Jato. O fio condutor da análise partirá das reportagens de capa das três mídias selecionadas.

3.2.3 Definição de outros termos relevantes

4. Escândalos Corporativos

Definição Constitutiva: os escândalos corporativos estão associados às práticas de fraudes, crimes financeiros, corrupção e demais atos que prejudiquem a imagem e reputação organizacionais, incitando a criação e utilização de mecanismos variados em resposta a eles (COFFEE, 2005; COUTINHO E SILVA et al., 2012). Nesta pesquisa, são tidos como expressões acerca de práticas que transgridam o considerado certo e o errado de acordo com o julgamento de um agente de controle social (GREVE; PALMER; POZNER, 2010).

5. Mídia

Definição Constitutiva: um agente mediador da realidade social, responsável pela sua construção e transformação (COULDRY; HEPP, 2017). É a ferramenta pela qual as mensagens são transmitidas, incorporando-se do meio, conteúdos e aspectos que permitam influenciar uma audiência ou fazer com que um fato ou fenômeno seja de conhecimento coletivo (MCLUHAN, 1966). Por meio da interação com as suas várias faces, o mundo social é constituído em uma realidade imaginada e disseminada para a coletividade (HEPP, 2016; HASEBRINK; HEPP, 2017).

6. Miatização

Definição Constitutiva: forma de entendimento das transformações sofridas em uma realidade social por meio das interações comunicativas e midiáticas (DEACON; STANYER, 2014). O crescimento e desenvolvimento das tecnologias, e da sua

consequente dependência (HEPP, 2013), colocou a mídia em uma posição central no modo como os indivíduos interagem e se comunicam (COULDRY; HEPP, 2017). Deste modo, a midiaticização apresenta-se como um processo que permite interpretar como a mídia está relacionada à construção da realidade e ao conhecimento de seu funcionamento (HEPP; HJARVARD; LUNDBY, 2015).

3.3 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa nas ciências sociais é considerada um meio pelo qual o conhecimento pode ser alcançado. Não obstante, parte-se do pressuposto que seu papel incita a reflexão, análise e crítica a um contexto histórico, social e conceitual que se apresenta ao pesquisador. Diante disso, ao pesquisador cabe uma postura autocrítica em relação a sua realidade, ao contexto e ao fazer pesquisa. (RICHARDSON, 1999).

Considerando-se a existência e influência de uma realidade social mediada, ou seja, construída e transformada pela ação da mídia, tem-se que a abordagem utilizada na realização desta pesquisa assume no seu ínterim caráter qualitativo (CRESWELL, 2010), haja vista que é o tipo adequado para analisar, inserido o pesquisador dentro de uma realidade social, os sentidos e significados atribuídos a um fenômeno em questão (RITCHIE; LEWIS, 2003).

Essa abordagem, em consonância ao problema de pesquisa estruturado anteriormente, objetiva interpretar acontecimentos, explorar e entender os significados de um fenômeno ou evento em um dado contexto, considerando-se a sua compreensão e explicação (GODOI; BALSINI, 2010; STAKE, 2010). Assume-se que a pesquisa passa por um processo de exploração de um problema social, no qual o pesquisador analisa e constrói um arcabouço complexo para investigar e interpretar o que se apresenta (CRESWELL, 2010).

Ademais, ao passo de classificar a pesquisa como exploratória, descritiva e/ou explicativa (BABBIE, 2012), este trabalho assume o entendimento da causalidade – compatível com a pesquisa de abordagem qualitativa – como meio para a explicação causal dos fenômenos investigados nesta abordagem (MAXWELL, 2004). Nessa visão, busca-se compreender o que está acontecendo, qual a causa – ou o efeito sistemático que influencie os fenômenos – e os processos que denotem por que ou como um evento, situação ou fenômeno ocorre. Nessa perspectiva, os eventos estão

conectados e a análise dos seus processos formadores são maneiras de compreender como determinados eventos influenciam outros – e como um fenômeno particular é influenciado por outros eventos – fornecendo, assim, indícios para a explicação causal descrita por Maxwell (2004). Reitera-se que a causalidade é local – contextual – e está associada a uma rede complexa de eventos e processos que atuam e agem uma dada situação. Para as ciências sociais, o contexto social e cultural é “crucial” para a compreensão dos “mecanismos” de causalidade. (MAXWELL, 2004). Adverte-se que os mecanismos mencionados não refletem estrita relação de causa e efeito, características de pesquisas quantitativas, mas sim os processos que levam a determinado resultado evidenciando o entendimento de um fenômeno.

A temporalidade é outro quesito que pode classificar uma pesquisa. Nesse sentido, a mesma apresenta corte transversal com aproximação longitudinal. Nesta perspectiva, um evento ou fenômeno é estudado ao longo de um intervalo de tempo a partir de uma data de recorte inicial (HAIR JR; BABIN; MONEY; SAMOUEL, 2005). A razão da escolha do período é devido o interesse do pesquisador em descobrir dentro de um período de tempo qual a evolução dos acontecimentos do caso em questão. Para o recorte transversal, utilizou-se como referência a deflagração da Operação Lava Jato em Março de 2014, de modo que o período da pesquisa estendeu-se até Novembro de 2018.

Acerca do delineamento desta pesquisa, utilizar-se-á como estratégia de pesquisa a pesquisa narrativa (CONNELLY; CLANDININ, 1990). Entende-se que as narrativas tornaram-se a forma para captar uma realidade social (CZARNIAWSKA, 2011), sendo as mesmas constituintes do processo de narrar, pelo qual sentidos são compartilhados coletivamente e socialmente construídos (GRANT et al., 2004). Por este modo, como destaca Czarniawska (2004, p. 17, tradução nossa) “tudo é uma narrativa ou ao menos pode ser tratado como uma. Geralmente, entretanto, uma narrativa é entendida como um texto falado ou escrito acerca de um evento/ação ou séries de eventos/ações, cronologicamente conectados”. Desta maneira, ao retomar o problema de pesquisa – como a mídia, nas narrativas produzidas, traduz o papel dos envolvidos em um caso de *wrongdoing* organizacional? – infere-se que a pesquisa narrativa é a mais adequada para analisar como essas narrativas são produzidas a partir do caso de *wrongdoing* organizacional, que neste estudo é representado pela Operação Lava Jato.

A pesquisa narrativa experimentou crescimento entre os pesquisadores, especialmente entre os qualitativos, sobretudo porque é capaz de expor uma história organizada e sequenciada em eventos e ações reunidos por um enredo (Polkinghorne, 1995). Desta forma, justifica-se a escolha da pesquisa narrativa, dado o interesse na análise das narrativas midiáticas sobre a Operação Lava Jato.

Finalmente, com o intuito de resumir e visualizar as escolhas para a execução desta pesquisa, apresenta-se a seguir o quadro 3 com as principais características relacionadas à classificação e ao delineamento da pesquisa.

QUADRO 3 – RESUMO DAS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Características	Classificação	Razões para escolha
Abordagem	Qualitativa	Análise de fenômeno inserido em uma realidade social, objetivando a sua interpretação, compreensão e explicação.
Delineamento	Causalidade	Explicação causal do fenômeno, provendo meios de entendimento dos processos que levam à compreensão das situações e eventos que influenciam e encadeiam os fenômenos estudados.
Temporalidade	Transversal com aproximação longitudinal	A justificativa está associada ao conhecer como a mídia noticiou a Operação Lava Jato, e os aspectos concernentes, desde a sua deflagração até uma data específica, caracterizando um período de tempo.
Estratégia	Pesquisa narrativa	As narrativas estão inseridas no cotidiano, onde tudo pode ser conceituado como tal. Nesse sentido, a pesquisa narrativa analisa como histórias são disseminadas e expostas.

FONTE: O autor (2019).

Os procedimentos relativos à coleta de dados estão dispostos na sequência.

3.4 COLETA DOS DADOS

A coleta dos dados é a etapa dentro da pesquisa científica que busca se certificar que boas informações sejam angariadas para responder as questões de pesquisa (CRESWELL, 1998). Está também relacionada ao acesso aos dados, contando com a experiência do pesquisador em interpretar e verificar as fontes e a robustez das informações coletadas (STAKE, 1995). Salienta-se, contudo, que neste

processo há possibilidade de utilização de mais de uma fonte para obtenção e coleta de dados para posterior análise (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Sendo assim, em consonância ao objetivo desta pesquisa, a coleta de dados baseou-se em dados secundários (COOPER; SCHINDLER, 2003). Antes, porém, da coleta propriamente dita aos veículos midiáticos, a partir de um levantamento inicial, averiguou-se várias mídias consultadas e constatou-se que os canais on-line são considerados os meios de maior acesso para a busca de informações, quando, por exemplo, há necessidade de consulta acerca de escândalos corporativos. Devido a esse conhecimento, foram escolhidos três veículos midiáticos – dentre os indicados no levantamento realizado: Revista Carta Capital, Revista Veja e Revista Exame.

A escolha destes três agentes deu-se por um conjunto de fatores. Primeiramente, com a finalidade posterior de analisar as narrativas emergentes de cada canal, ansiava-se por veículos que apresentassem diferentes focos de política editorial – esse foco será melhor delineado em seção própria no capítulo 4. Nesse contexto, as três revistas selecionadas apresentam focos bastante específicos quanto aos temas de seu interesse de veiculação, o que corrobora para os fins desta pesquisa. Por conseguinte, outro fator determinante estava ancorado em selecionar revistas de grupos editoriais diferentes, sendo a Carta Capital, deste modo, pertencente à Editora Confiança enquanto as outras duas, Veja e Exame, ao grupo Abril. Esperava-se com isso encontrar visões para um mesmo evento, neste caso a Operação Lava Jato, em busca dos sentidos e significados atribuídos por cada revista à operação. Além disso, optou-se por revistas que dispusessem de conteúdo em formato on-line, em consonância com o indicado no levantamento realizado. O acesso a esses veículos deu-se por meio do site *Go Read*, disponível no endereço www.goread.com.br, por meio do qual foi possível acessar todo o conteúdo on-line das revistas supracitadas. O site dispõe de um acervo de revistas on-line, dentre as quais encontram-se as escolhidas para este trabalho.

Tratando-se aqui da Operação Lava Jato como caso de *wrongdoing* organizacional, selecionaram-se todas as matérias de capa a partir da deflagração da Operação em 17 de março de 2014 até 30 de novembro de 2018 para as revistas acima citadas. A razão para a escolha das capas é que as mesmas evidenciam a importância dada pelas revistas à Operação Lava Jato, podendo-se com isso avaliar a visibilidade do assunto perante os outros veículos midiáticos aqui selecionados (ROCHA; BOROSKI; CARVALHO, 2017).

Não obstante, uma seleção inicial de todas as menções feitas à Operação Lava Jato pelos veículos selecionados, resultou em um volume de dados altíssimo; uma primeira pré-análise demonstrou que havia muitas repetições e, dado que o objetivo da análise não se referia a trabalhar com volume, frequência e repetição de palavras/ideias, e sim narrativas e significados traduzidos, optou-se por selecionar as reportagens de capa. As reportagens de capa geralmente têm por objetivo em um veículo de mídia destacar um conteúdo e chamar a atenção da audiência, dando a tônica do que será veiculado. Assim, entendeu-se que esse era um critério relevante para a pesquisa em tela.

Face ao exposto, os dados passaram por três etapas de apreensão. Para a primeira etapa, consideraram-se todas as reportagens que tivessem alguma menção à Operação Lava Jato e aos seus possíveis envolvidos a julgar pela aparição destes termos nas manchetes de capa e nas pequenas chamadas expostas na capa das revistas. Diante dessa primeira aproximação e leitura foram coletadas 94 edições da Revista Carta Capital, totalizando 1636 páginas de conteúdo, 158 edições da Revista Veja com 2495 páginas e, por fim, 25 edições da Revista Exame, que correspondeu a 378 páginas. Nesta etapa, o montante coletado foi de 277 edições compondo 4509 páginas de conteúdo.

Na segunda etapa, os dados foram organizados por revista em uma planilha de dados. Fez-se novamente uma leitura de todas as reportagens coletadas para analisar se a reportagem era considerada adequada para compor a base de dados. Utilizou-se como diretrizes para o julgamento da adequação das reportagens coletadas os seguintes critérios: (1) se a notícia era de fato uma reportagem de capa e (2) se os registros continham informações acerca da Operação Lava Jato e/ou seus envolvidos. Após este procedimento, definiu-se o montante de reportagens coletadas a saber: 76 edições da Revista Carta Capital totalizando 1297 páginas de conteúdo, 129 edições da Revista Veja com o equivalente a 2081 páginas e, finalmente, 13 edições da Revista Exame, com 178 páginas. Ao final desta etapa restaram no total 218 edições correspondendo a 3556 páginas de conteúdo. O quadro 4 resume a quantidade encontrada em cada etapa de apreensão dos dados referentes aos dois primeiros momentos.

QUADRO 4 – RESUMO DAS ETAPAS DE APREENSÃO

Veículos de mídia	Primeira etapa	Segunda etapa
Revista Carta Capital	94 edições - 1636 páginas	76 edições – 1297 páginas
Revista Veja	158 edições - 2495 páginas	129 edições - 2081 páginas
Revista Exame	25 edições - 378 páginas	13 edições - 178 páginas
TOTAL	277 edições - 4509 páginas	218 edições - 3556 páginas

FONTES: O autor (2019).

De conhecimento do total de edições a serem analisadas – oriundo da segunda etapa – procedeu-se assim a terceira etapa de apreensão – e leitura, realizada com o auxílio do *software* atlas.ti, usualmente utilizado em análises de conteúdo (SALDAÑA, 2013). Ressalta-se, contudo, que a partir dos princípios da análise de conteúdo, os dados foram codificados e organizados para posterior análise. Saldaña (2013, p. 9) destaca que “codificar é organizar coisas em ordem sistemática, para fazer algo parte de um sistema ou classificação, para categorizar”. Frente a esse conhecimento os dados foram categorizados e organizados para posterior análise, levando-se em conta quatro categorias (1) como a Operação Lava Jato era descrita e os envolvidos mencionados; (2) como os papéis eram caracterizados; (3) o foco ou interesse de cada revista e, por fim, (4) quais informações que pudessem externar as narrativas emergentes em cada uma das revistas.

Faz-se necessário salientar que neste trabalho a técnica de análise de conteúdo, propriamente dita, não foi utilizada no sentido de sua aplicação estrita. Ademais, apoderou-se de seus princípios para a operacionalização da pesquisa, conforme explanado. Por meio disso, e dos procedimentos acima mencionados, foi possível criar um arcabouço de informações que permitiram análise dos dados, a ser apresentada na próxima seção.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Após os dados terem sido coletados inicia-se a análise. Na pesquisa qualitativa, a teoria está entrelaçada à coleta e a análise dos dados em um processo de interação contínua (BABBIE, 2012). Isto posto, afirma-se que o objetivo da análise de dados é extrair sentidos a partir das informações coletadas (MERRIAM, 2009). O processo envolve preparar, analisar e conduzir métodos para a categorização dos dados,

possibilitando, dessa forma, interpretar os seus significados bem como apontar respostas ao problema de pesquisa (STAKE, 1995; CRESWEL, 2010).

Tendo-se como unidade de análise as narrativas e definida como estratégia de pesquisa a pesquisa narrativa, a análise dos dados foi realizada a partir da análise das narrativas. Dado que as narrativas são meios que provem entendimento de fenômenos e estão em significativo crescimento, assim também está o uso da análise narrativa (FELDMAN; ALMQUIST, 2012). Nesse sentido, a análise narrativa indaga para quem e com que propósito uma história é disseminada, além de buscar entender como a sucessão dos eventos é organizada e com quais recursos (RIESSMAN, 2008).

De acordo com Shuman (2012, p. 125, tradução nossa), “a narrativa é um recurso cultural para negociar o significado por meio das relações em contextos culturais, históricos e sociais locais”. Isto é, as narrativas carregam significados e sentidos que possibilitam modificar ou criar um entendimento acerca de situações traumáticas que alteram o fluxo da vida cotidiana (SHUMAN, 2012).

A estrutura para análise narrativa idealizada por Shuman (2012) alude aos significados que são negociados pela disseminação das narrativas no contexto, como recursos culturais e linguísticos. Dado que as narrativas sejam a forma de expressar sentidos e significados expressando ideias, concepções e opiniões (CZARNIAWSKA, 1997), a escolha pelo modelo de Shuman (2012) parece ser a escolha ideal visto que é condizente com a concepção das narrativas no processo de tradução (CZARNIAWSKA; SEVÓN, 1996; SAHLIN; WEDLIN, 2008; WEDLIN; SAHLIN, 2017). Deste modo, o caminho de análise proposto contempla seis pontos de análise (SHUMAN, 2012), conforme demonstrado no quadro 5:

QUADRO 5 – PROPOSTA DE ANÁLISE NARRATIVA

Característica	Descrição e direcionamentos
Capacidade de comunicação	Questões concernentes ao ato de reportar uma história questionando o porquê de um evento ser comunicável. Uma história passa a ser considerada passível de ser contada de acordo com o seu conteúdo e o contexto. O que faz de uma história ser merecedora, ou não, de ser contada? Esta característica evidencia o que se conta, quem conta a quem e sob que circunstâncias.
Propriedade, direito e apoio	Em todo o momento que uma história é contada ocorre uma mudança em relação a sua propriedade. Narrativas são usadas para extrair e direcionar histórias, alinhando a audiência ao que se está contando. Pode-se por meio delas alterar um posicionamento acerca do que se tem como entendimento consolidado. Questiona-se qual a posição frente aos eventos reportados, à audiência e como os narradores se posicionam.

Gênero e estilo	As histórias frequentemente combinam diferentes gêneros. Os estilos e a forma como as histórias são contadas podem expressar o seu posicionamento. Nesse sentido, relativa a essa característica questiona-se qual a forma da história apresentada.
Intertextualidade e narração dialógica	Uma história tem a capacidade de construir e remodelar uma sociedade. Todas as histórias são vozes que carregam posicionamentos sociais e ideológicos, podendo ser (re)interpretadas e um contexto em que novos significados podem emergir. Como a intertextualidade é utilizada dentro do processo de contar histórias, carregando-se concepções, opiniões, reflexões e novos sentidos?
Categorias narrativas e sócio-políticas	Múltiplas vozes e narrativas podem se fazer presentes em uma história. Indaga-se nesta característica, dessa forma, quem são essas vozes e quais os seus papéis na narrativa.
Conclusões da narrativa	Análise da interação narrativa objetiva entender como as narrativas são utilizadas para negociar os sentidos e significados acerca de um dado evento. Sendo assim, quais esses significados? Como as narrativas são utilizadas para tal feito?

FONTE: Modificado de SHUMAN (2012).

Conjuntamente à proposta de Shuman (2012) utilizou-se o modelo sugerido por Pentland (1999), para auxiliar, se necessário, a análise narrativa. Nessa dinâmica, segundo Pentland (1999), dentro do processo de teorização as narrativas são as estruturas utilizadas, por meio de histórias, fábulas, textos e gerador de mecanismos, para explicar e interpretar o que se apreende dos dados observados. O autor defende, inclusive, que é possível aprimorar o processo teórico e criar melhores explicações acerca de um fato, evento ou acontecimento pela análise narrativa e seus métodos estruturais.

Sendo assim, o *framework* de análise narrativa idealizado por Pentland (1999) visa entender como os níveis estruturais nas narrativas constituem e integram conceitos englobados na teoria narrativa, permitindo que a partir das observações de superfície por meio dessas estruturas, possa-se mover da descrição para explicação, com fins de melhorar a teoria. De acordo com a proposta do autor, as narrativas podem assumir formas variadas possuindo, quaisquer narrativas que sejam, características em graus diversos. Uma narrativa deve, ao menos, descrever uma

sequência de eventos, mas conforme segue disposto, ela pode contar outras características típicas, a saber conforme quadro 6:

QUADRO 6 – *FRAMEWORK* DE ANÁLISE ESTRUTURAL DE NARRATIVA

Fundamentos	Descrição e apontamentos
Sequencialidade	As narrativas incluem uma estrutura de início, meio e fim, mesmo que estórias fragmentadas também representem temporalidade e sequencialidade. A sequência faz parte de uma fábula e em formas mais profundas de uma estória. Podem contar eventos arranjados para dar mais dramaticidade à estória.
Ator(es) focal(is)	As narrativas referem-se, sempre, a alguém ou algo, pois são partes constituintes das fábulas e estórias. Há um protagonista ou antagonista contracenando na mesma estória. Podem não ser desenvolvidos ou não identificados, mas ao longo da narrativa promovem entendimento a sequência contada.
Voz narrativa	Sendo a narrativa algo que alguém ou algo conta há, indubitavelmente, uma voz fazendo a narrativa. A voz reflete o ponto de vista específico, podendo existir vários pontos de vista possíveis. Este quesito não é caracterizado como componente da estrutura profunda.
Quadro de referências	As narrativas carregam valores e significados culturais, dado que codificam implícita ou explicitamente padrões pelos quais as ações dos personagens podem ser julgados. Assim como a categoria anterior, não faz parte da estrutura profunda das narrativas.
Outros indicadores de conteúdo e contexto	As narrativas explicitam não apenas meros eventos, mas uma ampla gama de mecanismos textuais utilizados para indicar tempo, locais, atributos, características do contexto. Fornecem informações que possibilitam interpretar os eventos.

FONTE: Adaptado de PENTLAND (1999).

Explicitada a maneira de analisar os dados, a próxima seção tratará dos procedimentos e critérios de validade e confiabilidade.

3.6 VALIDADE E CONFIABILIDADE

Na pesquisa qualitativa, muitas são as discussões acerca do rigor metodológico e da credibilidade dos resultados encontrados na pesquisa. Perguntas como “fez-se tudo corretamente?” ou “o processo foi bem executado?” ou ainda “os resultados e a análise são válidos à ciência?” são alguns dos questionamentos que o pesquisador se depara (CRESWELL, 1998). Nesse contexto, o rigor nas pesquisas qualitativas

pode ser observado, por exemplo, sob diferentes termos como credibilidade, conformidade e/ou autenticidade. Entretanto, independente da nomenclatura utilizada, uma das maneiras de atestar a validade e a confiabilidade nas pesquisas qualitativas é por meio de estipulação e determinação de um método para explicitar e suportar o argumento do pesquisador, da pesquisa e dos futuros trabalhos. (ELO; KÄÄRIÄINEN; KANSTE; PÖLKKI; UTRIAINEN; KYNGÄS, 2014)

Na busca de critérios para dar credibilidade às pesquisas qualitativas muitos estudos foram desenvolvidos a fim de elencar critérios de validade e confiabilidade, dada a crescente preocupação dos pesquisadores em cada vez mais embasar suas pesquisas (SINKOVICS; PENZ; GHOURI, 2008). Por conseguinte, Merriam (2009) corrobora afirmando que os critérios que conferem validade e confiabilidade às pesquisas visam garantir a correta execução dos procedimentos e do percurso da pesquisa gerando, dessa forma, resultados coerentes. Não apenas isso, mas é uma forma de atestar o seguimento dos princípios éticos (MERRIAM, 2009).

Nesta pesquisa, os parâmetros utilizados seguem os preceitos do *trustworthiness* – cuja tradução assemelha-se à fidedignidade (LINCOLN; GUBA, 1985; MORSE; BARRETT; MAYAN; OLSON; SPIERS, 2002; SHENTON, 2004; SINKOVICCS; ALFOLDI, 2012; ELO et al., 2014). No que diz respeito a esse conceito, para garanti-lo nesta pesquisa utilizar-se-á os critérios propostos por Lincoln e Guba (1985) sendo eles a (1) credibilidade – coerência dos resultados da pesquisa; (2) transferabilidade – aplicação da pesquisa em outros contextos; (3) dependabilidade – aplicação do método para a obtenção dos mesmos resultados; e, por fim, (4) confirmabilidade – resultados devem emergir da análise dos dados e não das preferências do pesquisador. (LINCOLN; GUBA, 1985; SHENTON, 2004).

Para atender à credibilidade, certificou-se de seguir os procedimentos metodológicos delineados nesta pesquisa, expostos nas seções anteriores, a fim de evidenciar que os resultados fossem coerentes com o método utilizado. Quanto à transferabilidade, procurou-se delimitar claramente o percurso metodológico da pesquisa, evidenciando quais os veículos utilizados, os justificando, expondo os critérios para a adequação aos parâmetros estabelecidos, de modo que se algum pesquisador desejar realizá-la, possa fazê-lo em outros contextos e premissas. O parâmetro dependabilidade está associado à transferabilidade.

No entanto, a diferença é que na dependabilidade a aplicação do método visa levar aos mesmos resultados encontrados por outro pesquisador. Por conseguinte,

Shenton (2004) alerta que o contexto para o pesquisador qualitativo é mutável e nem sempre os mesmos resultados podem ser encontrados, dado o contexto e as suas características e a própria visão do pesquisador executando a pesquisa. Por fim, para a confirmabilidade, estreitou-se o cuidado aos seguimentos dos procedimentos metodológicos expostos neste capítulo, de modo que os interesses e posicionamentos do pesquisador não influenciassem os resultados. Ademais, levando-se em consideração a Operação Lava Jato, tomou-se a precaução de não serem expostas as opiniões de cunho pessoal e político, que a operação e o contexto incitam. Deste modo, objetiva-se atestar a pesquisa e os resultados dela provenientes. A seguir, apresentam-se as limitações do estudo.

3.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As limitações fazem parte do processo de pesquisa e podem estar relacionadas à figura do pesquisador, que não contempla ou processa todas as informações, não tem acesso a todos os dados ou não interpreta o arcabouço de dados coletados de modo a responder o problema de pesquisa (STAKE, 1995; CRESWEL, 2010). Nesse sentido, uma das limitações deste estudo é concernente ao modo pelo qual os dados foram coletados. Utilizou-se para o estudo exclusivamente as reportagens de capa dos veículos selecionados. Tendo isso em vista, analisaram-se somente essas notícias, excluindo-se da análise àquelas não aderentes a esse critério.

Outra limitação está relacionada ao período de obtenção dos dados. É sabido que a Operação Lava Jato foi deflagrada em março de 2014, mas há indícios anteriores que podem fornecer outra visão à análise em questão. Um ponto interessante seria comparar as narrativas do antes e depois da data da deflagração, sugestão essa para foco de futuros trabalhos.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O processo de análise dos dados evidencia as descobertas da pesquisa. Sua apresentação alude à extração de resultados, informações e significados a partir dos dados coletados (MERRIAM, 2009). Neste capítulo, os dados serão analisados e discutidos de modo que a resposta ao problema de pesquisa seja alcançada, baseando-se, para isso, nas perguntas de pesquisa delineadas no capítulo dos procedimentos metodológicos. Ademais, cada seção está relacionada a um dos objetivos delineados, de modo que suas subseções contemplem cada um dos veículos de mídia previamente selecionados e justificados na seção referente à coleta de dados do capítulo anterior desta pesquisa, sendo apresentados sempre na seguinte ordem: (1) Revista Carta Capital, (2) Revista Veja e (3) Revista Exame.

Sendo assim, na primeira seção inicia-se a descrição da Operação Lava Jato e posiciona-se também quem são os envolvidos apontados em cada um dos veículos. Posteriormente, caracteriza-se o papel dos envolvidos de acordo com a concepção de cada revista e a percepção do próprio pesquisador. Na sequência, apontam-se os focos da política de cada veículo. Posteriormente, há a análise das narrativas emergentes de cada veículo. Por fim, tem-se a discussão dos resultados.

4.1 DESCRREVENDO A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS SEUS ENVOLVIDOS

O objetivo desta seção é apresentar como os veículos de mídia descrevem e noticiam o escândalo corporativo, representado pela Operação Lava Jato, bem como os seus envolvidos. Começar-se-á pela Revista Carta Capital, conforme já explanado.

4.1.1 Revista Carta Capital

Para este veículo, a Operação Lava Jato é a representação de um posicionamento da oposição à base governista – à época Dilma Rousseff estava em seu segundo mandato – para incentivar a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, a fim de investigar irregularidades contratuais nos contratos de fornecimento da Petrobras e o envolvimento de executivos e diretores da estatal, políticos e servidores públicos (DRUMMOND, 2014a).

A operação investiga crimes contra o sistema financeiro, formação de quadrilha, falsidade ideológica, desvio e lavagem de dinheiro. Por detrás do esquema, figura o doleiro Alberto Youssef, preso desde a deflagração em março de 2014. Estima-se que os 10 bilhões de reais desviados tenham sido lavados por empreiteiras as quais subornaram agentes públicos em troca da garantia do fechamento de contratos com a Petrobras. É considerada a maior operação do gênero desde a década de 1990. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014).

O esquema era constituído a partir do pagamento pelas empreiteiras à funcionários públicos em troca de contratos com a Petrobras. Paulo Roberto da Costa era quem orquestrava a operação dentro da companhia estatal e dividia seus lucros com políticos, que o mantinham no cargo. De igual modo, o oposto também ocorria. As empresas envolvidas financiavam deputados e senadores em troca de contratos obtidos pela relação que mantinham com Paulo Roberto da Costa. Em ambas as situações, a origem do dinheiro era disfarçada por uma rede de doleiros sob o comando de Alberto Youssef. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014).

Apontou-se nas investigações que os envolvidos utilizavam-se de postos de combustíveis e lavanderias no Brasil e empresas com operação na China para enviar as remessas de dinheiro. Em razão de sua deflagração, a operação prendeu o ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto da Costa, também envolvido na compra da refinaria de Pasadena. Em sua casa, foram apreendidos 180 mil dólares e 720 mil reais. A operação contou com 400 policiais de seis estados brasileiros e do Distrito Federal em 17 cidades brasileiras para desarticular o esquema que desviou e lavou cerca de 10 bilhões de reais dos cofres da estatal. (DRUMMOND, 2014a).

Devido a sua posição Paulo Roberto da Costa providenciaria grandes contratos às empresas participantes do esquema. O ex-diretor deixou a Petrobras em 2012, mas as empresas vinculadas a rede, ao que consta, continuaram agradecidas pelos seus trabalhos. É considerado o arquiteto do plano, pois teria arquitetado todo o plano com o encarecimento das obras. Acusa políticos de terem se beneficiado do esquema, tendo recebido propina. Dentre os primeiros acusados estavam três governadores, um ministro e outros tantos parlamentares, expostos em acordo de delação premiada, buscando uma condenação mais amena pela participação no esquema apurado pela Operação Lava Jato. Conforme o avanço das investigações, observou-se muitos movimentos no meio político, dada a repercussão das delações de Alberto Youssef e

Paulo Roberto da Costa que assustou o empresariado brasileiro e muitos parlamentares. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014).

Após provas terem sido reunidas que comprovaram a existência do esquema envolvendo empreiteiras atuando na Petrobras, a Operação Lava Jato rumou para o mapeamento do fluxo do dinheiro, para então mapear os destinatários dos recursos desviados dos cofres da Petrobras. Uma das primeiras ações foi enviar três procuradores à Suíça. Esse movimento foi aparado pela delação do empresário Júlio Camargo da Toyo Setal que revelou três contas no exterior utilizadas por construtoras. (SERAPIÃO, 2014).

Foram muitas as delações na operação, em especial a de Pedro Barusco, ex-gerente-executivo de Engenharia da Petrobras, que surtiu demasiado efeito. Ele delatou o sistema utilizado para escoar e fraudar cerca de 90 contratos da companhia. O mesmo ainda atrelou o nome dos pagadores de propina em cada empreiteira envolvida. Suas respostas e conhecimento tornaram-se fundamentais para a Operação Lava Jato. A delação de Pedro Barusco levou ao conhecimento das transações de 19 contas na Suíça, servindo para mapear os responsáveis pelo pagamento de propina em cada empreiteira, a apreensão de provas e as consultorias utilizadas para driblar o envio do dinheiro. (SERAPIÃO, 2015a).

Nos julgamentos dos processos, Teori Zavascki do STF coordena os casos contra políticos, enquanto Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, contra os que não possuem foro privilegiado. Durante as investigações, Sérgio Moro teve seu trabalho limitado à Operação Lava Jato por determinação do ministro Teori Zavascki, quando as investigações pareciam apontar apenas pequenos desmembramentos. No entanto, em setembro de 2015 a Operação apareceria com força total à mídia pela prisão do senador Delcídio do Amaral, em exercício de seu mandato e sem flagrante. Não apenas ele, mas foram presos também o banqueiro André Esteves, sócio do banco BTG Pactual e o pecuarista José Carlos Bumlai. Delcídio e André foram acusados de tentar silenciar Nestor Cerveró, a menos de uma semana de sua delação premiada com o Ministério Público. O ex-diretor da área internacional da Petrobras entre 2003 e 2008 foi condenado a cinco anos, com a possibilidade de redução para 24 meses pelos procuradores do Ministério Público, caso delatasse políticos envolvidos no esquema de corrupção. (BARROCAL, BEIRANGÊ, 2015).

Indício contra o senador e o banqueiro é a gravação do filho de Nestor Cerveró, Bernardo Cerveró, que induz o senador a conceder vantagens ao pai. O senador na

ânsia de saber o que Nestor Cerveróalaria na delação promete ao ex-diretor intercessão junto a Supremo Tribunal Federal em favor de um habeas corpus. Quando Bernardo informa que o pai gostaria de sair do país, eis que surgem várias rotas, a princípio financiadas por André Esteves, principal acionista do Banco BTG Pactual e um dos controladores da Sete Brasil, também investigado por relações suspeitas com a estatal brasileira. Além da fuga, André Esteves daria a Nestor Cerveró uma mesada de 50 mil reais mensais. Quanto a José Carlos Bumlai o mesmo afirma ter negociado com João Vaccari, a extinção de 60 milhões de reais em dividas em troca de um contrato de 1,6 bilhão de dólares para operar um navio –sonda da Schahin cujo dono indicou Bumlai como avalista . (BARROCAL, BEIRANGÊ, 2015).

A Operação Lava Jato em dois anos de operação recuperou 2,8 bilhões de reais varridos dos cofres da Petrobras. Houve até 2016, 80 condenações de políticos, doleiros, funcionários públicos, empreiteiros e demais envolvidos somam mais de 700 anos de prisão. O juiz Sergio Moro virou um “ícone de moralidade” com traço acentuado antipetista. Contudo diante deste panorama, há registro de perda de interesse por parte da população na Lava jato, ocupando menos espaço na mídia. Além disso, Sergio Moro é descrito como antipetista arraigado. Segundo noticia a revista, o apoio irrestrito à operação já não se percebe mais. Em complemento, o percentual de interessados despencou, de 67% para 26%. (AULER, 2016)

Em relação às origens da Operação Lava Jato, a revista aponta que o esquema tornou-se conhecido a partir da operação de compra de 50% do controle acionário da refinaria de Pasadena, no Texas. Essa aquisição foi recomendada pelo então diretor da área internacional, Nestor Cerveró, que indicou parecer favorável. (DRUMMOND, 2014b).

Os defeitos são as omissões da existência, no contrato, das cláusulas de “put option”, que obrigam a Petrobras a adquirir os 50% restantes da refinaria em caso de desacerto entre os sócios, e “Marlin”, de garantia de pagamento de um dividendo mínimo a um dos sócios, independentemente da obtenção de lucro. (DRUMMOND, 2014b, p.3)

A revista evidencia que em relação à compra dos 50% da refinaria de Pasadena, o valor não foi muito diferente da média de outras unidades negociadas no mesmo período, ao contrário do que parece acreditar o Tribunal de Contas da União – TCU. Para o TCU, integrantes da diretoria executiva induziram ao erro o Conselho de Administração responsável pela compra. (BARROCAL, 2016).

Em relação às empreiteiras mencionadas e envolvidas, a Revista trata de apenas citar algumas, a saber: Mendes Júnior, UTC Engenharia, Toyo Setal, IESA, Engevix, Constran e Hope. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014). A revista ainda cita muitos outros envolvidos, mas como receptores de dinheiro ou pontos distantes do epicentro do esquema. Para fins de descrição, optou-se por apontar como a Operação Lava Jato é evidenciada por este canal e quais são os seus personagens principais.

4.1.2 Revista Veja

Um dos primeiros indícios que remetem a Operação Lava Jato na Revista Veja está relacionado à compra da Pasadena *Refining System* pela Petrobras. Em função das suspeitas de irregularidades na compra da refinaria, com a deflagração da Operação Lava Jato, Paulo Roberto da Costa foi levado preso. (BONIN; RANGEL; PEREIRA, 2014). Nestor Cerveró, ex-dirigente da área internacional da Petrobras, teve participação na compra, aprovando a compra por meio de um parecer falho. (RANGEL; MARQUES, 2014a).

Face a compra da refinaria pela Petrobras, a revista aponta que

as duas cláusulas contratuais que ao ser exercidas, a levaram a ter um prejuízo de mais de 1 bilhão de dólares no negócio. As cláusulas de put option e Marlim obrigavam a Petrobras a comprar o restante da refinaria de Pasadena, quando o negócio inicial previa a criação de uma *joint venture* com 50% para cada sócio. Do resumo executivo da direção da Petrobras constam outras informações que, se sabidas antes, teriam poupado Dilma das críticas a respeito do preço inicial pago pelos 50% da refinaria – cerca de 360 milhões de dólares, que ela não valeria mais de 40 milhões. (BONIN; RANGEL; PEREIRA, 2014, p. 7-9).

Em função desta aquisição, foi levado preso Paulo Roberto da Costa, ex-diretor de abastecimento e envolvido na compra da refinaria. Em sua casa foram encontrados 1,2 milhão em notas de real, dólar e euro. Tornou-se alvo da Polícia Federal pela sua relação com o doleiro Alberto Youssef, que seria o operador financeiro do ex-diretor da estatal. Foi preso porque tentou destruir documentos que poderiam incriminá-lo. (BONIN; RANGEL; PEREIRA, 2014).

De acordo com (BONIN, 2014) Alberto Youssef era considerado parte importante no esquema que desviou aproximadamente 10 bilhões de reais da estatal e junto a Paulo Roberto da Costa, que dirigia a maior diretoria da Petrobras, administrava um esquema de cobrança e distribuição de propinas. “O cargo que Paulo Roberto ocupou

dava a ele o poder de decidir quanto, como e de quem comprar suprimentos, máquinas e serviços. O doleiro Youssef, por sua vez, decidia quem, poderia vender. Para isso as empresas precisavam pagar um pedágio” (BONIN, 2014, p. 3). Após a coleta do dinheiro o mesmo era repassada a políticos e partidos.

O esquema funcionava em duas fases segundo Rangel e Marques (2014). A primeira estava encarregada a Paulo Roberto da Costa que captava o dinheiro das empresas envolvidas. A segunda fase iniciava com o envio para a Alberto Youssef do montante arrecado que o destinava a políticos, conforme excerto.

Depois de deixar a Petrobras, há dois anos, Paulo Roberto abriu uma empresa de consultoria. Seus clientes eram companhias e prestadores de serviços com contratos na Petrobras. Os negócios com o doleiro continuaram a todo vapor. As empresas de Youssef recebiam os valores por supostos “serviços” prestados aos fornecedores da estatal – uma maneira de justificar contabilmente os repasses. O dinheiro transitava pelo esquema de Youssef e depois era sacado em espécie ou remetido para contas em paraísos fiscais, inclusive para o próprio Paulo Roberto. O engenheiro guardava 1,2 milhão de reais em casa e mantinha contas no exterior com saldo superior a 5 milhões de reais. O esquema do doleiro contava com um eficiente serviço de entrega de dinheiro em domicílio. (RANGEL; MARQUES, 2014a, p. 8).

Com base no exposto acima, percebe-se como a relação entre do doleiro e o ex-diretor acontecia, incluindo “operações do grupo acusado de lavar 10 bilhões de reais de dinheiro sujo, parte desviada de obras públicas e destinada a enriquecer políticos corruptos e corromper outros com o pagamento de suborno”. (BONIN, 2014, p. 2). A lista de clientes beneficiários do banqueiro Youssef é extensa e engloba deputados, parlamentares, senadores de muitos partidos políticos – PMDB, PP e PT. (BONIN, 2014).

Dentre os inúmeros, figura carimbada é o deputado André Vargas, que auxiliou Youssef a lavar 2,4 milhões de reais com uma empresa paranaense. Como força de agradecimento, o doleiro usou parte do dinheiro para bancar um jato que levara Vargas de férias. O jato custou 115 mil reais. Dentro do esquema, o protagonismo era das empreiteiras que prestavam serviços à Petrobras. Dentre as envolvidas no esquema citam-se: OAE, Mendes Júnior, Camargo Correa, Engevix, UTC Engenharia, Galvão Queiroz, dentre outras. (BONIN, 2014). Além delas, com a delação de Paulo Roberto da Costa uma lista de políticos e beneficiários foi apontada (RANGEL, 2014a)

É o caso dos presidentes da Câmara Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), além do ministro de Minas e Energia Edison Lobão (PMDB-MA). Entre os senadores estão Ciro Nogueira,

(PI), presidente nacional do PP, e Romero Jucá, (PMDB – RR), o eterno líder de qualquer governo. Já no grupo de deputados figuram o petista Cândido Vaccarezza (SP) e João Pizzolatti (SC), um dos mais ativos integrantes da bancada do PP na Casa. O ex-ministro das Cidades e ex-deputado Mário Negromonte, também do PP, é outro citado por Paulo Roberto como destinatário de propina. Da lista de três governadores citados pelo ex-diretor, todos são de estados onde a Petrobras tem grandes projetos em curso: Sérgio Cabral (PMDB), ex-governador do Rio, Roseana Sarney (PMDB), atual governadora do Maranhão e Eduardo Campos (PSB), ex-governador de Pernambuco e ex-candidato a Presidência da República, morto no mês passado em um acidente aéreo.

O fluxo acompanha o governo de Lula em um esquema multipartidário, de origem no governo Lula oferecendo a partidos aliados, indicações para diretores da Petrobras. Paulo Roberto da Costa indicado pelos partidos assumiu a diretoria de abastecimento. Seu papel no esquema era descrito como investidor, ou seja, era o de captar propina com base em contratos de até 3% do valor assinados por empreiteiras com a Petrobras. O dinheiro era então repassado às empresas de Alberto Youssef que emitia recibos para justificar a contratação de serviços. Indícios apontam que o esquema estava atrelado ao financiamento de campanha de Dilma Rousseff em 2010. Com isso, descobriu-se que Alberto Youssef era operador da “cota do PP”, responsável inclusive por entregar propina. Ainda sobre as descobertas, outro envolvido era Renato Duque que dirigia a diretoria de Serviços da Petrobras e era considerado o operador do PT, cujas comissões abasteciam o caixa dois do PT e eram geridas por João Vaccari Neto. (RANGEL, 2014a; RANGEL, 2014b).

Em delação Alberto Youssef disse que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff sabiam do esquema e se apropriavam do dinheiro para uso em campanhas. (BONIN, 2014). Além disso, em relação aos envolvidos das empreiteiras, pouco se fala sobre nas diversas notícias coletadas. No entanto, salienta-se que em razão da Operação Lava Jato vários representantes das maiores empreiteiras foram presos e compunham o chamado clube do bilhão – o rol de empreiteiras que faziam negócios com a Petrobras a base do pagamento de propina. A Operação Lava Jato, portanto, assume um papel de coercitivo e delatatório. (RANGEL; MARQUES, 2014b).

4.1.3 Revista Exame

A Operação Lava Jato é descrita segundo Furlan, Filgueiras e Bautzer (2015, p. 1) como uma operação que “investiga a atuação de uma quadrilha que teria roubado por anos a Petrobras, maior empresa brasileira”. É considerada a operação que trouxe

à tona o maior escândalo de corrupção brasileiro (MORO, 2016), expondo uma ampla rede de corrupção que envolve empreiteiras, políticos, partidos políticos, servidores e agentes públicos (FURLAN; FILGUEIRAS; BAUTZER, 2015).

A operação impôs um novo ritmo contra a forma como as práticas de corrupção eram abordadas no Brasil (FILGUEIRAS, BÔAS, 2014). Conforme evidenciam Filgueiras e Bôas (2014, p. 3) “o esquema de corrupção choca, sobretudo, pela quantidade de dinheiro roubado – o símbolo maior, aí, é o gerente que confessou ter surrupiado mais de 250 milhões de reais”. Estima-se que 6,4 bilhões de reais tenham sido pagos em propina (STEFANO, 2016).

Figura entre os envolvidos o doleiro Alberto Youssef, apontado como o intermediador do esquema de corrupção. Alberto Youssef foi preso, pois estaria envolvido com o ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto da Costa, preso por suspeitas de envolvimento na orquestração do esquema, sendo também investigado por possíveis irregularidades referentes à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas, que impactaram o governo de Dilma Rousseff. (PADUAN; RODRIGUES, 2014).

Funcionário de carreira da Petrobras, Paulo Roberto Costa trabalhou na mesma por 35 anos chegando ao alto escalão da petroleira em 2004 por indicação de um deputado federal. Foi demitido em 2012. Sua prisão foi ordenada quando a polícia descobriu que tentava se livrar de documentos ao saber que estava sob investigação. Em sua casa foram encontrados 1,2 milhão de reais em notas de real, dólar e euros. Quando da deflagração da Operação Lava Jato, 24 pessoas foram presas. (PADUAN; RODRIGUES, 2014).

Em virtude da exposição dos malfeitos pela Operação Lava Jato, a Petrobras mergulhou na sua maior crise em seus 60 anos (PADUAN; RODRIGUES, 2014). Desde a sua deflagração, a Petrobras perdeu 59 bilhões de reais em valor de mercado. Com o escândalo amplamente noticiado, a companhia não conseguiu publicar seu balanço do ano de 2014, pois a empresa de auditoria Pricewaterhouse and Coopers não o assinou. O prejuízo contábil a ser contabilizado em virtude das práticas de corrupção varia de 5 bilhões a 21 bilhões de reais. (FURLAN; FILGUEIRAS; BAUTZER, 2015).

O esquema funcionava a partir de pagamentos de propina que variavam de 1% a 2% dos valores dos contratos fechados com a diretoria de abastecimento e de engenharia e serviços da Petrobras. As empreiteiras que não pagassem os valores

não tinham seus contratos mantidos, renovados ou, em um primeiro momento, fechados. Dirigentes da petroleira afirmaram, em depoimentos, que o pagamento de propina era considerado uma “regra de mercado” dentro da companhia. Segundo as investigações, a propina paga era dividida a partir de percentuais e regras estabelecidas pela rede a agentes públicos, intermediadores, políticos, dirigentes da Petrobras e das empresas envolvidas no conluio. Além disso, provou-se, oportunamente, que os valores eram também utilizados para financiamento ilícito de partidos políticos. (MORO, 2016).

O esquema, além de delatar indivíduos, expôs 23 empreiteiras em seus inquéritos, sendo elas responsáveis por cerca de 6% do PIB brasileiro. Tais empresas mantinham, no início das investigações, aproximadamente 350 mil funcionários em suas folhas. Dentre elas, está a maior empregadora do Brasil, a Construtora Odebrecht, que contava com 140 mil empregados. Com o decorrer das investigações, as empreiteiras vinculadas ao esquema estão sujeitas a responderem por formação de cartel sob a acusação de terem superfaturado obras públicas. O órgão responsável pelo julgamento e aplicação das multas é o Conselho Administrativo de Direito Econômico, que pode autuar as empresas em até 20% do faturamento bruto e a não mais realização de contratos públicos com a administração pública por ao menos cinco anos. (FURLAN; FILGUEIRAS; BAUTZER, 2015).

Tratando, especificamente, das empreiteiras mencionadas na Operação Lava Jato, a Revista Exame aponta as seguintes: Construtora Odebrecht, Queiroz Galvão, Construtora OAS, Galvão Engenharia. (FURLAN; FILGUEIRAS; BAUTZER, 2015). Além dessas, o veículo ainda menciona a Camargo Correa, Andrade Gutierrez, UTC Engenharia e Braskem (STEFANO, 2016).

Com a deflagração da operação e o avanço das investigações, a economia brasileira é quem mais sofreu, evidenciando uma crise econômica e política no país. Em decorrência da operação, por exemplo, obras foram paradas, operários dispensados, projetos adiados e os investimentos encolheram. Dentre as acusações às empreiteiras e demais envolvidos estão a formação de cartel improbidade administrativa, corrupção, fraude nas licitações e sonegação fiscal. (FURLAN; FILGUEIRAS, BAUTZER, 2015).

Durante as investigações, a operação tomou outro rumo a partir da delação de Paulo Roberto da Costa, que explicou e apresentou o funcionamento de todo o esquema revelando que os contratos da Petrobras haviam sim sido taxados com

percentual extra de propina. Diante das informações mencionadas pelo ex-diretor, a Construtora OAS foi a primeira do rol das empreiteiras a solicitar recuperação judicial, seguidas da Galvão Engenharia e da Schahin (FILGUEIRAS, 2015), levando a um processo de busca por meios para os pagamentos à credores e endividamentos.

A Odebrecht é a maior empresa investigada na Operação Lava Jato, responsável pela construção de estádios de futebol, hidrelétricas com atuação em diversos países. O grupo quintuplicou de tamanho desde 2005, mas viu sua situação mudar quando seu presidente, Marcelo Odebrecht, foi preso com mais três diretores da construtora e condenado a 19 anos de prisão. É a maior das empresas investigadas, sem contar a própria Petrobras, considerado o quarto maior grupo brasileiro, atrás somente dos bancos Itaú, Bradesco e J&F. Apesar do seu tamanho e imponência nos negócios, viu sua situação virar de cabeça para baixo com os desdobramentos do escândalo e de sua atuação, contraindo uma dívida no total de 88 bilhões de reais. (FILGUEIRAS, 2015). Após o desenrolar das investigações, buscou, assim como muitas envolvidas, melhorar a transparência e disseminar a cultura de anticorrupção (GODOY, 2018).

Outra companhia com destaque é a Construtora Camargo Correa. Em função do avanço das investigações, criou-se uma área na empresa para tratar de governança e de *compliance* com o intuito de aprimorar um programa dedicado à conformidade e ao controle de riscos na construtora que também está envolvida com o maior escândalo de corrupção brasileira da história brasileira. (VIEIRA, 2016).

Outro envolvido preso pela Polícia Federal foi André Esteves, presidente do Banco BTG Pactual acusado de tentar impedir a delação premiada de Nestor Cerveró, ex-diretor da área internacional da Petrobras. O senador Delcídio Amaral mencionado em gravação pelo filho de Nestor Cerveró havia dito que André Esteves tinha uma cópia da delação do ex-diretor, que afirmava que uma rede de postos, da qual o banco BTG Pactual é sócio, a Aster tinha pago para propina para a realização de negócios com a Petrobras. Com base nisso, Esteves financiaria a fuga de Nestor Cerveró e pagaria à família uma mesada de 50 mil reais mensais. (LETHBRIDGE; NAPOLITANO; FILGUEIRAS, 2015).

Outros desdobramentos da operação revelaram que Gerson Almada da Engevix disse ter pago 120 milhões de dólares na negociação de contratos para a construção dos cascos de oito plataformas para a Petrobrás. (STEFANO, 2016). Eike Batista fora outro dos citados na operação. Descobriu-se nas investigações que o

empresário realizou o pagamento de 16,5 milhões de dólares a Sergio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, para o fechamento de contratos e facilitar liberações para seus empreendimentos. Eike Batista também admitiu contratar consultorias fictícias para lavar dinheiro e repassar propina a José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil. (FURLAN; PADUAN, 2017).

Até 2016, diante das irregularidades e da exposição da rede de corrupção, foram expedidos 484 pedidos de busca e apreensão, mais de 100 mandados de prisão, contando também com 93 condenações as quais juntas somadas chegam a 990 anos de cárcere. Com as descobertas da Panama Papers, identificou-se 107 empresas *offshore* ligadas 57 indivíduos e empresas investigadas na Operação Lava Jato. (STEFANO, 2016). Não obstante, a operação ainda pode levar a estatal Petrobras “a pagar a maior multa do mundo relacionada a crimes corporativos internacionais” (STEFANO, 2016, p. 1).

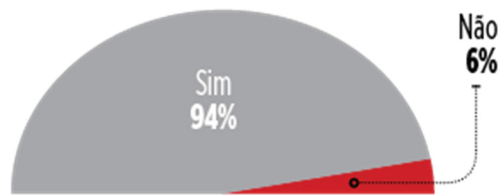
De acordo com o posicionamento do veículo, a corrupção, pode nesse âmbito ser considerada sistêmica, sendo um produto da fraqueza institucional e cultural (MORO, 2016). Nesse sentido,

o custo da corrupção sistêmica é gigantesco não só para os cofres públicos como também para a economia e a sociedade em geral. O mais obvio é que o custo da propina, que pode reduzir a margem de lucro das entidades privadas ou, como é mais comum, ser transferido ao contrato público, gerando consequentes impactos no orçamento público. (MORO, 2016, p. 5).

É evidente e notória a preocupação da Revista Exame em noticiar os impactos e as consequências para a economia, para a sociedade e para as empresas em razão da deflagração da Operação Lava Jato. De acordo com a figura 3, pode-se ter noção do posicionamento que a revista demonstra ao alertar aos leitores sobre a instabilidade econômica que o país atravessa em função da corrupção e das descobertas da própria Operação Lava Jato.

FIGURA 3 – LAVA JATO E A INSTABILIDADE ECONÔMICA

A LAVA-JATO DEVE CONTINUAR ATÉ O FIM, MESMO QUE ISSO TRAGA MAIS INSTABILIDADE ECONÔMICA?



FONTE: FURLAN (2016, p. 10).

A Operação Lava Jato mexeu, inclusive, com o governo vigente, indicando que o Partido dos Trabalhadores e a presidente Dilma Rousseff foram beneficiados com a corrupção na Petrobrás. Fato esse explicado por três motivos. O primeiro pela prisão de João Santana, marqueteiro das campanhas do PT que, segundo as investigações recebeu recursos no exterior. Segundo, foi a delação premiada de quatro executivos da construtora Andrade Gutierrez afirmando terem realizado pagamentos aos fornecedores da campanha de Dilma Rousseff em 2010. O terceiro ato relaciona o suposto vazamento da delação premiada de Delcídio do Amaral, senador petista e ex-líder do governo, apontando Dilma Rousseff como responsável por tentar barrar os avanços da Operação Lava Jato. (FURLAN, 2016).

Portanto, a descrição da Operação Lava Jato para este veículo está envolta nas consequências econômicas que a corrupção desencadeou. Não apenas isso, mas todo o impacto que a corrupção impôs às empresas envolvidas, a sociedade e ao sistema econômico-financeiro do Brasil, sem se esquecer da Petrobras, maior fragilizada e impactada nesse escândalo. É clara a intenção da Revista Exame em adereçar a Operação Lava Jato como a expoente do maior caso de corrupção brasileiro.

4.2 CARACTERIZANDO O PAPEL DOS ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO LAVA JATO

Face à exposição das notícias e reportagens relacionadas à Operação Lava Jato apuradas a partir das capas das revistas já mencionadas, entende-se que a forma como cada uma atribui características e determina os papéis em relação a seus envolvidos é diferente e condizente a sua própria versão dos fatos. Para o cumprimento dos fins desta seção, é preciso retomar o que se entende por papéis e suas características.

Segundo Berger e Luckman (2012), os papéis são considerados tipificações de comportamentos corporificados pelos indivíduos e representados em um contexto. Essas tipificações acompanham o entendimento de reprodução de ações que denotem e caracterizem um dado papel. Nesse sentido, assume-se, portanto, que existem personagens não apenas tipificados pelos veículos, cada qual desempenhando uma função dentro do esquema, mas sim retipificados.

Dentro desse entendimento, existem ações desempenhadas pelos envolvidos dentro do contexto em que se encontra a Operação Lava Jato que caracterizam determinados papéis. No entanto, dado a Operação Lava Jato e as características descritas por cada canal midiático, tem-se a retipificação das ações que compõem os papéis apontados na sequência. Ou seja, a partir da Operação Lava Jato as ações que compõem um papel X, por exemplo, não possui ações típicas que levem ao entendimento das ações que são associadas a esse papel X. Essas ações tomaram outras formas para caracterizar o papel descrito. Portanto, tem-se o entendimento de retipificação ao invés de apenas tipificação de ações.

A partir da leitura e interpretação da base de dados coletada foi possível identificar e caracterizar quais os papéis atribuídos a cada envolvido na Operação Lava Jato, orientando-se pela exposição dada aos envolvidos e ao modo como cada revista descreveu ou salientou a participação dos mesmos dentro do esquema. Salienta-se que esta percepção é concernente a visão do pesquisador e aos *insights* que emergiram durante os três ciclos de leitura. A nomenclatura, utilizada para a descrição e caracterização partiu, do próprio pesquisador à medida que a análise foi realizada e de indícios presentes nas notícias coletadas.

Reitera-se que a descrição dos personagens se faz necessária para a compreensão das narrativas e do seu enredo. Nesse contexto, é importante apontar quem faz parte do enredo narrativo – compreendendo ideias, situações, personagens – permitindo assim que o conhecimento do todo para que um sentido seja dado a estória que se apresenta (CORVELLEC, 2015; ROULEAU, 2015; VAARA; SONENSHEIN; BOJE, 2015). Dito isso, esta seção caracteriza o papel dos principais envolvidos – os quais compõe as narrativas, de modo a exibir como os comportamentos tipificados corroboraram para a identificação de cada papel. Ressalta-se que serão apenas caracterizados esses papéis, pois a sua atuação junto ao enredo narrativo será realizada em seção junto à análise das narrativas na seção específica. Os papéis, por veículo, seguem apresentados na sequência.

4.2.1 Revista Carta Capital

Com base na fonte dos dados, foi possível identificar e caracterizar os papéis dos envolvidos no esquema investigado pela Operação Lava Jato. Diante disso, os papéis caracterizados neste veículo estão embasados nas seguintes figuras: líder, arquiteto, juiz com juízo de valor, e vítima.

Líder: o líder da quadrilha que desviou cerca de 10 bilhões de reais dos cofres da Petrobras é, de acordo com o veículo, o doleiro Alberto Youssef. Por meio do comando de uma rede de doleiros, contratos eram firmados entre as empreiteiras apontadas na Operação Lava Jato e a Petrobras. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014). Sua atuação era facilitar que empreiteiras fimassem os contratos com a Petrobras, para que por meio de empresas de consultoria lavasse o dinheiro e o entregasse aos vários beneficiados no esquema.

Arquiteto: a peça para o funcionamento de esquema é descrita como arquiteto e é considerada a engrenagem para a operação do sistema. É representada pelo ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto da Costa, cuja atuação estava atrelada ao funcionamento e a contratação das empresas como função de sua área na estatal. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014).

Juiz com juízo de valor: em um primeiro momento, o juiz é tido como o célere especialista em crimes contra o sistema financeiro, sendo indicado como o responsável por desbaratar o esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato (BARROCAL, 2014). No entanto, a partir de uma mudança no enredo narrativo, o juiz passa a ser visto como um decisor com juízo de valor (BARROCAL, BEIRANGÊ, 2015). Ele estaria, de acordo com os autores supracitados, emitindo opinião própria aos julgamentos feitos em relação aos envolvidos da Operação e deixado escapar seus interesses nem sempre imparciais. Além disso, estima-se que se utilizava da mídia para propagar suas ideias e com isso obter apoio da população.

Vítima: a Petrobras é tida como vítima em um primeiro momento. Em virtude dos desvios sofridos e das descobertas da Operação Lava Jato, a estatal sofreu uma crise

que se refletiu na queda de suas ações. Além disso, problemas com fornecedores, pagamentos e problemas financeiros para obtenção de crédito são algumas das consequências da corrupção. (DRUMMOND, 2015b).

No entanto, em face da mudança narrativa outros dois personagens são vitimizados e cria-se uma imagem alvo. São eles os ex-presidentes Luís Inácio da Silva e Dilma Rousseff. (BARROCAL, 2016; COMBRA, 2016).

4.2.2 Revista Veja

Neste veículo, os papéis dos envolvidos no esquema investigado pela Operação Lava Jato são: banqueiro, investidor/cérebro, vítima, comandante, juiz salvador e chefe do clube do bilhão.

Banqueiro: O papel de banqueiro é associado ao doleiro Alberto Youssef. Por meio dele, as empresas enviavam o dinheiro lavado pelo esquema. Era quem levava, administrava, recebia os recursos oriundos do esquema bem como também fazia o papel de intermediador do esquema. (BONIN, 2014).

Investidor: o investidor, ou também considerado cérebro do esquema era o ex-diretor de abastecimento da estatal Paulo Roberto da Costa. De acordo com Rangel e Marques (2014), sob sua direção a área lidava com as maiores empresas do Brasil e somente poderiam fazer negócios, se entrassem no esquema de desvios de dinheiro e pagamentos de propina orquestrado por ele.

Vítima: de acordo com o veículo, a vítima do esquema é a Petrobras. O dinheiro desviado saía dos cofres da estatal e é dentro dela que a dita “quadrilha” opera (BONIN; RANGEL; PEREIRA, 2014).

Comandante: segundo posicionamento da Revista Veja, o comandante do esquema era o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ele sabia do esquema e fazia uso dele para benefício próprio e partidário. (PEREIRA, 2016).

Juiz salvador: Sérgio Moro é considerado um juiz com senso de justiça, com capacidade crítica para sentenciar e impor sanções à corrupção que dominara a democracia brasileira (PETRY, 2015).

Chefe do clube do bilhão: considerado chefe do clube de empreiteiras – denominado clube do bilhão. Esse conjunto de empreiteiras eram as pagadoras e faziam o negócio lucrar. À frente disso, estava Ricardo Pessoa da UTC Engenharia (RANGEL, 2015).

4.2.3 Revista Exame

Em relação à Revista Exame foram identificados e caracterizados os seguintes papéis: Rei da propina, Administrador, Financiadores/corruptores, Vítima, Beneficiados e Juiz.

Rei da propina: de acordo com o posicionamento da Revista Exame, o “rei da propina” do esquema investigado pela Operação Lava Jato é o doleiro Alberto Youssef. O doleiro é quem recebia o dinheiro da Petrobras por meio de várias empresas de consultorias ligadas a ele, e as repassava para Paulo Roberto Costa, enquanto exercia o cargo de diretor de abastecimento da estatal. Pouco, no entanto, escreve-se sobre o doleiro. (PADUAN; RODRIGUES, 2014)

Administrador: Dentro da Petrobras, o grande envolvido com as distribuições e arrecadações do esquema oriundo do acréscimo dos contratos era o ex-diretor de abastecimento da empresa, Paulo Roberto Costa. Sua participação no esquema era administrar os recursos oriundos destes contratos e distribuí-los a partidos e políticos. Foi preso devido as investigações e a destruição de provas e documentos que o incriminariam (PADUAN; FILGUEIRAS, 2014).

Financiadoras/corruptores: As empresas envolvidas, na grande maioria empreiteiras, são as responsáveis por financiar o esquema, por meio de propinas que chegavam a até 3% nos contratos firmados com a Petrobras (MORO, 2016). As empresas mencionadas incluem Odebrecht, Queiroz Galvão, Construtora OAS, Galvão Engenharia, Andrade Gutierrez, Engevix, Schahin e Braskem. Além destas

companhias, houve menção em uma das delações que o Banco BTG também estaria envolvido. (FURLAN; FILGUEIRAS; BAUTZER, 2015; STEFANO, 2016).

A partir do pagamento de valores extras nos contratos, os recursos administrados e repassados à partidos políticos, servidores, funcionários da Petrobras e mais uma ampla gama de envolvidos. Esses financiadores mantinham o esquema funcionando e foram os responsáveis por desvios estimados em 6,4 bilhões de reais (STEFANO, 2016).

Vítimas: A grande vítima do esquema, segundo exposto pela revista, é a estatal Petrobras. Ela é descrita como a maior empresa brasileira e a principal prejudicada no esquema. Estima-se que o prejuízo aos cofres tenham chego à aproximadamente 21 bilhões de reais (PADUAN; RODRIGUES, 2014). Com os efeitos da Operação Lava Jato, a estatal teve sua nota do grau de investimento rebaixado, o que significa que o dinheiro tomado por empréstimo sai mais caro (FILGUEIRAS; BÔAS, 2014). Com mais de 60 anos de história, atravessa a maior crise de sua história, com a menor rentabilidade e o maior endividamento (PADUAN; RODRIGUES, 2014).

O parecer da Revista é que a Petrobras sempre fora utilizada como instrumento político desde a sua criação na década de 50 (PADUAN; RODRIGUES, 2014). Com a eclosão do escândalo, passou a importar combustíveis a preços maiores do que a venda em território nacional. Devido a ele, a companhia é alvo de investigações pela Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários, Ministério Público, Tribunal de Contas da Unidade e nos Estados Unidos, pelo Departamento de Justiça e SEC, órgão regulador do sistemas financeiro. (FILGUEIRAS, BÔAS, 2014).

Beneficiados: não é dada muita atenção aos principais beneficiados do esquema. A revista restringe-se a dizer que o esquema beneficiou políticos, partidos e financiou campanhas políticas. (FURLAN, 2016; VIEIRA, 2016). Menciona-se, no entanto, que o administrador do sistema, Paulo Roberto Costa, tinha em seu poder cerca de 1,2 milhões de reais em sua posse, mais um carro ganho do doleiro Alberto Youssef avaliado em 200 mil reais. (PADUAN; RODRIGUES, 2014).

Decisor/juiz: O juiz Sérgio Moro é mencionado como decisor do processo e responsável pelos julgamentos concernentes à Operação Lava Jato. (FILGUEIRAS, 2015).

4.3 APONTANDO O FOCO DA POLÍTICA EDITORIAL DOS VEÍCULOS MUDIÁTICOS

Esta seção objetiva apontar quais os focos editoriais dos veículos de mídia selecionados para esta pesquisa. Cada veículo de mídia possui um foco em relação a sua política editorial e, no caso desta pesquisa, os selecionados não fogem à regra. Considera-se por política editorial, a preferência ou, ainda, o foco pelo qual as informações são processadas, observadas, analisadas, editadas e/ou traduzidas. À vista disso, cada canal de comunicação, veículo de mídia ou outra forma de expressão possui uma área de interesse, um enfoque pelo qual as informações serão entendidas e veiculadas. É o ponto de vista de um veículo de comunicação. (ROSINHA, 1989). Em outras palavras, o foco da política editorial está relacionado às preferências ideológicas, contextuais, mercadológicas do veículo de mídia, apontando a linha de argumentação, análise e a geração dos seus conteúdos destinados a determinados interesses.

A partir do entendimento da perspectiva da tradução, pode-se conceber que as ideias são traduzidas em virtude do contexto por onde viajam e dos tradutores que ao longo do caminho imputam novos sentidos e significados a uma mesma informação ou ideia (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996). Entender, nesse sentido, o foco da política editorial dos veículos fornece um norte para compreender como as ideias serão traduzidas, qual o enfoque dado a um caso. Faz-se importante apontá-lo para se conhecer quais os assuntos de interesse, qual o seu posicionamento ou, ainda, qual a sua visão acerca de um fato, caso, evento, sobretudo porque frente a uma mesma ideia, muitos podem ser os seus entendimentos e significados. Dessa forma, os conhecimentos e anseios dos tradutores são indispensáveis para a negociação dos sentidos, os quais podem modificar, ou adequar, as ideias a novos olhares (OSEI-AMPONSAH; PAASSEN; KLERKX, 2017). Nessa conjuntura, as narrativas, por exemplo, serão influenciadas por estes pontos de vista, as quais se utilizarão disso para a negociação dos sentidos (CZARNIAWSKA, 1997).

Nesta seção, o foco da política será apontado com base no material coletado que fornecerá um entendimento acerca dos posicionamentos dos veículos, a partir de suas narrativas – a serem apresentadas na próxima seção. Por ora, apontar-se-á o foco desses canais de mídia.

4.3.1 Revista Carta Capital

Em relação ao foco do veículo de mídia Carta Capital é possível apontar que ao longo de suas notícias o seu foco é, predominante, político. As reportagens mencionam a Operação Lava Jato, mas a destrinçam em função dos prolongamentos e impactos na esfera política. Em um dado momento da narrativa, o foco passa a ser político militante, associando à Operação Lava Jato como um levante ao governo vigente da época.

Pode-se, ademais, inferir que esta mídia é destinada a uma audiência com fortes tendências à solidarização com o partido do governo, ao qual a revista milita. Ao longo das notícias selecionadas é possível perceber que a revista expressa, inclusive, abertamente e a sua preferência política e o seu apoio aos membros do partido em questão.

Desta maneira, tem-se que a Revista Carta Capital enfoca principalmente questões relacionadas à política, assumindo em certo momento caráter militante em relação a essas questões. Além disso, sua política editorial apresenta dados e expõe a crise política em função das investigações em função dos avanços na Operação Lava Jato, levando a audiência a uma compreensão dos seus impactos.

4.3.2 Revista Veja

Quanto à Revista Veja, assim como a sua antecessora, também expõe um foco arraigado em questões políticas. Diante de toda a sua grande narrativa – a ser tratada futuramente, pode-se perceber que o veículo contextualiza a Operação Lava Jato e enfoca nos desmembramentos políticos em função da sua existência.

Nota-se, contudo, que a revista também, de certa forma, expressa um cunho militante, mas não em favor ao partido e ao governo vigente, mas contra. Este posicionamento é deixado muito claro. A revista, ainda, estabelece que, em função da deflagração da operação, possibilitou-se identificar o denominado comandante de todo o esquema, evidenciando como essa rede beneficiou toda a uma cadeia de políticos, partidos da base aliada e demais envolvidos.

Deste modo, infere-se que a revista a partir de seu foco de interesse destina suas matérias a um público que, de certa forma, apresenta descontentamento com a

forma de governo, com as “mazelas” da corrupção e com a crise instaurada no país, a partir da exposição das práticas de corrupção e suas consequências.

4.3.3 Revista Exame

A partir das reportagens selecionadas e analisadas, pode-se observar que o foco da política editorial da Revista Exame está relacionado à esfera econômica. Sua principal linha argumentativa está voltada aos impactos da Operação Lava Jato para o contexto de negócios brasileiro e ao impacto econômico resultante das descobertas da operação.

Sua preocupação com as questões de cunho econômico é evidente na medida que as notícias retratam como os desvios de dinheiro, os pagamentos de propina, os financiamentos ilícitos de campanha resultaram numa delicada crise de confiança das organizações e a perda dos investimentos nas mais diversas áreas, modificando a visão de país frente aos parceiros e outros países. Ademais, busca evidenciar como a corrupção passou a ser encarada pelas empresas brasileiras, motivando-as ao seu combate.

Observa-se, portanto, que o enfoque é destinar atenção para a corrupção e o seu custo para toda a sociedade brasileira. A visão de que o governo é o responsável por articular uma sociedade livre de corrupção, nos âmbitos político e econômico, é muito abordada nas edições da revista. Além disso, esse posicionamento está associado ao público a que se destina a revista, caracterizando-se por interesses macro da economia, negócios e gestão.

4.4 ANALISANDO AS NARRATIVAS EMERGENTES DOS VEÍCULOS MIDIÁTICOS

As narrativas no processo de tradução são as responsáveis por carregar as ideias, levando-as de um contexto a outro (CZARNIAWSKA, 1997). Apresentam-se como meios capazes de transformar ou alterar o sentido de uma ideia ou informação, promovendo novos entendimentos (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996). Em outras palavras, é por meio delas que se observa a negociação dos sentidos concernentes a um dado fato, motivo pelo qual se faz necessário a sua apreensão e estruturação para uma melhor compreensão de quais sentidos e significados estão sendo negociados.

Nessa conjuntura, as narrativas compõem um arcabouço de informações que possibilitam o conhecer da versão da verdade (BROWN, 2006) de cada veículo de mídia. Outrossim, ao serem analisados esses três veículos de mídia – Revista Carta Capital, Revista Veja e Revista Exame – selecionados e justificados para esta pesquisa, utilizando-se como referência, *a priori*, a proposta de Shuman (2012) foi possível identificar narrativas emergentes – atreladas ao seu posicionamento, versão de verdade e interpretação – dos fatos e acontecimentos referentes à Operação Lava Jato.

4.4.1 Revista Carta Capital

Partindo para a análise do primeiro veículo de mídia, pode observar-se que a Revista Carta Capital apresenta duas narrativas muito bem pontuadas dentro do período analisado para este estudo. Notadamente, há uma narrativa entre março de 2014 e dezembro de 2015 e outra de janeiro de 2016 a novembro de 2018. Por consequência, o veículo exprime duas narrativas muito bem demarcadas. Nesse sentido, percebe-se, no primeiro período, uma concordância da revista em relação aos impactos benéficos da Operação Lava Jato na estruturação de um país sem impunidade, mais justo, que condene a quem cometa atos de corrupção. Dessa forma, a narrativa emergente está embasada no combate à corrupção como meio para acabar com a impunidade, trazer justiça a seus corruptores e melhorar o sistema político do país.

No que diz respeito ao segundo período, evidencia-se características de uma narrativa pautada pela militância político-partidária. Isto posto, o enfoque narrativo passa a ser militante no sentido de que atrela a Operação Lava Jato a uma investida política e militante contra o governo vigente à época. Deste modo, as narrativas que desse veículo emergem são: (1) a Operação Lava Jato é um instrumento que busca erradicar a impunidade, punindo seus corruptores, tornando assim o país mais justo e (2) a Operação Lava Jato é um artifício criado para atingir e dismantelar o governo vigente. Na sequência apresentar-se-ão ambas as narrativas e realizar-se-á a sua análise.

4.4.1.1 A Operação Lava Jato é um instrumento que busca erradicar a impunidade, punindo seus corruptores, tornando assim o país mais justo

No que diz respeito à primeira narrativa identificada, o primeiro indício que atesta e direciona a narrativa para o entendimento conforme o delineado está disposto em matéria noticiada por Drummond (2014a) acerca da deflagração da Operação Lava Jato e a sua eminente tarefa de dismantelar um suposto esquema que teria desviado e lavado cerca de 10 bilhões de reais da estatal brasileira Petrobras, alvo de uma crescente onda de denúncias de corrupção, evidenciando-se um cenário fértil e propício para a instauração de uma operação que viria a ser responsável por combater e expor a corrupção no país. Acerca da criação da Operação Lava Jato, Drummond (2014a, p. 4) pontua que a operação de início

mobilizou 400 policiais em seis estados e no Distrito Federal, com ações em 17 cidades, para desarticulação de um esquema de desvios e lavagem de dinheiro estimados em 10 bilhões de reais. [...] A quadrilha recorria a postos de combustíveis e lavanderias no Brasil e a empresas instaladas na China para simular remessas legais de recursos.

Indícios desta “quadrilha” remetem à compra de 50% de participação acionária da refinaria de Pasadena, Texas, nos Estados Unidos. De acordo com o noticiado,

o capítulo mais recente e estridente envolve desdobramentos da compra, em 2006, pela Petrobras, de 50% da empresa *Pasadena Refining System*, no Texas, por 360 milhões de dólares, divulgados pelo Broadcast, serviço da Agência Estado. O conselho de administração da estatal brasileira era presidido por Dilma Rousseff, na época ministra da Casa Civil. A votação favorável à aquisição baseou-se no resumo executivo preparado pelo diretor da área Internacional, hoje diretor financeiro da BR Distribuidora, Néstor Cerveró. Mas a refinaria fora vendida um ano antes por 42,5 milhões de dólares à Astra Oil, uma empresa belga. Para adquirir a Pasadena, portanto, a Astra desembolsou valor quase nove vezes inferior ao dispendido pela estatal. Nenhum dos conselheiros demonstrou ter conhecimento dessa transação. [...] A Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público e uma comissão da Câmara investigam indícios de superfaturamento e evasão de divisas. (DRUMMOND, 2014a, p. 2).

A Polícia Federal, com base nisso, suspeitou de operações ilícitas na elaboração de cláusulas do contrato, elaborado por Paulo Roberto da Costa e recomendado por Néstor Cerveró, ambos ex-diretores da estatal. As acusações questionam o montante pago pela Petrobras, 360 milhões de dólares, face aos 42,5 milhões pagos na refinaria pela proprietária anterior (DRUMMOND, 2014b).

Em meio a esse contexto está situada a deflagração da Operação Lava Jato. Pode-se, de início, perceber que a narrativa visa enaltecer o fato gerador das suspeitas e da deflagração da operação, com o apontamento da compra dos 50% da refinaria sob a suspeita de enriquecimento ilícito por meio dos seus envolvidos. Nesse sentido, a narrativa tem por intuito expor à audiência o contexto da deflagração da operação a relacionando a um possível desmantelamento de uma rede de corrupção que teria, por anos, lavado dinheiro público à luz de pagamentos de propina à diretores da estatal.

Em virtude disso, a revista assinala e se posiciona quanto à possibilidade de punir os culpados e a desarticulação do esquema. Nesse contexto, afirma-se que

o avanço das investigações, caso de fato, evoluam, levará fatalmente a uma poderosa e habitualmente inalcançável força por trás dos grandes escândalos corporativos, os corruptores. Por um hábito arraigado e ancestral, quem paga propina no País raramente é punido. [...] O mundo da falcatura é bem pequeno. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014, p. 2).

Diante, pois do excerto apresentado, pode-se inferir que a intenção primeira do veículo é associar a Operação Lava Jato a uma forma de punir os que até então, permanecem impuníveis. Dessa maneira, percebe-se a intenção da revista em colocar em pauta na narrativa a não punição dos corruptos já que de acordo com Barrocal e Serapião (2014) no Brasil quem paga propina raramente não sofre punição. É, sobretudo, notória a preocupação de associar a operação ao fim da impunidade, atrelando a operação como um meio para esse fim.

Logo, a Operação Lava Jato

é uma oportunidade de debater as mazelas do sistema político e econômico para além das contingências eleitorais. A aparição da face privada da corrupção, do outro lado do balcão, costuma converter Torquemadas em homens e mulheres tolerantes, como prova uma série de CPI's abortadas ou inclusas e de processos judiciais sem fim. [...] A legislação contra o crime de colarinho-branco contém falhas não corrigidas por resistência de quem tira proveito, o que inclui meio de comunicação. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014, p. 3).

A partir dessa afirmação, entende-se o posicionamento da revista quanto à sua finalidade. Isto é, a Operação Lava Jato representa um início para discutir questões arraigadas inseridas nas esferas econômica, política e social. Isto é, a impunidade ainda está engendradora nos processos administrativos e judiciais, adiando o mote à justiça frente aos corruptores do sistema.

A deflagração da Operação Lava Jato mexeu com a dinâmica política-econômica-eleitoral brasileira. Para o MPF, o poder econômico está infiltrado nessa esfera, imputando efeitos negativos aos cofres públicos. Há ressalva sobre os financiamentos oriundos dos recursos do esquema serem utilizados para financiar campanhas e isso impactar na qualidade da governança eleitoral. Faz-se um alerta que desde Janeiro de 2014 o Brasil conta com uma lei anticorrupção, com intuito de criar regras mais efetivas contra empresas pagadoras de propina. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014). Como ressaltam os autores, “é um início. Demasiadamente, tímido, talvez”. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014, p. 8).

Em relação ao papel das personagens do enredo narrativo, a revista evidencia o papel de Paulo Roberto da Costa como a engrenagem por detrás de todo o esquema dentro da Petrobras. Sob a sua direção, o ex-diretor da área de abastecimento, imputava margem extra de propina a ser paga pelas empreiteiras que viessem, e quisessem, realizar negócios com a Petrobras. Deste modo, dentro do esquema uma das personagens mais citadas é o ex-diretor Paulo Roberto da Costa, que exerceu até 2012 o cargo de diretor de abastecimento preso em virtude de sua participação no esquema. Ele esteve envolvido na compra da refinaria de Pasadena, mas é considerado o arquiteto e a engrenagem por detrás da “rede de corrupção” investigada pela Operação Lava Jato. Nesse sentido, noticia-se que a

manutenção de Costa no cargo de diretor de Abastecimento da Petrobras, posição ocupada por ele entre 2004 e 2012. No posto, Costa providenciaria contratos vitaminados [...] Uma ciranda na qual todos ganham empresa, doleiro, parlamentar, funcionário público. Só perde o contribuinte. É uma engrenagem idêntica àquela do cartel de trem e metrô no governo tucano de São Paulo, a indicar falhas sistêmicas, e não (só) de caráter. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014, p. 5).

Diante disso, o papel do ex-diretor pode ser caracterizado como arquiteto – a engrenagem – do sistema exposto pela Operação Lava Jato. Era ele quem administrava os recursos e fazia a intermediação do dinheiro recebido e quem destinava aos demais envolvidos na operação. Como consequências da exposição e andamento da Operação Lava Jato, o denominado “arquiteto” do esquema Paulo Roberto da Costa, foi preso.

No entanto, mesmo deixando a estatal em 2012 a relação com as empreiteiras envolvidas pareceu não ter acabado. Elas continuariam gratas pelos serviços

prestados no passado. Segundo consta, o arquiteto da rede ainda ganhava retornos para a organização do esquema que desviava recursos.

no dia da Operação Lava Jato, a PF apreendeu uma planilha da empresa Costa Global, uma consultoria do ex-diretor da estatal. A Queiroz Galvão, a lesa – doadora de 200 mil para Raupp em 2010 – e a Camargo Correa pagavam uma mesada mensal de 100 mil cada ao consultor. (BARROCAL; SERAPIÃO, 2014, p. 5).

Paulo Roberto da Costa ao ter sido levado preso apela para a delação premiada no intuito de abrandar sua pena, tentando se safar de uma condenação por lavagem de dinheiro e formação de “quadrilha”. Com essa perspectiva, acusados podem tentar destruir provas ou apagar seus rastros, já que com a prisão do arquiteto, o sistema foi exposto e o desmantelado. O conteúdo da delação do ex-diretor foi guardado “a sete chaves” para evitar consequências que impedissem o prosseguimento das investigações. (BARROCAL, 2014).

Nesta dinâmica, outro ator entra em cena, o juiz Sérgio Moro mencionado, por hora, como juiz decisor dos processos da Operação Lava Jato na esfera cível. Sobre o magistrado Barrocal (2014, p. 6) expõe que

Moro é especialista em crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro e comanda as ações judiciais da Operação Lava Jato desde o início. Após três anos de investigações, a operação liquidou em março em um esquema que girou cerca de 10 bilhões de reais. Empreiteiras subornavam funcionários públicos em troca de contrato na Petrobras. Costa dividia a comissão com políticos que o mantinham no cargo. Também funcionava na via contrária: as empresas financiavam deputados e senadores em troca de contratos obtidos por estes decorrente da íntima relação com o ex-diretor da estatal. Em qualquer das situações, a origem ilícita do dinheiro era disfarçada por uma rede de doleiro, chefiada por Alberto Youssef, também preso.[...] Por causa desse histórico, Janot e Moro tentam evitar que os interesses eleitorais imediatos destruam uma rara oportunidade de desbaratar um extenso esquema de corrupção, um marco nas investigações desse tipo de crime. Os dois levam vantagem em relação a outros que pretendem desbaratar quadrilhas incrustados no Estado. São tecnicamente preparados e mostram-se acessos aos holofotes e ao jogo de interesse de grupos políticos e da mídia. O Brasil agradecerá se continuarem firmes. Mais importante que influenciar as urnas de forma enviesada é livrar o país de estruturas criminosas.

No trecho destacado, evidencia-se a *expertise* e os conhecimentos do juiz que podem corroborar com o intuito principal expressa nesta primeira narrativa. Ele é forte aliado ao combate da impunidade. Sua imagem é associada, nesta narrativa, a alguém que julga embasando-se nos preceitos da justiça, junto ao procurador Rodrigo

Janot, a quem pouco se menciona na narrativa. Contudo, neste trecho pode se observar a entrada e a repercussão do “rei da propina” do esquema.

Aliado a Paulo Roberto da Costa, outro integrante do esquema, muitas vezes citado juntamente ao ex-diretor, é apontado como o líder do esquema que teria desviado os estimados 10 bilhões de reais dos cofres da Petrobras. O doleiro utilizava-se de uma rede de empresas de consultoria para lavar o dinheiro e receber a propina oriunda dos contratos fechados e arquitetados pelo ex-diretor Paulo Roberto da Costa, a quem o dinheiro seria repassado para que o remetesse aos outros destinatários. (BARROCAL, 2014).

Por conta de sua atuação no sistema, o doleiro Alberto Youssef é caracterizado como “pagador de propina” – ou também líder – e o intermediário entre as empresas envolvidas e a estatal Petrobras. Barrocal e Serapião (2014, p. 2) salientam o papel do doleiro quando escrevem que “por trás dos 10 bilhões de reais movimentados por uma de quatro doleiros presos em março, Youssef à frente, estão empresas graúdas, sobretudo, empreiteiras, suspeitas de subornar agentes públicos para lucrar com verba estatal desviada”.

Para que o objetivo da Operação seja cumprido, os investigadores buscam descobrir o fluxo do dinheiro. Sabe-se que as empresas ligadas a Alberto Youssef e registradas em nomes de laranjas, captavam o dinheiro oriundo das propinas, sendo repassadas para Paulo Roberto da Costa na estatal. Com a quebra dos sigilos bancários e dos envolvidos, mapeou-se a movimentação entre essas empresas e as empreiteiras denunciadas por fazerem parte da rede bilionária das licitações e contratos da Petrobras (SERAPIÃO, 2015b).

Após provas terem sido reunidas sobre a existência do cartel de empreiteiras, a Operação Lava Jato buscou seguir o caminho do dinheiro desviado para mapear quais os destinatários em favor do superfaturamento das obras públicas. (SERAPIÃO, 2014). Para Serapião (2014, p. 2)

o primeiro passo foi dado com a viagem à Suíça de três procuradores federais. Amparados na documentação amealhada nas fases anteriores da operação e com o apoio da delação do empresário Julio Camargo, da Toyo Setal, que revelou ao menos três contas no exterior utilizadas pelas construtoras, os investigadores buscam entender o intrincado sistema financeiro utilizado pelo esquema cuja principal engrenagem era o doleiro Alberto Youssef.

Na conjuntura que se apresenta, a Petrobras é tratada como vítima. Devido às manifestações e descobertas da Operação Lava Jato, experimentou momentos de crise em relação à queda recorde das ações. Nesse contexto, Drummond (2015, p. 2) afirma que

problemas com fornecedores, processos de minoritários, suspensão da publicação do balanço, problemas de caixa e novas denúncias de irregularidades marcam o início do ano para a Petrobras. Mais grave ainda, o abalo da estatal e da sua cadeia produtiva, responsável por 10% do PIB e 5% do investimento total do País, poderá provocar uma crise sistêmica de impacto considerável na economia se não for enfrentado apropriadamente. Só a retomada urgente dos negócios entre a Petrobras, os fornecedores e demais integrantes da cadeia de negócios, acompanhada da punição dos responsáveis pelos desmandos nessas organizações, evitará o aumento da dificuldade de obtenção de crédito pelas empresas.

Em outro trecho,

A Petrobras tem atuado para sair da crise. A iniciativa de assumir pagamentos a fornecedores, independentemente de serem alvos de denúncias, a constituição de uma diretoria de controle ou *compliance*, o bloqueio cautelar de 23 empreiteiras envolvidas na Lava Jato, temporariamente impedidas de operar com a companhia, mostram a busca da normalidade dos negócios sem subordinação ao ritmo do processo judicial. A estabilização das transações depende do lançamento das perdas com o superfaturamento resultante do pagamento de propinas e a constituição da respectiva provisão em balanço assinado pelo auditor externo, com prazo de publicação até junho. Não se descarta um atraso, dada a necessidade de os auditores da PWC analisarem em detalhe um grande número de operações de anos atrás em busca de irregularidades. (DRUMMOND, 2015a, p. 4).

Conforme trechos enunciados, a estatal sofreu os impactos da corrupção e vem sofrendo com as investigações da Operação Lava Jato. Quedas em ações, prejuízos com a cadeia de suprimentos, além das inúmeras denúncias contra funcionários da estatal. O reflexo é tanto que como exposto nem mesmo a auditoria externa está conseguindo apurar os reflexos da corrupção.

As empreiteiras envolvidas no escândalo têm enfrentado problemas financeiros em relação a sua atuação. Um dos exemplos é o da OAS, “terceira maior construtora do País. Financeiramente abalada pelo envolvimento nos escândalos investigados pela Operação Lava Jato, a empreiteira tem atrasado o pagamento de fornecedores” (DRUMMOND, 2015b, p. 2). Outras envolvidas podem sofrer com uma crise de solvência, com possibilidade de rebaixamento da classificação de risco das construtoras OAS, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Galvão Participações, Galvão

Engenharia, Mendes Júnior, Camargo Corrêa, Engevix, Iesa e UTC. Neste ponto da narrativa, a revista apresenta preocupação com a esfera econômica, expressando, de certa forma, os impactos nessas organizações em função da corrupção causada. (DRUMMOND, 2015b). No entanto, na narrativa menciona-se pouco as empreiteiras.

Diante do exposto até o momento, compreende-se que a narrativa disseminada pelo veículo objetiva alinhar àquela a uma audiência, apresentado o contexto e as personagens que estão sendo debatidos. Não obstante, devido ao foco da revista, muitos são os citados na rede investigada pela Operação Lava Jato, mencionando variados políticos, parlamentares e pessoas de governo. Apesar de serem citados, não foi possível caracterizá-los devido a rede ser extensa e seus tentáculos apresentarem muito alcance além de não serem o objetivo do trabalho. Nesse sentido, aponta-se que essa é uma possibilidade de pesquisa futura. Para os fins deste estudo, denominar-se-á apenas que seja envolvidos secundários – englobando os destinatários das verbas desviadas, parlamentares, congressistas e demais citados que não estejam diretamente à frente do sistema.

Em relação ao posicionamento da narrativa, pode-se inferir que a sua mensagem principal está relacionada ao fim da impunidade. Trata-se de mencionar que ela ainda persiste, mas que com o avanço das investigações da Operação Lava Jato, essa realidade pode ser alterada. Não somente isso, mas um levante dos principais corruptores nesse esquema. Neste primeiro enredo narrativo, permitiu-se contextualizar a narrativa e os seus devidos papéis. Nesse sentido, evidencia-se a intertextualidade da narrativa quando traz enfoques que possibilitam a audiência conceber que a Operação Lava Jato é um meio para um fim. Carrega em suas postagens concepções que permitam compreender que a Operação é benéfica para um país sem corrupção e impunidade.

No entanto, essa narrativa não se dá em toda a extensão analisado neste veículo. A partir de meados da metade de 2015, e mais efetivamente, no início de 2016, percebeu-se uma mudança no enfoque narrativo da Revista Carta Capital. Quando então até essa data, a narrativa buscava relacionar a Operação Lava Jato ao fim da impunidade e ao estabelecimento de um país mais justo – punindo seus corruptores – a partir de 2016 o enfoque passou a ser outro. Nesse contexto, a operação não é mais vista como instrumento para a consolidação da democracia e da justiça, mas sim um artifício para impugnar e derrubar o governo vigente à época.

Sobre isso, analisar-se-á, na sequência a narrativa relacionada ao período da metade do ano de 2015 até quase o final do ano de 2018.

4.4.1.2 A Operação Lava Jato é um artifício criado para atingir e desmantelar o governo vigente

Em meados da metade do ano de 2015, a Revista Capital começa a discutir a validade da Operação Lava Jato e a sua real finalidade. Isto posto, lê-se que

a radicalização tomou conta do País após uma escalada policial, judicial, midiática e política contra o governo e o PT. Os endinheirados, chamados de “classe média, apenas por falsa modéstia, estão tomados por fúria antipestista. Segundo se observa em protestos de rua, redes sociais da internet, bases, reuniões familiares e no plenário do congresso, parece iminente um acontecimento mais grave. O mandato de Dilma Rousseff corre riscos enormes e nem a chefiada de Lula à Casa Civil, última tentativa do governo de mostra capacidade política e econômica, é garantia de alguma normalidade. Ao contrário. Uma conflagração produzida em diversas frentes e por vários atores, mas com um dedicado regente nos últimos dias, o juiz da Operação Lava Sérgio Moro, a quem passou a enfrentar de peito aberto. Herói das expressivas manifestações “Fora Dilma” do domingo 13, Moro incendiou o Brasil três dias depois dos protestos, ao divulgar grampos telefônicos de Lula. (BARROCAL; MARTINS, 2016, p. 2)

A partir do trecho destacado é possível apreender que o novo posicionamento narrativo é em virtude da perseguição contra o PT e aos riscos que o governo de Dilma Rousseff sofre em função das investigações da Operação Lava Jato. Denota-se, portanto, o novo contexto no qual a Operação Lava Jato está inserida. É um ambiente que aspira riscos ao governo e que aponta novos papéis a personagens conhecidos. O discurso muda drasticamente, uma vez que o foco passa a não mais ser o da Operação Lava Jato contra a impunidade e a corrupção, mas sim contra o governo, representado pelo partido e pela presidente da república à época. O enfoque muda, assim como seu enredo e personagens.

A partir disso, é possível identificar que houve uma mudança no enredo narrativo. Claramente, o veículo assume e declara a militância político-partidária em relação aos efeitos da Operação Lava Jato na esfera política, principalmente, no governo vigente à época, representado pelo Partido dos Trabalhadores. Diz-se que o país passa por um processo de radicalização como exposto no excerto anterior contra o governo e o PT. No entanto, acerca dos rumos da operação, Barrocal (2016, p. 5) relata e explana que

a PF cometeu ao menos duas ilegalidades na Lava Jato que mereciam providências, mas ficaram por isso mesmo. O grampo numa cela do doleiro Alberto Youssef e o vazamento à mídia do prontuário de alguns encarcerados como João Vaccari Neto, ex-tesoureiro petista, e Marcelo Odebrecht. Em um texto produzido há algum tempo, Sérgio Moro vê no vazamento uma vantagem oferecida pela reação da opinião pública a favorecer o que ele supõe ser a verdade. Escuda-se na Operação Mãos Limpas, que implodiu a Primeira República italiana com apoio popular. Moro desconhece evidentemente, a história da península? A mídia na Itália não é como a brasileira, do pensamento único, pelo contrário, expõe todas as ideologias.

Em relação a isso, observa-se que o intuito é tentar afetar a credibilidade da Operação Lava Jato. Ademais, ainda, no trecho destacado, a imagem que outrora era um juiz em busca de justiça, de juiz decisor especialista, com *expertise*, é colocada em cheque. Além da credibilidade da Polícia Federal. O excerto chama a atenção para possíveis falhas da operação que teriam ficado sem providências.

Em razão da mudança do enredo e da atuação da Operação Lava Jato observam-se os

os sinais de avanço na tentativa de derrubar o governo e prender Lula se avolumam, os dois principais segmentos da opinião pública reagem de maneira diferente. De um lado, a parcela de cidadãos interessados e informados sobre as coisas da política. De outros, aquela dos pouco ou nada envolvidos com o assunto. Quem integra a primeira, por analogia com a economia, poderia ser chamado de “mobilizado politicamente”. Está sempre ligado e, hoje em dia, conectado aos circuitos por onde passa a informação, buscando-a ativamente. Aqueles que fazem parte do segundo grupo só se motivam em momentos especiais, como as conjunturas eleitorais. (COMBRA, 2016, p. 2).

Nota-se que o estilo das notícias também modificou-se. Ele assume um caráter marcado e militante, expondo o descontentamento com a Operação Lava Jato a medida que ela tenta derrubar e desmoralizar o governo. Além do mais, faz-se uma crítica a parcela da população que concorda com os rumos da operação, mesmo sabendo pouco sobre o assunto. Combra (2016), em contraponto, aponta que poucos são os mobilizados politicamente.

Novidade no novo enredo está relacionada ao ex-presidente Luís Inácio da Silva. Desde o começo da análise narrativa da Revista Carta Capital, o referido havia sido pouquíssimo mencionado. No entanto, agora assume papel de vítima, alvo da Operação Lava Jato e de uma trama orquestrada contra ele, seu partido e o governo

vigente. O impacto da Operação Lava Jato é tamanho, que se baseando em pesquisa realizada

impressionam os resultados, pois metade dos respondentes revelou-se pró-Lula, o que é notável se considerarmos que o ex-presidente é alvo da mais intensa campanha que a indústria de mídia, incluído o sistema Globo, jamais desferiu contra um inimigo. (COMBRA, 2016, p. 3).

A pesquisa aponta que metade dos respondentes é a favor do presidente, mesmo sendo alvo de uma campanha midiática promovida em parceria com a Operação Lava Jato (COMBRA, 2016, p. 3). Ainda sobre posicionamento, ao longo das edições analisadas, percebe-se que a revista trabalha a narrativa de modo que ela explicita que a Operação Lava Jato busca um golpe de estado contra a presidente à época em exercício de mandato, Dilma Rousseff. Quanto a isso, Carta (2016a, p. 2) anuncia que

a ameaça do golpe vibra sempre no ar em um país onde casa-grande e senzala permanecem de pé e aquele sempre aspira a uma democracia sem povo.

Não apenas isso, mas a Revista tenta reverter a imagem que a mídia e os rumos da Operação Lava Jato estruturaram em relação a Lula, por exemplo. Nesta época, Lula era cogitado a assumir um ministério dentro do governo e muitas foram as pressões para que isso não acontecesse. No entanto, “Lula no governo representa a última esperança de evitar o pior. Não somente para ele próprio e o governo, para todos nós” (CARTA, 2016a, p. 4). Torna-se clara a opinião deste veículo e a sua intenção em estruturar uma nova imagem para a “desgastada” imagem criada para o ex-presidente em função da Operação Lava Jato.

Para reforçar esse entendimento, a revista associa a imagem do ex-presidente ao fim da corrupção, buscada em seus mandatos. Haja vista, que

a corrupção no Brasil é endêmica, está arraigada no ânimo de um país predado pelos colonizadores, subjugado pelos interesses dos impérios, antes inglês, depois americano, entregue à lei do mais forte dado à propina, tanto como autor, quanto como receptor. (CARTA, 2016a, p. 10).

Porém, o que mais a narrativa evidencia são as fortes pressões contra o governo de Dilma Rousseff, que também é apontada como vítima, um alvo da operação. Dilma Rousseff é quem sofre as sanções com vistas ao seu *impeachment*. (BARROCAL,

2016). De acordo com o veículo, a oposição é a responsável por se aproveitar das investigações da Operação Lava Jato, conduzindo o pedido de ex-presidente. Quanto a isso mencionam-se outras personagens, principalmente, Eduardo Cunha. Ele é muito citado nas edições recorrentes da Revista Carta Capital. No entanto, em função dos critérios de seleção das notícias, poucas eram as menções junto à Operação Lava Jato. A maioria delas está associada aos meandros de seus esforços para tirar Dilma Rousseff da presidência. Por este motivo, apesar de poder ser caracterizado como articulador do *impeachment*, nas instâncias deste trabalho será mencionado apenas como personagem secundário. Aliado a ele, tem-se inclusive Michel Temer, igualmente, investigado na Operação Lava Jato, mas tratado nesta pesquisa como personagem secundário.

Ainda, sobre o impeachment, a Revista é categórica ao afirmar que o Partido dos Trabalhadores e a sua, até então presidente, são vítimas de um golpe contra a democracia. Salienta-se, pois, que o

PSDB apresenta-se hoje em público unido pela derrubada de Dilma, mas vive uma briga intestina, motivada pela sede de poder". (BARROCAL, 2016, p. 4).

O que a revista pretende mostrar, e para isso, utiliza-se de várias menções é que a Operação Lava Jato alude a um golpe para a retirada do governo vigente de cena. Quanto a isso, tem-se que

a Lava Jato presta-se a fornecer munição a uma tentativa de golpe, vale-se de uma polícia disposta a desservir ao Estado para favorecer a manobra em sintonia com a mídia compactamente envolvida no processo. Atenta contra a lei impavidamente e tanto esquece a origem da corrupção e seus mais atilado praticantes [...]. (CARTA, 2016b, p.2)

Por conseguinte, o desfecho da narrativa é sabido. Dilma Rousseff fora deposta e seu vice, assume a presidência. A revista adianta-se em declarar que o golpe fora uma manobra vinculada à operação Lava Jato, à mídia e aos partidos de oposição. Fica para essa narrativa que a inserção de novos personagens e a militância da revista deram a narrativa apresentada. Seu estilo, opiniões e posicionamentos foram modificados à luz de uma empatia político-partidária-militante.

4.4.2 Revista Veja

Em relação à Revista Veja, pôde-se perceber que há a expressão e o desenvolvimento de uma grande narrativa no que se refere à atuação da Operação Lava Jato e aos seus envolvidos. Sendo assim, a narrativa atrela a operação a um meio para desvelar o maior escândalo de corrupção brasileiro, expondo seus corruptores, aos financiamentos ilícitos de campanha e utilização de dinheiro público desviado nos partidos e por políticos. Não obstante, a narrativa trata ainda da prisão do ex-presidente Luís Inácio da Silva e do *impeachment* de Dilma Rousseff. Dado o grande volume do material coletado, a análise apresentará os trechos mais pertinentes para a concepção da análise como um todo. Isto posto, a análise da narrativa segue disposta

4.4.2.1 A Operação Lava Jato desvelou o maior escândalo de corrupção do país, expondo uma rede de corrupção entre empresas e partidos políticos, que beneficiou o governo da época, prendeu um ex-presidente e levou ao *impeachment* de outro

A narrativa da Revista Veja apresenta um enredo narrativo bastante engendrado, levando a estória a ser contada de maneira que a audiência possa perceber uma progressão desde a deflagração da Operação Lava Jato até o meados do final de 2018, período fim da coleta. Nesse sentido, percebe-se de acordo com Pentland (1999) que a narrativa possui traços que possibilitam evidenciar uma sequencialidade das estórias apresentados no enredo narrativo.

Sendo assim, em um primeiro momento a revista caracteriza a Operação Lava Jato como sendo o maior escândalo de corrupção já apurado no Brasil. Essa menção é citada ao longo de todo o período de análise – março de 2014 à novembro 2018. Para evidenciar o surgimento da operação, a revista apresenta os primeiros indícios que deram origem a Operação Lava Jato, com a compra da Pasadena *Refining System* pela estatal Brasileira Petrobras (BONIN; RANGEL; PEREIRA, 2014).

A referida compra causou danos à estatal e chamou a atenção das autoridades pela “desastrosa” compra, haja vista o preço pago pela estatal e as condições contratuais estipuladas para tal fato. Face à compra da refinaria pela Petrobras, a revista aponta que

as duas cláusulas contratuais que ao ser exercidas, a levaram a ter um prejuízo de mais de 1 bilhão de dólares no negócio. As cláusulas de put option e Marlim obrigavam a Petrobras a comprar o restante da refinaria de Pasadena, quando o negócio inicial previa a criação de uma joint venture com 50% para cada sócio. Do resumo executivo da direção da Petrobras constam outras informações que, se sabidas antes, teriam poupado Dilma das críticas a respeito do preço inicial pago pelos 50% da refina – cerca de 360 milhões de dólares, que ela não valeria mais de 40 milhões. (BONIN; RANGEL; PEREIRA, p. 7-9).

A partir dessas informações, o caminho para a continuidade de Operação Lava Jato se fez possível. Em virtude das investigações, já logo de início Paulo Roberto da Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras, foi preso juntamente ao doleiro Alberto Youssef (BONIN; RANGEL, PEREIRA, 2014). Paulo Roberto administrava o esquema gerindo e contratando empreiteiras que se dispusessem a pagar propina, de até 3% dos valores dos contatos, enquanto Alberto Youssef as recebia, por meio de empresas de consultoria de fachada por onde o dinheiro era lavado e destinado (RANGEL, 2014). Por conta disso, essas duas personagens são peças importantes para a narrativa, figurando como o investidor, articulador ou “cérebro” e o “banqueiro” de todo o esquema. Quanto ao papel de Alberto Youssef

era um banco de dinheiro ruim. As empreiteiras acertavam com os políticos e ele entrava para fazer o trabalho sujo, levando e trazendo dinheiro, sacando e depositando. Tinha a rede de empresas de fachada para conseguir notas e contratos forjados. (BONIN, 2014, p. 7).

Quanto à atuação de Paulo Roberto da Costa, considerado o investidor do esquema,

Paulo Roberto da Costa, ex-diretor da Petrobras preso pela Polícia Federal, personagem central do escândalo de pagamento de propinas a políticos. [...] De 2003 a 2012, o engenheiro Paulo Roberto da Costa dirigiu a área de Abastecimento da Petrobras, que comanda um orçamento bilionário e lida com as maiores empresas do Brasil e do mundo. Pelo volume de dinheiro movimentado e os múltiplos interesses envolvidos, é o lugar perfeito para aninhar uma quadrilha de corruptos. (RANGEL; MARQUES, 2014a, p. 2).

A partir dessas afirmações, pode-se ter conhecimento dos principais personagens por detrás da orquestração do esquema. O veículo procura evidenciar que esses dois são os “gestores” do esquema, cada qual com a sua função dentro da operação. Não obstante, não apenas os dois mencionados figuram como envolvidos, mas de acordo com as descobertas da Polícia Federal além de Paulo Roberto da

Costa e do doleiro Alberto Youssef, “políticos e prestadores de serviços estão interligados em um consórcio criminoso montado para fraudar contratos na Petrobras, enriquecer seus membros e financiar políticos e partidos” (RANGEL, MARQUES, 2014, p. 2).

De acordo com Shuman (2012) é importante na análise narrativa ilustrar o porquê de uma estória ser merecedora de ser contada. Diante desse aspecto, pode-se fazer algumas inferências. A primeira delas é que a narrativa da Revista Veja ilustra a Operação Lava Jato como o meio para desvelar o maior escândalo de corrupção já visto no país. Em segundo lugar, a revista aponta como personagens centrais na trama como talvez possa ser mais claro pensar, pessoas ao invés de organizações regendo o esquema. Essas pessoas, usualmente, à frente dos negócios se fazem importantes para a administração do esquema que se utilizou de várias outras, organizações como as empreiteiras – que mais à frente terão seu papel descrito – e empresas de fachadas, para a lavagem do dinheiro. Esse é um ponto importante, sobretudo, pela perspectiva dos escândalos corporativos à luz do *wrongdoing* organizacional (PALMER, 2012).

Dito isso, percebe-se qual o posicionamento da Revista Veja em relação às ações que instigaram a instauração Operação Lava Jato. É evidenciada que a principal destinação do dinheiro público, mas apenas servia de meio para enriquecimento ilícito por meio das práticas de corrupção descritas em seção específica, mas sim, uma forma de financiamento de campanha e de suporta à políticos e a seus partidos (BONIN, 2014).

As delações dos principais personagens expuseram o funcionamento do esquema e levaram ao conhecimento da justiça que a Petrobrás fora “transformada em um centro de prospecção de propina para subornar políticos e financiar campanhas eleitorais de aliados dos governos Lula e Dilma. O PT foi o partido que mais se beneficiou dos desvios” (RANGEL, 2014b, p. 1). Para gerir esse esquema, outro personagem é apresentado, João Vaccari Neto, tesoureiro do partido que cujo papel era intermediar os recursos desviados da Petrobras com o esquema para abastecer o caixa do partido (RANGEL, 2014b). O conhecimento veio à tona com a delação de Paulo Roberto da Costa que

fez um acordo de delação premiada e confessou sua participação no esquema de corrupção na estatal do qual também faziam parte grandes empreiteiras, políticos influentes e os principais partidos do governo – PT,

PMDB e PP. A engrenagem, segundo ele, montando durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula, funcionava assim: as empresas que prestavam serviços à Petrobras eram convidadas a ceder um percentual de seus ganhos, dinheiro que era repassado a deputados, senadores, governadores, ministros e campanhas eleitorais. O volume dos desvios, a dimensão dos personagens envolvidos e o grau de contaminação das instituições eram surpreendentes. Parecia que a Petrobras havia sido tomada de assalto por uma quadrilha investida de poderes excepcionais. Não há mais nenhuma dúvida sobre isso. (RANGEL, 2014b, 2).

No trecho apresentado aponta-se outra personagem dentro do esquema, que dessa vez faz o papel de vítima. É da Petrobras que o dinheiro é desviado e nela que a “quadrilha opera”. Em trecho destacado por Bonin, Rangel e Pereira (2014, p. 2) revela-se que há tempos a Petrobras é vista “como arma política”. Diante disso, é possível apontar o posicionamento (Shuman, 2012), da narrativa. Claramente, a revista expõe que a Operação Lava Jato é um duto para abastecimento de políticos, fazendo-se uso de dinheiro utilizado no esquema investigado pela operação. Isto posto, observa-se que as estórias contadas levam a esse conhecimento, percebe-se um engendramento das mesmas que permitem, em sua sequencialidade, levar a esse entendimento.

Esse movimento descrito por Schuman (2012) como intertextualidade narrativa pode ser observado até aqui. A narrativa aborda uma série de estórias que compõe o entendimento maior da construção da narrativa. Aqui se evidencia a narração dialógica ao passo que a narrativa aponta para os aspectos políticos das práticas de má conduta investigada pela Operação Lava Jato. Enfoca-se não nos aspectos econômicos ou sociais, mas sim nos políticos e nas personagens envolvidas.

Muitos são os desmembramentos desse ponto de vista e os envolvidos. No entanto, apresentando-se esse enredo sobre a esfera política da Lava Jato, a revista passa a demonstrar o interesse em apresentar quem estava a mando do esquema. Diante disso, em reportagem intitulada “Eles sabiam de tudo”, Bonin (2014b), expõe que a delação de Alberto Youssef postula que o esquema era de conhecimento do então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e da atual, à época, Dilma Rousseff. Esse fato alterou o foco das notícias vindouras da revista, que passou a investigar o envolvimento dos ex-presidentes e do Partido dos Trabalhadores no esquema. Porém, antes desse desmembramento, outras notícias antecederam esse assunto, expondo outros envolvidos na rede de “propina”.

“A Lava-Jato pode entrar para a história do país como o mais duro golpe já aplicado contra o crime organizado” (BONIN, 2014c, p. 7). Em razão disso vários

representantes foram presos, sob acusações de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e pagamento de propina expondo mais envolvidos no esquema. (RANGEL; MARQUES, 2014b). A “quadrilha” era chefiada por Ricardo Pessoa da UTC Engenharia dado que

foi a partir das delações premiadas da Operação Lava-Jato que o papel de Ricardo Pessoa no esquema pôde ser esquadrihado. Segundo as investigações, ele atuava como uma espécie de coordenador do cartel que reunia ao redor da Petrobras, outros gigantes da empreita, como Camargo Corrêa, Mendes Júnior e OAS. Pessoa contesta o título de chefe do grupo. Ele afirma que apenas facilitava o diálogo entre as várias empreiteiras porque foi presidente da entidade que representa o setor. E o setor está inquieto. Os empreiteiros presos repetem aos visitantes que não estão dispostos a figurar como únicos vilões do megasquema de corrupção. (RANGEL, 2015, p. 3-4).

Esse trecho evidencia que a revista começa a dar a voz aos outros envolvidos que não sejam os da esfera política. Percebe-se que ao possibilitar que Ricardo Pessoa fale, dá voz as empreiteiras envolvidas no caso, que até então não tinham sido foco das notícias reportadas. Quanto às elas,

as empreiteiras podem identificar e apresentar provas contra os verdadeiros mandantes do esquema, os grandes beneficiados, os mentores da engrenagem que funciona com o objetivo de desviar dinheiro da Petrobras para os bolsos de políticos aliados do governo e campanhas eleitorais dos candidatos ligados ao governo. (RANGEL; BONIN; MEGALE, 2015, p. 3).

De acordo com Rangel, Bonin e Megale (2015, p. 5)

o esquema da Petrobras era o braço de uma ampla estrutura de arrecadação que se espraiava por outras áreas do governo petista. Fica cada dia mais evidente que mesmo as doações legais eram feitas com dinheiro obtido dos cofres públicos, seja por apadrinhamento por parte de instituições financiadoras, seja por corrupção pura e simples.

A partir do exposto, passa-se a compreender que a intenção da revista é atrelar o esquema dos desvios ao enriquecimento ilícito do Partido dos Trabalhadores. Esse enredo na narrativa está por detrás de toda a construção da narrativa que a revista Veja cria. O veículo, ao que parece, busca enaltecer que o esquema “era algo mais complexo, institucionalizado” (RANGEL; BONIN; MEGALE, p. 7), visto que assume que o “PT desviou meio bilhão de reais dos cofres da Petrobras ao longo de dez anos. O dinheiro foi usado, entre tantas coisas para financiar as campanhas eleitorais do partido de 2010 e 2014” (PEREIRA; BONIN, 2015a, p. 2). O encarregado pelo

recolhimento do dinheiro de corrupção e o partido era João Vaccari Neto, tesoureiro do partido já mencionado e apelidado de “moch”, diminutivo de mochila.

A partir daí as figuras dos representantes dos Partidos dos Trabalhadores entram em cena, principalmente a do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo sido citado por Léo Pinheiro proprietário da OAS, de quem teria pedido doações ao Partido dos Trabalhadores e recebido um famigerado Tríplice na praia do Guarujá no litoral paulista e uma reforma em um sítio em Atibaia, interior de São Paulo (BONIN, 2015).

Segundo parecer da Revista Veja, o ex-presidente Luís Inácio da Silva era o responsável pelo esquema, cujo comando, a Operação Lava Jato pretendia averiguar. Índícios de delação de empreiteiros levaram às investigações ao ex-presidente que segundo Bonin (2015b, p. 4) “patrocinou o esquema de corrupção na Petrobras, exatamente como afirmara o doleiro Alberto Youssef em depoimento ano passado. [...] o ex-presidente se beneficiou fartamente da farra do dinheiro público roubado da Petrobras.”

Dado esse viés às narrativas, as demais notícias são apresentadas de modo a “desmascarar” o esquema e anunciar os seus impactos políticos. Não obstante, aqui as reportagens carregam um forte posicionamento político expresso em função da participação do ex-presidente e de seu papel no esquema. Pela forma expressa das notícias, é possível perceber a intertextualidade sendo executada na negociação dos sentidos (Shuman, 2012). Essa negociação visa, sobretudo, a posicionar os papéis de cada envolvido dentro da narrativa, dada a sequência de descobertas pela Operação Lava Jato.

Em razão da exposição do ex-presidente, outra figura importante aparece na narrativa, sendo ela o juiz Sergio Moro, a quem Lula considera arbitrário (PEREIRA; BONIN, 2015b). No entanto, o juiz é considerado uma espécie de “salvador” e “tornou-se um juiz mais duro, não na dosimetria das penas, mas na acidez das críticas que agora permeiam suas sentenças, e tornou-se, também, um juiz mais indignado com o cortejo de tramoias que contaminam o processo democrático” (PETRY, 2015, p. 3).

Em função da repercussão do envolvimento do ex-presidente no escândalo da Petrobras, o ano de 2016 foi marcado por notícias relacionadas a sua atuação e a possíveis indícios de condenação pelo envolvimento e recebimento de recursos ilícitos. Repara-se que o tom das notícias é outro, sendo de certo modo “apelativo” e enaltecendo o comando da operação investigada pela Operação Lava Jato. Há, no

entanto, em função do alcance da Operação Lava Jato, mas que não se adequam a grande narrativa, apresentando estórias pontuais. Uma dessas personagens é o Senador Delcídio do Amaral que em delação afirmou que

Lula e Dilma tinham pleno conhecimento da corrupção na Petrobras – e, juntos, tramaram para sabotar as investigações, inclusive vazando informações sigilosas para os investigados. [...] Destacou o papel de comando de Lula no petróleo, o de Dilma como herdeira e beneficiária do esquema e a trama do governo para tentar obstruir as investigações da Lava Jato. (PEREIRA, 2016, p. 2).

Além de destacar o envolvimento do ex-presidente e de Dilma Rousseff, apontou outros, sendo ele mesmo um deles, nomes conhecidos da política brasileira tais quais José Dirceu, Antônio Palloci, Renan Calheiros, Eduardo Cunha, Romero Jucá, Edison Lobão, Ciro Nogueira, Aloísio Mercadante, Gleisi Hoffmann, Fernando Collor de Mello, entre outros citados. De acordo com a Revista Veja, todos esses políticos estavam sob o comando de Luís Inácio Lula da Silva.

Em razão de tantas acusações e suspeitas, muitas foram as tentativas de boicotar a Operação Lava Jato, focando, principalmente, no juiz Sergio Moro, a quem ficara responsável o julgamento de Luís Inácio da Silva. Pereira (2016, p. 2) quanto a isso expõe que

Sergio Moro, responsável pela Lava-Jato, sequestrara o Brasil e desrespeitara garantias constitucionais, principalmente ao decretar prisões preventivas para forçar acordos de delação premiada. Lula disse que a Lava-Jato tinha o propósito oculto de criminalizar a política partidária e, se isso ocorresse, o governo brasileiro poderia cair nas mãos de um aventureiro como Silvio Berlusconi, que chegou ao poder na Itália depois da Operação Mãos Limpas, base de inspiração de Sergio Moro.

As negociações não surtiram efeito e a Lava Jato conduziu a democracia brasileira a um de seus episódios mais marcantes, o segundo *impeachment* em toda a história da república. De acordo Pereira (2016, p. 4) “era preciso tirar Dilma Rousseff do cargo para poder abafar as investigações”. A ofensiva para o *impeachment* de Dilma Rousseff partiu do, antes parceiro, agora adversário PMDB, que patrocina, incentiva e também o maior beneficiário, o vice Michel Temer é filiado ao partido (PEREIRA; BONIN, 2016).

Além das alegações de participação do “petrolão”, a cabeça de Dilma é reivindicada pela incapacidade de diálogo com setores produtivos, motivo pelo qual

incitou-se a crise econômica percebida pelo país (PEREIRA; BONIN, 2016). Com o pedido aberto pela Câmara e julgado, Dilma Rousseff deixa a presidência da república. “Por 61 votos a 20, os senadores aprovaram o *impeachment* de Dilma e encerraram um período de treze anos de governo do PT, atendendo ao clamor de milhões de brasileiros que foram às ruas em manifestações históricas”. (PEREIRA; BRONZATTO, 2016, p. 2).

Com a destituição de Dilma de Rousseff da presidência, os olhares se voltaram ao ex-presidente Luís Inácio da Silva. Com as delações dos empreiteiros, a situação do ex-presidente mostrou-se deliciada, dada a quantidade de indícios em favor de sua condenação e atuação do esquema de desvios. Isto posto, Bronzatto, Bonin e Marques (2017) enumeram as evidências contra o ex-presidente a compor o recebimento de propina, estimada em cerca de 40 milhões da Odebrecht; receitas oriundas de palestras milionárias, como forma de retribuir os esforços do ex-presidente; a “suposta” aquisição do triplex no Guarujá, comprado com propina recebida da OAS; reforma em sítio de Atibaia, com dinheiro oriundo da Odebrecht; participação e comando do esquema de corrupção na Petrobras; e, o caixa dois em campanha presidencial, com recursos ilícitos da Construtora Odebrecht. Nota-se, na narrativa que a participação e menção das empreiteiras é diminuta e pouco realizada, o foco é ilustrar o desenrolar da trama na esfera política brasileira, apontando os efeitos da Operação Lava Jato nessa esfera e desvelando corruptores e seus papéis na trama.

Com base em todas as acusações, o uma vez presidente Luís Inácio Lula da Silva foi julgado e

condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região a doze anos e um mês de prisão, Lula tornou-se inelegível e será recolhido ao cárcere tão logo seu recurso contra a sentença seja julgado no TRF4, o que deve ocorrer a partir do próximo dia 23. A cadeia, se nenhuma reviravolta acontecer, é uma questão de dias. [...] Pelo roteiro traçado até agora, todo o efetivo da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, de cerca de 350 pessoas, estará de prontidão para trabalhar no dia da prisão de Lula, chamado de o ‘dia D’ da Lava-Jato na corporação. (BORGES, 2018, p. 2).

Com isso, encerra-se a narrativa do veículo. Seu final remete a prisão do ex-presidente, e para chegar até esse momento, a narrativa postulou um caminho construído para orientar a audiência frente as suas motivações e visões acerca da posição da Operação Lava Jato no contexto brasileiro, e sobretudo político, foco do

posicionamento da revista. Observou-se que não era de interesse da revista veicular fatos econômicos ou a situação das empresas envolvidas, apesar de alguns momentos, menciona-las. Sua narrativa, contudo, reproduz uma crítica ao sistema que envolveu membros do governo para a manutenção de políticos em seus cargos e a perpetuação de uma cultura de corrupção entre os agentes governamentais. Por fim, tenta demonstrar que ninguém está acima da lei, no sentido da impunidade estar sendo combatida, haja vista os esforços de Sergio Moro, as várias prisões efetuadas e a destituição de uma ex-presidente no maior cargo da república como consequência.

4.4.3 Revista Exame

Dada a forma como a revista descreve a Operação Lava Jato, expõe os seus envolvidos e atribuí a eles papéis juntamente ao foco de sua política editorial, pode-se inferir que a construção da narrativa emerge do entendimento de que a corrupção é uma prática repudiável e maléfica à economia, às empresas e à sociedade, sendo essa a principal narrativa deste veículo.

4.4.3.1 A corrupção é uma prática repudiável e maléfica à economia, às empresas e à sociedade

À vista disso, a primeira mensagem que engloba a narrativa é de que a corrupção prejudica a economia brasileira e as suas empresas. Paduan e Rodrigues (2014), a fim de exemplificar essa afirmação, ressaltam que a corrupção exposta pela Lava Jato reduziu o projeto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, pela falta de planejamento e controle na administração dos recursos, reduzido a apenas uma refinaria de combustível, ao invés do que se esperava, do maior polo petroquímico do país. Além disso, a obra que inicialmente consumiria 6,5 bilhões de dólares dos cofres públicos, com revisões estava prometida em 13,5 bilhões. A obra prevista para 2012 teve sua inauguração adiada.

Ainda em 2014, frente às denúncias e a irregularidade frutos da corrupção e com o surgimento da Operação Lava Jato, a Petrobras viu sua situação piorar. A estatal é retratada como ancora para o desenvolvimento econômico do Brasil. Com um custo da extração do petróleo encarecendo o preço final dos combustíveis, a produção na Bacia de Campos, teve sua capacidade diminuída por falta de

planejamento e de equipamentos. Por conta disso, a Petrobras não tem conseguido aumentar sua capacidade, tão pouco seu caixa. (PADUAN; RODRIGUES, 2014).

Com a explosão do escândalo e a prisão de membros da quadrilha, informações acerca do escândalo tornaram-se públicas. Uma das maiores expressões foi a confissão de um gerente que afirmou ter se apropriado de 250 milhões de dólares em virtude do esquema que a operação investiga. Ressalta-se que o dinheiro era oriundo de pagamentos de empresas à Petrobras, os quais nunca acresciam o caixa da companhia. Com o escândalo, a estatal deixou de captar investimentos para a exploração do pré-sal, importante fonte para a geração de recursos financeiros. Com as investigações, processos internos da companhia quase pararam, atrasando constatações, equipamentos, dentro outras atividades importantes para o seu funcionamento. (FILGUEIRAS; BÔAS, 2014).

Outra evidência é que a partir das investigações da Operação Lava Jato, obras foram paralisadas, projetos adiados, investimentos diminuídos. As empresas envolvidas em obras de infraestrutura poderiam sofrer ações e as obras atrasariam. Face às descobertas, evidencia-se que os prejuízos aos cofres públicos seja de mais de 100 bilhões de reais. Em razão dos efeitos da operação Lava Jato, as empresas investigadas buscaram vender participações para melhorar sua situação financeira. Engevix colocou à venda sua participação em energia e cancelou investimento, OAS pode vender sua parte na Invepar. Odebrecht investirá no setor ambiental e na Braskem. Ressalta-se que devido às descobertas da operação sobre a corrupção na Petrobras, a economia brasileira foi empurrada para baixo. (FURLAN; FILGUEIRAS; BAUTZER, 2015).

Com as investigações, não apenas a Petrobras foi impactada mas toda a sua cadeia, como já descrita anteriormente. Percebe-se que o enfoque maior é dar voz a essas complicações que atingiram não apenas as empresas, mas impactaram significativamente a economia, as próprias empresas e a sociedade.

Dando continuidade, empresas que viam na Petrobras uma chance de fortalecimentos nos negócios, viu uma outra situação tomar forma. Empresas fornecedoras e fornecedoras dessas empresas com as descobertas dos escândalos ficaram cada vez mais em dificuldade financeira, pela falta de pagamento e pelas imposições que a Petrobras impôs para estancar os recursos que ainda tinha. Com isso, experimentou uma série de processos em decorrência de contatos revistos, obras suspensas, pagamentos atrasados. Estimativas chegaram a 86 bilhões de reais

com todos os processos de quem é alvo. Em paralelo, e somado a isso, tem-se mais 10 bilhões de reais em perdas com processos, disputas judiciais e provisões, duas vezes mais que em 2011. (FILGUEIRAS, 2015a).

A Petrobras, como maior empresa brasileira, tem relação direta com a economia brasileira e seus desdobramentos. Com fins de exemplificar, Filgueiras (2015a, p. 3) destaca que

cada real investido pela estatal corresponde a 3 reais a mais na economia do país graças à receita de construtoras, fabricantes de pré-moldados ou restaurantes e alojamentos. Cerca de 17 000 mil empresas fazem parte desse universo. Para cada funcionário da Petrobras, há quatro terceirizados – são 350 000 pessoas que dependem, direta ou indiretamente, das decisões da petroleira. Quando a Petrobras cresce, puxa centenas de pequenas e médias empresas com ela. Quando a estatal para, o efeito dominó é imediato.

Por conta dos avanços da Lava Jato não somente a Petrobras sofre consequências. Filgueiras (2015b) ressalta as implicações econômicas são inevitáveis para a saúde financeira das maiores empresas do país. Como reflexo, empresas como OAS, Galvão Engenharia e Schahin pediram recuperação judicial. A Odebrecht, maior empregadora do país e responsável por 5% do PIB, teve seu presidente preso e condenado à 19 anos de prisão. Com a Operação Lava Jato os impactos foram imediatos nas receitas e as dívidas das empresas engrandeceram-se. Tratando da Odebrecht, a companhia iniciou uma campanha de reversão, apresentando nova diretoria e propostas que inibam práticas de corrupção. Aliado à isso, tem-se o risco iminente de pagamento de multas e o rebaixamento, que de fato aconteceu, em sua nota de risco de dívida por agências de classificação de risco. (FILGUEIRAS, 2015b).

Camargo Correa lançou um programa de incentivo à delação premiada e instalou uma área anticorrupção. Acredita-se que quanto maior a colaboração, menos serão as possíveis penalidades. A idoneidade e a governança tornaram-se pauta para as empresas envolvidas e investigadas na Lava Jato. A Lei Anticorrupção, que prevê que as empresas sejam responsabilizadas por atos de corrupção, e não apenas seus gestores, emplacou novo ritmo as empresas. Assim como a Camargo Correa, a UTC entrou no páreo. (VIERIA, 2016).

Diante do quadro que se apresenta, pode-se observar que práticas de corrupção foram institucionalizadas no âmbito dos contratos públicos. A dita regra do

jogo era de conhecimento de todos, tomando-se por recorrente tal prática. Evidencia-se a corrupção dita sistêmica, impregnada nas entranhas morais que regem os contratos públicos. (MORO, 2016). Segundo Moro (2016, p. 5),

o custo da corrupção sistêmica é gigantesco não só para os cofres públicos como também para a economia e a sociedade em geral. O mais obvio é o custo da propina, que pode reduzir a margem de lucro das entidades privadas ou, como é mais comum, ser transferido ao contrato público, gerando consequentes impactos no orçamento público.

Como se pode observar a revista coloca a Operação Lava Jato como uma expressão do combate a corrupção. Não apenas isso, mas expõe que a corrupção tem causado malefícios, sobretudo, à economia. Nesse sentido, posiciona-se em função disso como opositora destas práticas que causaram e impactaram a economia e o funcionamento do sistema financeiro brasileiro e a saúde das empresas, envolvidas diretamente ou não no esquema.

A forma de abordagem, usualmente, é carregada de dados verídicos que comprovam como a corrupção tem corroborado com a crise econômica evidenciada com o avanço das investigações da Operação Lava Jato. A maioria das reportagens que compõe o arcabouço da narrativa aponta para dados, números e informações que levam o leitor a associar e relacionar os malefícios da corrupção de forma visual e aplicada.

Nota-se, contudo, que o sentido que se propõe delinear na narrativa é o de conduta. Posto de outra forma, todo noticiamento envolve apontar como as empresas e as atitudes dos envolvidos levou ao funcionamento do esquema e ao desvio de dinheiro público. Essa dita opinião é compartilhada e pode ser observada na narrativa.

Como pontuado, existem vários envolvidos dentro do esquema investigado pela Operação Lava Jato. A começar pela própria Petrobras, de quem o dinheiro foi desviado, as empreiteiras, que financiavam o esquema e se beneficiavam dele, os envolvidos dentro da Petrobras, sem contar partidos e políticos que tiveram dinheiro recebido deste esquema.

Finalmente, a narrativa revela e demonstra como esses escândalos podem impactar toda uma sociedade. Desvios de recursos públicos impactam o andamento e o funcionamento de uma estrutura de governo que atenda à população, ampare às empresas e estabeleça uma estabilidade financeira que suporte as operações econômicas. Com a Operação Lava Jato, tudo fora posto em cheque. Ainda, para fins

de conclusão, a narrativa não enfoca no papel dos envolvidos. Eles são sutilmente mencionados na trama. É possível identifica-los, mas o foco da narrativa é em apresentar as consequências econômicas de um modo geral.

4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Finalizada a análise, parte-se para a discussão dos resultados encontrados na pesquisa. Deste modo, a seção discutirá os achados e o seu confronto com a teoria. Isto posto, o primeiro momento desta discussão tratará de averiguar e confrontar a concepção da mídia enquanto agente de controle social (GREVE; PALMER; POZNER, 2010; MICHELSEN; KROGH, 2016). Segundo o entendimento dos autores, a mídia parte do papel de agente na função de controlar, julgar, organizar e estruturar atos e práticas dentro de um contexto, não apenas expondo à sociedade dados e fatos, mas dá a sua própria versão destes acontecimentos (CLEMENTE; DURAND; PORAC, 2016).

Em relação a esse entendimento, quando se descrevem as percepções de cada veículo de mídia acerca da Operação Lava Jato e seus envolvidos, pode-se identificar aderência teórica quanto ao que elucidam os autores Greve, Palmer e Pozner (2010) e Clemente, Durando e Porac (2016). Isto posto, e em virtude da descrição realizada por cada veículo, evidencia-se que a mídia, contemplada pelos seus veículos, organizou os fatos, controlou a entrada e a exposição dos atores e estruturou uma sequência de informações que possibilitassem ao público compreender quais as mensagens focais de cada revista. Não obstante, averiguou-se de igual forma que nas três revistas, quase todas as informações expressas seguiram uma certa linha de apresentação – inerente a cada revista e não iguais – mas dispuseram as mesmas informações.

Por exemplo, em todas as revistas é evidenciado que a Operação Lava Jato investiga o maior escândalo corporativo já visto no país. Outrossim, as origens da operação nas revistas remetem, inicialmente, a compra da refinaria de Pasadena, no Texas. Percebe-se, inclusive, que o funcionamento do esquema é apontado de forma semelhante em todos os veículos, da mesma maneira que são expostos os seus envolvidos. Em relação a eles, apresentam-se Paulo Roberto da Costa e Alberto Youssef como os principais envolvidos assim que deflagrada a operação, dado que ambos foram presos em função de suas atuações.

No entanto, em relação aos interesses inerentes a cada revista e o seu posicionamento – descrito como foco da política, pode-se evidenciar que algumas disparidades se apresentam. A principal diferença estabelecida percebida entre as três revistas é em função da predominância de alguns envolvidos em relação a outros durante a descrição dos acontecimentos inerentes à operação. Faz-se aqui um apontamento que a partir desta compreensão, percebe-se que a mídia tem, em consonância com o apresentado em teoria, se incumbido de estruturar os elementos que compõem um fato embasados nas versões que são inerentes à cada veículo, construindo e dando imagem a uma realidade social apresentada em função da sua expressão (COULDRY; HEPP, 2017).

Nesse sentido, ao se falar das diferenças, evidencia-se que a Revista Carta Capital não enfoca a participação das empreiteiras no esquema, apesar de mencioná-las, ilustrando como a operação tem impactado nos alicerces do governo vigente na época. Quanto à Revista Veja, notou-se que, também apenas menciona as empreiteiras no processo, não lhes dando muito espaço, pois sua maior preocupação é apontar que o esquema era concebido para benefício de partidos políticos e políticos envolvidos na rede. Por fim, diferentemente das duas primeiras, a revista Exame busca evidenciar, estritamente, os impactos na economia e nos envolvidos em razão das descobertas e avanços da Operação Lava Jato.

Outro indício de que a mídia executa o papel de agente de controle social (GREVE; PALMER; POZNER, 2010; PALMER, 2012; MICHELSEN; KROGH, 2016) se dá no momento em que todos os veículos tornam explícito, que os desvios prejudicaram muitos setores, empresas, o ambiente político e a sociedade em função da corrupção. Entende-se que neste momento, a mídia, a partir de seus canais, incita um julgamento sobre o que é considerado aceitável e o que não é dentro desse contexto (PALMER, 2012; GREVE; POLLOCK; MISHINA; SEO, 2016). Tem-se, por exemplo, que em razão das práticas de corrupção, dinheiro público – pertencente a toda sociedade – fora desviado para fins ilícitos, legalmente e socialmente não aceitos, beneficiou partidos, empresários, políticos, servidores e agentes do governo com base em dinheiro de corrupção e manobras consideradas inapropriadas para o contexto.

Em relação a conceituação da Operação Lava Jato, essa alcança as premissas que a fazem ser considerada um caso de *wrongdoing* (PALMER, 2012). Palmer (2012, 2013) e Pollock, Mishina e Seo (2016) retratam o *wrongdoing* sob à ótica de três

pilares: legislação vigente, princípios éticos e reponsabilidade social. O caso investigado pela operação vai ao encontro do que os autores postulam, haja vista que no Brasil atos contra o sistema financeiro são considerados crime, princípios éticos que englobam transações comerciais não foram respeitados e práticas de responsabilidade social, como a governança corporativa, não foram seguidas. Dito isso, evidencia-se a consonância aos referencias teóricos apresentados.

Por conseguinte, é possível identificar que em função destes apontamentos acerca da descrição da Operação Lava Jato outro aspecto teórico é alcançado e mostra-se em conformidade. Trata-se dos preceitos da tradução, que por definição está relacionada à negociação dos sentidos e significados dados a um evento, fato, acontecimento, e nesse caso a um escândalo (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996; CZARNIAWSKA; SEVÓN, 1996; SAHLIN; WEDLIN, 2008; WEDLIN; SAHLIN, 2017). Ao vislumbrar a mídia como ferramenta de tradução, as premissas dessa perspectiva podem ser observadas quando os veículos midiáticos evidenciam uma mesma notícia, dando-lhes enfoques ou sentidos diferentes. Para esse momento, basta reconhecer que quando os três canais ao noticiarem o mesmo escândalo – Operação Lava Jato – pode-se perceber que as ideologias e posicionamento se fizeram muito marcados. Isso é delimitado, sobretudo, pelo desenvolvimento dado por cada revista à operação. Nenhuma delas seguiu a mesma ordem e cada uma, na sua individualidade, expôs a sua concepção de Operação Lava Jato e do papel dos seus envolvidos. Dessa maneira, certifica-se o que elucidam os autores em relação à mídia estar atrelada aos princípios da tradução, como um agente de tradução.

Quanto aos papéis, tem-se, talvez, a maior diferença em todos os três canais em relação aos sentidos dados a atuação dos envolvidos. Aqui, nota-se e afirma-se que os preceitos da tradução podem ser evidenciados na estrita concepção de seu arcabouço teórico. Os papéis foram negociados (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996) por todos os três canais. Inseridos no enredo narrativo, tais papéis puderam ilustrar a participação de cada envolvido, mas sobretudo, como cada revista os apresentou na narrativa. Isto posto, os papéis foram caracterizados e trabalhados dentro das narrativas, principalmente, nas Revistas Carta Capital e Veja. A Revista Exame não delimitou em profundidade os papéis - que foram sutilmente mencionados no decorrer das reportagens, mas estabeleceu uma linha de consequência em função das práticas investigadas na Operação Lava Jato. Aponta-se que em decorrência do exposto, verifica-se a concordância ao que diz Wedlin e Sahlin (2017), que enquanto uma

informação perpassa um contexto, seus significados podem ser negociados a partir da concepção de quem o reproduz. Assim descrito, os reprodutores a quem as autoras mencionam são, aqui nesta pesquisa, representados pelos três veículos de mídia.

Essa conclusão é ratificada por Czarniawska e Joerges (1996) que afirmam que ao passo que uma informação circula, essa recebe influências de seus tradutores, durante certo momento em determinado espaço. Por conseguinte, a influência que os autores mencionam é concebida neste trabalho pelo foco da política editorial de cada veículo que influenciou a forma como a Operação Lava Jato foi descrita, seus atores – envolvidos – caracterizados, seu foco apontado e suas narrativas concebidas. No que se refere às narrativas, no processo de tradução, são as responsáveis por expressar o entendimento acerca de uma ideia (CZARNIAWSKA, 1997). Sob essa concepção, estando relacionadas a este trabalho, por meio das narrativas que se pode perceber a negociação estrita dos sentidos e da atuação dos papéis desempenhados pelos atores envolvidos, levando-se em conta o posicionamento de cada tradutor – foco – e a sua versão da realidade (BERGER; LUCKMAN, 2003).

Em relação a realidade, esse pressuposto atende o que Couldry e Hepp (2017) vislumbram sobre isso. Ela não é apenas socialmente construída, mas mediada. Em decorrência do acesso à informação e aos meios de comunicação, percebe-se que a mídia, de fato, tem seu papel fortalecido enquanto agente construtora da realidade. Por meio dos processos de midiatização que se fazem presentes (COULDRY; HEPP, 2017; HASEBRINK; HEPP, 2017) e são experimentados pelos indivíduos, a mídia tem, em função das suas características e da sua lógica (OLSSON; ERIKSSON, 2016), possibilitado o ordenamento do mundo social e o entendimento acerca dos acontecimentos que se apresentam. Dito isso, os resultados dessa pesquisa corroboram para esse entendimento, de modo que ao evidenciar, por meio das narrativas (GABRIEL, 2004; FENTON; LANGLEY, 2011; CORVELLEC, 2015), a operação Lava Jato e seus desdobramentos, pode-se ter acesso a um conhecimento construído e imbuído de sentido em relação às práticas de corrupção, a atuação dos envolvidos e a compreensão do esquema evidenciado pela operação como um todo.

Sendo assim, postula-se sobre as narrativas. Nesta pesquisa, cada veículo exprimiu uma narrativa – no caso da Revista Carta Capital, duas – sobre a Operação Lava Jato e a atuação de seus atores. De acordo com, a já mencionada Czarniawska (1997) as narrativas mostram-se o meio para que as ideias (re)significadas possam ser de conhecimento coletivo. Dito isso, tem-se em decorrência das narrativas e dos

papeis, delineados na seção própria de análise, que os veículos apontaram cada qual papeis diferenciados aos envolvidos no esquema que a Operação Lava Jato. Como ponto comum a todos as narrativas, tem-se à adesão ao que Palmer (2012) afirma quanto às práticas de *wrongdoing* serem perpetuadas por indivíduos e organizações. Isto é claramente apontado nas narrativas. Independente das nomenclaturas utilizadas, a atuação das personagens do esquema são os reflexos da deflagração da Operação Lava Jato. Palmer (2012) também afirma que as práticas são oriundas de organizações, a partir de seu coletivo de indivíduos. Isso também é verificado nas narrativas expostas. Em todas elas, é possível perceber que a partir do conluio entre Paulo Roberto da Costa e Alberto Youssef – indivíduos – foi possível movimentar um esquema a base de pagamentos de propina por empreiteiras – organizações - em contratos com a Petrobras. A teoria de Palmer (2012) quanto à perpetração de práticas de *wrongdoing* aplica-se na pesquisa e encontra conformidade.

Nessa acepção, compreende-se que a mídia é um agente de controle social que utiliza de narrativas para expor um entendimento acerca de um acontecimento e a atuação de seus envolvidos em um caso de *wrongdoing*. Nesse contexto, outra característica apreendida pelas narrativas é concernente ao caráter institucional de certas práticas, que sob às lentes do *wrongdoing* organizacional (PALMER, 2012), as tornam normalizadas.

Como já ilustrado, a normalidade aqui considerada opera em um contexto onde práticas e atos considerados aos olhos da grande maioria “anormais”, mostram-se mais normais do que parecem. Esses atos, por sua vez, engendrados nesse contexto, caracterizando-os como normais de acordo com Palmer (2012). Sobre isso, tem-se que em todas as narrativas apreendidas percebe-se a existência de uma “regra do jogo” – ou como ilustrada uma regra de mercado – que permitem inferir que as práticas de corrupção estão dispostas no contexto institucional e direcionam os indivíduos e organizações quanto a sua realização. Diante disso, o evidenciado na análise visa incutir novos conhecimentos a essa esfera, haja visto que atos e práticas de má conduta eram vinculadas, quase que, exclusivamente aos indivíduos e as suas motivações obscuras. Aqui se visualiza uma possibilidade de contribuição teórica no sentido de que as práticas estão muito mais engendradas no campo institucional do que as motivações pessoais dos indivíduos podem explicar.

Em relação à tradução desses papeis, objetivo desta pesquisa, foi possível captar que, em decorrência dos processos de negociação de sentidos e significados

acerca da atuação dos envolvidos no caso de *wrongdoing* ilustrado pela Operação Lava Jato, verificou-se que o que se negocia em relação a todas as narrativas é a responsabilidade de cada ator junto ao esquema. Ao se estabelecer, por exemplo, que em uma narrativa Paulo Roberto da Costa assume o papel de arquiteto do sistema, em outra como cérebro e em outra com o administrador do escândalo, é possível perceber que mesmo com denominações diferentes, há um sentido sendo atribuído quanto a sua função.

Não obstante, ainda se Alberto Youssef for tomado como exemplo, pode-se verificar que seus papéis são descritos como rei da propina, banqueiro ou ainda pagador de propina, líder do esquema. Em função do já discutido, as preferências de quem traduz imputam um significado ou ressignificam algo que está disposto no contexto. Como explicitam Waeraas e Nielsen (2016) esse processo é contínuo, complexo e possível de alterações. O fato que corrobora ao que dizem os autores, é a alteração do papel relativo a Sergio Moro nas narrativas da Revista Carta Capital. Percebeu-se que em decorrência do tempo sua atuação foi modificada e, conseqüentemente, sua responsabilidade. Outrora visto como o pioneiro decidido a desmantelar uma “quadrilha” que desviava recursos públicos, por fato de ruptura, seu papel passou a ser imbuído de julgamentos de valor contra o regime de governo vigente à época, seu partido e seus membros. Isso pode ser explicado pelo que Osei-Amponsah, Paassen e Klerkx (2017) aludem quanto ao rearranjo que pode ocorrer, resultado da negociação dos vários atores presentes no ambiente institucional que altera e adequa uma ideia, uma ação ou, ainda, nesse caso, um conjunto de práticas. Constata-se à luz disso, que a dada alteração de fato ocorreu em uma das narrativas e é confirmado sob às lentes dos autores.

Diante, portanto, do apresentado e das discussões realizadas, é possível pontuar algumas questões norteadoras que incitaram a realização desta pesquisa. Nesse sentido, diante das várias indagações apreendeu-se que condutas consideradas impróprias como a pagamento de propinas, crimes contra o sistema financeiro, desvio de recursos públicos aos olhos da perspectiva anormal do *wrongdoing* tornaram-se comportamentos normalizados, de acordo com os resultados da pesquisa. Percebeu-se que a principal motivação desses desvios está associada ao enriquecimento ilícito, de modo que quando o que antes era considerado anormal passou a ser normalizado e institucionalizado dentro do contexto onde os envolvidos da Operação Lava Jato se encontram. Verificou-se um discurso de regra do jogo ou

regra de mercado para a justificativa de tais práticas ilícitas, evidenciado que o momento para a realização dos acordos e dos pagamentos de propina obedeciam a algo engendrado no ambiente de negócios, sendo disfarçado e justificado por uma regra maior generalizada que englobava todas as negociações – dado o caso em questão – com a Petrobras. A então regra do jogo passou a reger a forma como os comportamentos individuais e organizacionais se davam.

Em relação aos mecanismos organizacionais que fomentam e mantêm a normalidade dos comportamentos, identificou-se que uma ampla e complexa rede de envolvidos foi a responsável por permitir que a denominada regra do jogo fosse implementada e sustentada pelos diversos elos. Nessa acepção, tem-se que cada participante desempenhava uma atividade no esquema que possibilitou que os desvios ocorressem e fossem destinados ou beneficiassem indivíduos, partidos e/ou organizações. A posição de cada elemento, sob a fachada da contratação legal de serviços pela Petrobras, é a que possibilitou que o esquema se mantivesse junto às demais organizações e pessoas envolvidas que legitimavam as aquisições.

A mídia, em meio a esse contexto, desempenhou o papel de agente de controle social, julgando as ações dos envolvidos e caracterizando – cada qual a seu modo e de acordo com o seu posicionamento e foco de interesse – a Operação Lava Jato. Diante disso, pôde-se vislumbrar que em relação às condutas, é possível evidenciar que a mídia consolidou os atos que deram início às investigações da Operação Lava Jato como práticas socialmente aceitas, de modo foi destacado que o jogo deveria ser jogado dessa maneira e que todos os participantes estavam cientes disso. Chama a atenção que o foco não é destacar os comportamentos isolados ou raros, mas sim os habituais e consentidos.

A mídia, sob às vestes de cada um dos três veículos analisados, apresentou diferentes concepções acerca da Operação Lava Jato, seus papéis e das narrativas. Em relação ao período analisado, identificaram-se diferentes ideias disseminadas nas três revistas analisadas. Como já exposto, cada narrativa oriunda desses veículos teve influência do foco, posicionamento e dos interesses de cada canal. Em relação à Carta Capital posicionou-se quanto à operação de modo político-militante, apresentando a Operação Lava Jato como um golpe a democracia e ao partido que presidia a república. No tangente à Revista Veja, o foco igualmente político destacou a operação como um artifício para equilibrar e dismantelar a corrupção existente na política brasileira. Por fim, a Revista Exame, de cunho econômico, buscou evidenciar

o prejuízo que os envolvidos e toda a sociedade tiveram com as descobertas e investigações resultantes da Operação Lava Jato.

Presenciou-se diferentes opiniões e pouco consenso entre os três veículos analisados. Novamente, atribuiu-se esse fato ao posicionamento de cada revista e a forma como a Operação Lava Jato foi trabalhada ao longo do período de análise. Conforme já explanado, para a Carta Capital a operação é um levante contra o governo, para a Veja uma forma de livrar o país das impunidades e da corrupção e para a Exame, um pano de fundo, para destacar que a corrupção é maléfica às organizações e à sociedade. Junto a isso, tem-se um foco em relação aos culpados, tais quais motivaram as investigações e são alvo da operação. Aqui não se presencia consenso, ora Alberto Youssef é tido como o responsável, como na Revista Carta Capital, ora Paulo Roberto da Costa, na Veja. Parte-se do pressuposto de que cada veículo possui a sua versão dos acontecimentos e da atuação de cada envolvido, tendo sido possível observar esses dados em toda a análise.

Finalmente, tem-se exemplificação de que a mídia e seus veículos expuseram a forma como o contexto atua em relação aos campo das organizações. Além disso, a mídia expos como comportamentos passaram a ser praticados sobre uma premissa de entendimento coletivo acerca da “legitimidade” dessas ações. Não obstante, destacou que tais comportamentos são socialmente aceitos e fazem parte de um sistema regente amplo e influenciador. Os comportamentos, dessa maneira, passaram a ser incorporados no cotidiano sob a condição de serem aceitos entre a coletividade, mesmo que sejam considerados práticas ilícitas. Nesse sentido, a mídia agiu como expoente desse sistema e além de apresentar esse regra global, julgou serem práticas ilícitas, desviantes e transgressoras. Observa-se, contudo, ao passo que muitos comportamentos tornaram-se normalizados, existe uma corrente de volta a anormalidade das ações e práticas que levam a resultados de *wrongdoing*. Aqui se evidencia que o contexto atua, mas não é o determinante absoluto do comportamento individual e organizacional. Há sim, também, a própria discrepância do ser e das suas concepções e intenções. O retorno à anormalidade é uma proposta para além do que apenas ressaltar comportamentos desviantes, mas também complementar o arcabouço teórico sobre as perspectivas do *wrongdoing* organizacional.

Tendo por dito isso, encerra-se esta discussão – que buscou relacionar os achados da pesquisa aos preceitos teóricos que a embasam. Discutiu-se sobre o papel da mídia no processo de tradução, com o suporte das narrativas, incutidas de

negociar os sentidos dados a um caso de *wrongdoing* e ao papel de seus envolvidos no processo. Em decorrência do exposto, apresentam-se a seguir as considerações finais acerca da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, partiu-se do argumento que a mídia exercendo seu papel na construção da realidade (COULDRY; HEPP, 2017), desempenha funções de agente de controle social julgando e ordenando comportamentos e práticas consideradas aceitáveis e não aceitáveis dentro de um contexto (GREVE; PALMER; POZNER, 2010; MICHELSEN; KROGH, 2016). Nesse sentido, os escândalos corporativos são mediados pela mídia e seus veículos que os julgam, estruturam e os expõem à sociedade (CLEMENTE, DURAND; PORAC, 2016). Os escândalos corporativos, nesta pesquisa, são contextualizados a partir da perspectiva do *wrongdoing* organizacional (PALMER, 2012), sob a qual práticas de má conduta – de *wrongdoing* – são definidas com base no julgamento de um controle social (GREVE; PALMER; POZNER, 2010) que estipula uma transgressão ao tido como certo ou errado a partir de três pilares: legais, éticos e sociais (PALMER, 2012; GREVE; POLLOCK; MISHINA; SEO, 2016), que estão arraigadas no contexto das práticas organizacionais e levam ao *wrongdoing* como resultado. Essa é a concepção normal do *wrongdoing*, diferentemente da anormal, que trata as transgressões como anormalidades oriundas de incidentes ou de fatos isolados desempenhados por indivíduos e/ou organizações (PALMER, 2012; PALMER, 2013).

Ademais, o argumento ainda atrela a mídia aos princípios de tradução (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996; CZARNIAWSKA; SEVÓN, 1996; SAHLIN; WEDLIN, 2008; WEDLIN; SAHLIN, 2017), oriunda da vertente escandinava do institucionalismo organizacional (CZARNIAWSKA; SEVÓN, 1996; BOXEMBAUM; PEDERSEN, 2009). Sendo assim, a mídia de acordo com esta perspectiva, traduz os sentidos e significados – neste caso dos elementos da Operação Lava Jato – em um processo contínuo de negociação, dado pelo movimento das ideias enquanto viajam de um contexto a outro e junto aos seus atores – também considerados tradutores. (CZARNIAWSKA; JOERGES, 1996). Nessa pesquisa, entendeu-se que o meio para externar essa negociação é a partir das narrativas (GABRIEL, 2004; FENTON; LANGLEY, 2011; DE LA VILLE; MOUNOUD, 2015) capazes de carregar os sentidos negociados no processo de tradução, possibilitando a criação de novos sentidos e significados de algum evento (CZARNIAWSKA, 1997).

Exposto o argumento delineador da pesquisa, estipulou-se o seu objetivo o qual é analisar como a mídia, a partir de suas narrativas, traduz o papel dos envolvidos em

um caso de *wrongdoing* organizacional, evidenciado pela Operação Lava Jato. Para o alcance desse objetivo geral foram elencados quatro objetivos específicos a fim de alcançá-lo. Nesse sentido, o primeiro disposto propunha-se a descrever o caso de *wrongdoing* organizacional e os seus envolvidos; o segundo a caracterizar o(s) papel(is) dos envolvidos no caso de *wrongdoing* organizacional; o terceiro a apontar o foco da política editorial dos canais midiáticos que noticiam o caso de *wrongdoing* organizacional; e, finalmente, o último a analisar as narrativas que emergem da mídia na tradução do caso de *wrongdoing* organizacional.

No que se refere ao alcance do primeiro objetivo, foi realizada uma descrição acerca da Operação Lava Jato e de seus envolvidos em cada uma das revistas selecionadas. Evidenciou-se, a partir das notícias coletadas, como cada veículo de mídia descreveu a Operação, apontou suas origens e motivações, descreveu o contexto e apontou os envolvidos no esquema investigado. Verificou-se que as informações e os envolvidos eram praticamente os mesmos, alterando-se apenas a lógica de sua exposição. No entanto, diferenças foram percebidas e evidenciaram o interesse de cada veículo na descrição da Operação Lava Jato e na apresentação seus envolvidos.

Percebeu-se que a descrição acompanhou o foco e o posicionamento de cada revista. A Revista Carta Capital buscou noticiar a origem do esquema e forma como o dinheiro era repassada das empreiteiras para a Petrobras e seus agentes. Não se faz demasiada menção à destinação do dinheiro a partidos políticos e políticos, como realizou a Revista Veja. Para essa, a Operação Lava Jato é um levante contra a corrupção que desmantelou o esquema que destinava propina a vários envolvidos até chegar a esfera dos políticos e seus partidos. Por fim, a Revista Exame preocupou-se em descrever a operação mencionado os envolvidos que durante anos roubaram a Petrobras e se beneficiaram com seus recursos, especialmente, as empreiteiras.

Em relação ao cumprimento do segundo objetivo, caracterizou-se os principais personagens apresentados no período analisado. Ressalta-se que esses personagens são importantes no enredo narrativo (SHUMAN, 2012), e com base nos três veículos analisados, houve diferentes concepções sobre o papel de um mesmo envolvido. Averiguou-se que poucos foram os personagens principais participantes na narrativa, mas que em cada veículo um papel era destinado a cada envolvido. De acordo com a perspectiva da tradução (CZARNIOWSKA JOERGES, 1996), esses papéis são explicados em virtude do contexto e dos interesses, experiências e

motivações dos tradutores. Dessa maneira, os papéis foram caracterizados a partir desses pressupostos e foram inseridos na narrativa.

Os papéis tiveram como base a retipificação das ações reproduzidas pelos envolvidos no esquema. A partir da atuação e de características executadas pelos indivíduos pôde-se atribuir ações que outrora não estariam consideradas como pertencentes a um dado papel. Essas ações e práticas foram trabalhadas ao longo de todo o período analisado, evidenciando que a participação de cada agente no esquema. Contudo, apesar disso, os papéis não foram denominados da mesma forma, dado o posicionamento e a forma de exposição das ações que foram utilizadas para a caracterização dos mesmos. Esses interesses são inerentes ao foco da política, a seguir apresentado.

Quanto ao terceiro objetivo, buscou-se apontar qual o foco da política editorial (ROSINHA, 1989) de cada veículo de mídia. Essa concepção para a construção narrativa é importante, pois norteia os assuntos de interesse de cada veículo. São considerados pontos de vista das revistas. Nesta pesquisa identificou-se os focos políticos para as Revistas Carta Capital e Veja e para a Revista Exame, um foco fortemente demarcado pelo enfoque econômico. Não obstante, o contexto o qual cada revista se refere é determinante para a compreensão do foco e posicionamento.

Tendo isso posto, a Revista Carta Capital, em determinado ponto do período apresenta fortemente seu cunho político partidário e o defende. Por sua vez, a Veja cunha uma trajetória política e destaca as consequências para o governo vigente em relação à Operação Lava Jato. Fica claro, seu posicionamento contra o governo ao passo que a Carta Capital é a favor. A Exame, contudo, não demonstra interesse político, no entanto, apresenta fortes indícios das consequências da corrupção para a economia. Os impactos da Operação Lava Jato levaram a muitos reflexos econômicos, em obras e projetos e a sociedade de um modo geral. O posicionamento das revistas foi um pressuposto para a compreensão das narrativas encontradas e analisadas em cada uma delas. Foi possível perceber uma linha de interesse do enredo narrativo, a partir dessas informações, que auxiliaram na compreensão das narrativas apresentadas pelos veículos.

Por fim, para o cumprimento do quarto objetivo específico deste trabalho, foram analisadas as narrativas emergentes de cada veículo, a fim de poder com isso responder ao objetivo geral do estudo. As narrativas encontradas foram quatro: duas para a Revista Carta Capital, uma para a Veja e uma para a Exame. Identificou-se que

na Revista Carta Capital, houve dois momentos narrativos bem delimitados e diferentes, enquanto o primeiro via na Operação Lava Jato um instrumento para acabar com a corrupção, o segundo momento indicava uma manobra para ataque ao governo vigente. A narrativa da Revista Veja trabalha a operação a partir do combate a um esquema que expôs a corrupção no país, sobretudo, na esfera política. Por fim, a narrativa da Revista Exame, de um modo mais geral evidencia que a corrupção traz malefícios à economia, sociedade e empresas. Menciona-se pouco dos envolvidos nessa narrativa e seus papéis, devido ao foco ser econômico. Nesta narrativa, a Operação Lava Jato é um pano de fundo para o que de fato o veículo expressa.

As narrativas expuseram claramente a posição das revistas frente as suas concepções sobre a Operação Lava Jato. O enredo narrativo foi “carregado” desses posicionamentos, motivo pelo qual se pode verificar as histórias contadas por cada revista. Apesar de todas terem apresentado narrativas sólidas e pontuadas durante todo o período, apenas a Revista Carta Capital teve uma mudança, considerada uma inversão ao que vinha noticiando. Ao passo que, primeiramente, defendia a Operação Lava Jato, em certo momento, passou a associa-la ao golpe que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff. Essa virada narrativa e o seu entendimento seguem como possibilidade de pesquisa futura. Ainda em relação às narrativas, observa-se que as narrativas da Revista Veja e Exame mantiveram a mesma direção narrativa do início ao fim do período analisado, como já explanado, uma expando o maior escândalo do país e desvelando as engrenagens do esquema na esfera política e a outra ressaltando os impactos da corrupção para um sistema de governo e para o funcionamento do país e de sua economia.

Após todo a análise realizada, apresentam-se as contribuições da pesquisa para o campo científico e para os estudos organizacionais. Uma delas refere-se a possibilidade da construção e do entendimento da realidade social por meio da mídias e das práticas comunicativas. Nesse contexto, a mídia atua como agente de construção e também de controle social face a eventos e situações que chamam a atenção da sociedade, como os escândalos corporativos. Além disso, contribui-se para o fomento da perspectiva do *wrongdoing* organizacional, evidenciando a existência de um contexto macro que influencia e rege comportamentos individuais e organizacionais. Esse contexto macro – correspondente a uma regra de mercado – é fonte de análise dos comportamento normalizados e institucionalizados que auxiliam

na explicação dos casos de *wrongdoing* organizacional e as motivações dos indivíduos.

Esta pesquisa ainda contribui para o entendimento dos processos de tradução e da negociação de sentidos e significados a partir de um mesmo escândalo corporativo. O entendimento da difusão das ideias é presenciada e pode-se ver aplicada a esta pesquisa, salientando que esse movimento é contínuo e passível de diversas influências e difundidos em um contexto. Nessa dinâmica, posiciona-se que as narrativas são os meios para que esses significados sejam negociados e expostos, difundido expressões, posicionamentos, versões de um mesmo fato. As narrativas criam um senso de conhecimento comum e são utilizadas para a interpretação dos fatos do cotidiano.

Como contribuição prática a pesquisa evidencia a utilização da mídia no processo de transmissão de informações e difusão de ideias, sendo utilizada na tradução de questões que se apresentam ao contexto das organizações e ao social. Aliado às narrativas, a pesquisa buscou enaltecer que as narrativas, nesse processo, são as ferramentas para esse entendimento e a negociação das versões de “verdade” sobre um fenômeno. Ainda, infere-se que o entendimento do contexto das práticas normalizadas possam permitir que políticas e programas organizacionais que visem evitar a perpetuação dessas ações institucionalizadas “normais”.

Como contribuição para pesquisas futuras, esse trabalho incita novas pesquisas que visem engrandecer o campo das narrativas por meio dos estudos de mídia e da perspectiva da tradução. Essa perspectiva como campo de conhecimento em expansão carece de pesquisas. Ainda, estimula-se pesquisas a outros escândalos corporativos sob a perspectiva do *wrongdoing* organizacional para evidenciar quais práticas institucionalizadas normalizam comportamentos e levam a resultados de má conduta.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, R. V.; DESENDER, K.; BEDNAR, M. K.; LEE, J. H. Connecting the Dots: Bringing External Corporate Governance into the Corporate Governance Puzzle. **The Academy of Management Annals**, v. 9, n.1, p. 483-573, 2015.
- AVRITZER, L.; MARONA, M. A Tensão entre Soberania e Instituições de Controle na Democracia Brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, v. 60, n. 2, p. 359-393, 2017.
- BABBIE, E. **The basics of social research**. 6. ed. Wadsworth: CENGAGE Learning, 2012.
- BADEWI, A.; SHEHAB, E. The impact of organizational project benefits management governance on ERP project success: Neo-institutional theory perspective. **International Journal of Project Management**, v. 34, p. 412-428, 2016.
- BARNET, M. L. Why Stakeholders Ignore Firm Misconduct: A Cognitive View. **Journal of Management**, v. 40, n. 3, p. 676-702, 2014.
- BARRY, D.; ELMES, M. Strategy Retold: Toward a Narrative View of Strategic Discourse. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 2, p. 429-452, 1997.
- BASTOS, E. S.; ROSA, M. P.; PIMENTA, M. M. Os Impactos da Operação Lava Jato e da Crise Internacional do Petróleo nos Retorno Anormais e Indicadores Contábeis da Petrobras 2012-2015. **Pensar Contábil**, v. 18, n. 67, p. 49-56, 2016.
- BELL, E.; LEONARD, P. Digital Organizational Storytelling on YouTube: Constructing Plausibility Through Network Protocols of Amateurism, Affinity, and Authenticity. **Journal of Management Inquiry**, p. 1-13, 2016.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BOJE, D. M. Consulting and Change in the Storytelling Organization. **Journal of Organizational Change Management**, v. 4, n. 3, p. 7-17, 1991.

BOJE, D. M. **Narrative Methods for Organization and Communication Research**. Sage: New York, 2001.

BOJE, D. M.; HALEY, U. C. V.; SAYLORS, R. Antenarratives of organizational change: The microstoria of Burger King's storytelling in space, time and strategic context. **Humans Relations**, v. 69, n. 2, p. 391-418, 2016.

BOXENBAUM, E.; JONSSON, S. Isomorphism, Diffusion and Decoupling. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. Sage Publications, 2008.

BOXENBAUM, E.; JONSSON, S. Isomorphism, Diffusion and Decoupling: Concept Evolution and Theoretical Challenges. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; LAWRENCE, T. B.; MEYER, R. E. (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. 2. ed. Sage Publications, 2017.

BOXENBAUM, E.; PEDERSEN, J. Scandinavian institutionalism – a case of institutional work. In: LAWRENCE, T.; SUDDABY, R.; LECA, B. (Eds.). **Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BRIANT, K. J.; HALTER A.; MARCHELLO, N.; ESCAREÑO, M.; THOMPSON, B. The Power of Digital Storytelling as a Culturally Relevant Health Promotion Tool. **Health Promotion Practice**, v. 17, n. 6, p. 793-801, 2016.

BRODY, R. G.; KIEHL, K. A. From white-collar crime to red-collar crime. **Journal of Financial Crime**, v. 17, n. 3, p. 351-364, 2010.

BROWN, A. A Narrative Approach to Collective Identities. **Journal of Management Studies**, v. 43, v. 4, p. 731-753, 2006.

CARRIGER, M. A narrative approach lto delivering bad news in organizations: effective or not? **Journal of Strategy and Management**, v. 6, n. 4, p. 358-376, 2013.

CARVALHO, A. de P.; CUNHA, S. K. da; LIMA, L. F.; CARTENS, D. D. The role and contributions of sociological institutional theory to the socio-technical approach to innovation theory. **Revista de Administração e Inovação**, v. 14, p. 250-259, 2017.

CLEMENTE, M.; DURAND, R.; PORAC, J. Organizational wrongdoing and media bias. In: PALMER, D.; SMITH-CROWE, K.; GREENWOOD, R. (Eds.). **Organizational wrongdoing**. Cambridge University Press, 2016.

COFFEE, J. C. A Theory of Corporate Scandals: Why the USA and Europe differ. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 21, n. 2, p. 198-211, 2005.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONDÉ, R. A. D.; ALMEIDA, C. O. F.; QUINTAL, R. S. Fraude Contábil: Análise Empírica à Luz dos Pressupostos Teóricos do Triângulo da Fraude e dos Escândalos Corporativos. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 93, p. 94-108, 2015.

CONNELLY; F. M.; CLANDININ, D. J. Stories of Experience and Narrative Inquiry. **Educational Researcher**, v. 19, n. 2, 1990.

COOPER, D. J.; EZZAMEL, M. WILLMOTT, H. Examining 'Institutionalization': A Critical Theoretic Perspective. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. Sage Publications, 2008.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COPES, H. A narrative approach to studying symbolic boundaries among drug users: A qualitative meta-synthesis. **Crime, Media, Culture**, v.12, n. 2, p. 193-213, 2016.
CORBETTA, P. **Social research**: theory, methods and techniques. London: Sage, 2003.

CORVELLEC, H. Narrative Approaches to Organization. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, v. 16, n.2 , p. 194–197, 2015.

COULDRY, N.; HEPP, A. **The mediated construction of reality**. Cambridge: Polity press, 2017.

COUTINHO E SILVA, A. H.; SANCOVSCHI, M.; CARDOZO, J. S. S.; CONDÉ, R. A. D. Teoria Dos Escândalos Corporativos: Uma Análise Comparativa de Casos Brasileiros e Norte-americanos. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, v. 17, n.1, p. 92-108, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design**: choosing among five traditions. SAGE Publications, 1998.

CUERVO-CAZURRA, A. Corruption in international business. **Journal of World Business**, v. 51, p. 35-49, 2016.

CZARNIAWSKA, B. How to Misuse Institutions and Get Away with It: Some Reflections on Institutional Theory(ies). In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. Sage Publications, 2008.

CZARNIAWSKA, B. Narrating organization studies. **Narrative Inquiry**, v. 21, n. 2, p. 337-344, 2011.

CZARNIAWSKA, B. **Narratives in Social Science Research**. Sage Publications: London, 2004.

CZARNIAWSKA, B.; JOERGES, B. Travels of ideas. In: CZARNIAWSKA, B.; SEVÓN, G. (Eds.). **Translating Organizational Change**. Berlin: Walter de Gruyter, 1996.

CZARNIAWSKA, B.; SEVÓN, G. (Eds.). **Global Ideas**. How Ideas, Objects and Practices Travel in the Global Economy. Malmö: Liber and Copenhagen Business School Press, 2005.

CZARNIAWSKA, B.; SEVÓN, G. Introduction. In: CZARNIAWSKA, B.; SEVÓN, G. (Eds.). **Translating Organizational Change**. Berlin: Walter de Gruyter, 1996.

DAVIES, G.; OLMEDO-CIFUENTES, I. Corporate misconduct and the loss of trust. **European Journal of Marketing**, v. 50, n. 7/8, p. 1426-1447, 2016.

DE LA VILLE, V.; MOUNOUD, E. A narrative approach to strategy as practice: strategy making from texts and narratives. In: GOLSORKHI, D.; ROULEAU, L.; SEIDL, D.; VAARA, E. (Eds.). **Cambridge Handbook of Strategy as Practice – 2nd Edition**. Cambridge et. al.: Cambridge University Press, 2015.

DEACON, D.; STANYER, J. Mediatization: key concept or conceptual bandwagon? **Media, Culture & Society**, v. 36, n. 7, p. 1032-1044, 2014.

DEEPHOUSE, D. L.; SUCHMAN, M. Legitimacy in Organizational Institutionalism. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. Sage Publications, 2008.

DIJCK, J.; POELL, T. Understanding Social Media Logic. **Media and Communication**, v. 1, n.1, p. 2-14, 2013.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DIMAGGIO, Paul; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: Collective rationality and institutional isomorphism in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

DOBOVŠEK, B.; SLAK, B. Old horizons of organised-white collar crime: Critical remarks about the current definition, development and perceptions of organised and white-collar crime. **Journal of Financial Crime**, v. 22, n. 3, p. 305-317, 2015.

DOOLIN, B.; GRANT, D.; THOMAS, R. Translating Translation and Change: Discourse-Based Approaches. **Journal of Change Management**, v. 13, n. 3, p. 251-265, 2013.

DUFFIELD, S.; WHITTY, S. How to apply the Systemic Lessons Learned Knowledge model to wire an organisation for the capability of storytelling. **International Journal of Project Management**, v. 34, p. 429-443, 2016.

ELO, S.; KÄÄRIÄINE, M.; KANSTE, O.; PÖLKKI, T.; UTRUAUNEN, K.; KYNGÄS, H. Qualitative Content Analysis: A Focus on Trustworthiness. **SAGE Open**, v. 4, n. 1, p. 1-10, 2014.

FELDMAN, M. S.; ALMQUIST, J. Analyzing the Implicit in Stories. In: HOLSTEIN, J. A.; GUBRIUM, J. F. (Eds.). **Varieties of Narrative Analysis**. SAGE Publications, 2012.

FENTON, C.; LANGLEY, A. Strategy as practice and the narrative turn. **Organization Studies**, v. 32, n. 9, p. 1171-1196, 2011.

FILSTAD, C.; GOTTSCHALK, P. Characteristics of white-collar criminals: a Norwegian study. *Journal of Money Laundering Control*, v. 15, n. 2, p. 175-187, 2012.

FISCHER, W. R. Narration as a human communication paradigm: The case of public moral argument. **Communication Monographs**, v. 51, n. 1, p. 1-22, 1984.

FOLHA DE SÃO PAULO. FOLHA EXPLICA. **Operação Lava Jato**. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GABRIEL, Y. Narratives, stories, texts. In: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTNAM, L. L. (Eds.). **The Sage Handbook of Organizational Discourse**. London: Sage, 2004.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. Em: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. Em: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTNAM, L. L. Introduction: organizational discourse: exploring the field. In: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTNAM, L. L. (Eds.). **The Sage Handbook of Organizational Discourse**. London: Sage, 2004.

GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. Introduction. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. Sage Publications, 2008.

GREVE, H. R.; PALMER, D.; POZNER, J-E. Organizations gone wild: the causes, processes, and consequences of organizational misconduct. **The Academy of Management Annals**, v. 4, n. 1, p. 53-107, 2010.

GREVE, H. R.; TEH, D. Consequences of organizational misconduct: too much and too little punishment. In: PALMER, D.; SMITH-CROWE, K.; GREENWOOD, R. (Eds.). **Organizational wrongdoing: keys perspectives and new directions**. Cambridge University Press, 2016.

HAIR JR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A; H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HASEBRINK, U.; HEPP, A. How to research cross-media practices? Investigating media repertoires and media ensembles. **Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies**, v. 23, n. 4, p. 362-377, 2017.

HEPP, A. The communicative figurations of mediatized worlds: Mediatization research in times of the 'mediation of everything'. **European Journal of Communication**, v. 28, n. 6, p. 615-629, 2013.

HEPP, A. Pioneer communities: collective actors in deep mediatization. **Media, Culture & Society**, v. 38, n. 6, p. 918-933, 2016.

HEPP, A.; HJAVARD, S.; LUNDBY, K. Mediatization: theorizing the interplay between media, culture and society. **Media, Culture & Society**, v. 37, n. 2, p. 314-324, 2015.

HEPP, A.; ROITSCH, C.; BERG, M. Investigating communication networks contextually. **Journal of media and communication research**, p. 87-106, 2016.

HÖYKINPURO, R.; ROPO, A. Visual narratives on organizational space. **Journal of Organizational Change Management**, v. 27, n. 5, p. 780-792, 2014.

KLINGER, U.; SVENSSON, J. The emergence of network media logic in political communication: A theoretical approach. **New media & society**, v. 17, n. 8, p. 1241-1257, 2014.

KNOBLAUCH, H. Alfred Schutz' Theory of Communicative Action. **Human Studies**, v. 36, n. 3, p. 323-337, 2013.

KRELL, K.; MATOOK, S.; ROHDE, F. The impact of legitimacy-based motives on IS adoption success: An institutional theory perspective. **Information & Management**, v. 53, p. 683-697, 2016.

KROTZ, F.; HEPP, A. A concretization of mediatization: How mediatization works and why 'mediatized worlds' are a helpful concept for empirical mediatization research. **European Journal for the Philosophy of Communication**, v. 3, n. 2, p. 119-134, 2013.

LAWRENCE, T. B. Power, Institutions and Organizations. Em: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (eds). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. Sage Publications, 2008.

LAWRENCE, T.B.; DOVER, G. Place and Institutional Work: Creating Housing for the Hard-to-house. **Administrative Science Quarterly**, p. 1-40, 2015.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic Inquiry**. California: Sage Publications, 1985.

LWIN, S. M. Narrativity and creativity in oral storytelling: Co-constructing a story with the audience. **Language and Literature**, v. 26, n. 1, p. 34-53, 2017.

MACHADO, M. R. R.; GARTNER, I. R. A hipótese de Cressey (1953) e a investigação da ocorrência de fraudes corporativas: uma análise empírica em instituições bancárias brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 29, n. 76, p. 60-81, 2018.

MAES, V.; GUARIDO FILHO, E.; COSTA, M. C. Estratégias organizacionais de sustentabilidade e o contexto institucional: implicações a partir do discurso da mídia de negócios. **Revista Organizações em Contexto**, v. 14, n. 28, p. 93-121, 2018.

MAGIN, M. Shades of Mediatization: Components of Media Logic in German and Austrian Elite Newspapers (1949–2009). **The International Journal of Press/Politics**, v. 20, n. 4, p. 415-437, 2015.

MANNIG, R.; ANTEBY, M. Wrong paths to right: defining morality with or without a clear red line. In: PALMER, D.; SMITH-CROWE, K.; GREENWOOD, R. (Eds.). **Organizational wrongdoing: keys perspectives and new directions**. Cambridge University Press, 2016.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAXWELL, J. A. Causal explanation, qualitative research, and scientific inquiry in education. **Educational Researcher**, v. 33, n. 2, p. 3-11, 2004.

MCHUGH, S. Audio Storytelling Unlocking the Power of Audio to Inform, Empower and Connect. **Asia Pacific Media Educator**, v. 24, n. 2, p. 141-156, 2014.

MCLUHAN, M. Understanding Media, the Extensions of Man. New York: Signet Book, 1966.

MEDEIROS, C. R. O.; SILVEIRA, R. A. A Petrobrás nas teias da corrupção: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 31, p. 11-20, 2017.

MENA, S.; RINTAMÄKI, J.; FLEMING, P. SPICER, A. On the forgetting of corporate irresponsibility. **Academy of Management Review**, v. 41, n. 4, p. 720-738, 2016.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. San Francisco: A Wiley Imprint, 2009.

MEYER, J. W. Reflections on Institutional Theories of Organization. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; LAWRENCE, T. B.; MEYER, R. E. (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. 2. ed. Sage Publications, 2017.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MICHELSEN, M.; KROGH, M. Music, radio and mediatization. **Media, Culture & Society**, v. 39, n. 4, p. 520-535, 2016.

MODELL, S.; VINNARI, E.; LUKKA, K. On the virtues and vices of combining theories: The case of institutional and actor-network theories in accounting research. **Accounting, Organizations and Society**, v. 60, p. 62-78, 2017.

MOEZZI, M.; KANDA, K. J.; ROTMANN, S. Using stories, narratives, and storytelling in energy and climate change research. **Energy, Research & Social Science**, v. 31, p. 1-10, 2017.

MORSE, J. M.; BARRET, M.; MAYAN, M.; OLSON, K.; SPIERS, J. Verification Strategies for Establishing Reliability and Validity in Qualitative Research. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 1, n. 2, p. 13-22, 2002.

MULDER, A. Media. **Theory, Culture & Society**, v. 23, n. 2-3, p. 289-306, 2006.

O'NEILL, J. W. The role of storytelling in affecting organizational reality in the strategic management process. **Journal of Behavioral and Applied Management**, v. 4, n. 1, p. 4-18, 2002.

OCASIO, W.; RADOYNOVSKA, N. Strategy and commitments to institutional logics: Organizational heterogeneity in business models and governance. **Strategic Organization**, p. 1-23, 2016.

OLIVEIRA, C. R. Crimes Corporativos e Estudos Organizacionais: Uma Aproximação Possível e Necessária. **RAE**, v. 55, n. 2, p. 202-208, 2015.

OLSSON, E.; ERIKSSON, M. The logic of public organizations' social media use: Toward a theory of 'social mediatization'. **Public Relations Inquiry**, v. 5, n.2 p. 187-204, 2016.

OSEI-AMPONSAH, C.; PAASEEN, A. van; KLERKX, L. Diagnosing institutional logics in partnerships and how they evolve through institutional bricolage: *Insights* from soybean and cassava value chains in Ghana. **NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences**, 2017.

PALLAS, J.; FREDRIKSSON, M. WEDLIN, L. Translating Institutional Logics: When the Media Logic Meets Professions. **Organization Studies**, v. 37, n. 11, p. 1661-1684, 2016.

PALMER, D. **Normal organizational wrongdoing**: a critical analysis of theories of misconduct in and by organizations. Oxford University Press on Demand, 2012.

PALMER, D. The new perspective on organizational wrongdoing. **California Management Review**, v. 56, n. 1, p. 5-23, 2013.

PALMER, D.; SMITH-CROWE, K.; GREENWOOD, R. The imbalances and limitations of theory and research on organizational wrongdoing. In: PALMER, D.; SMITH-CROWE, K.; GREENWOOD, R. (Eds.). **Organizational wrongdoing**: keys perspectives and new directions. Cambridge University Press, 2016.

PENTLAND, B. T. Building process theory with narrative: from description to explanation. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 711- 724, 1999.

PEREIRA, F. A. M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Organizações em contexto**, v. 8, n. 16, p. 275-295, 2012.

POBERSCHNIGG, T. F. S.; MEDEIROS, C. R. O. Crime e corrupção: interpretações de internautas sobre o esquema de corrupção da Odebrecht. **Reuna**, v. 22, n. 2, p. 88-109, 2017.

POLÍCIA FEDERAL. **Operação Lava Jato**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>> Acesso em 12 de abril de 2018.

POLKINGHORNE, D. E. Narrative configuration in qualitative analysis. **Qualitative Studies in Education**, v. 8, n. 1, p. 5-23, 1995.

POLLNOCK, T. G.; MISHINA, Y.; SEO, Y. Falling stars: celebrity, infamy, and the fall from (and return to) grace. In: PALMER, D.; SMITH-CROWE, K.; GREENWOOD, R. (Eds.). **Organizational wrongdoing: keys perspectives and new directions**. Cambridge University Press, 2016.

RHODES, C.; BROWN, A. D. Narrative, organizations and research. **International Journal of Management Reviews**, v. 7, p. 167-188, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIESSMAN, C. K. **Narrative methods for the human sciences**. Sage Publications, 2008.

RITCHIE, J.; LEWIS, J. **Qualitative research practice: a guide for social Science students and researchers**. SAGE Publications, 2013.

ROCHA, P. M.; BOROSKI, M.; DE CARVALHO, F. C. Os Problemas da Presidência pela Perspectiva de Gênero: O Segundo Mandato de Dilma Rousseff na Cobertura Negativa das Revistas Brasileiras. **Revista Comunicação Midiática**, v. 12, n. 1, p. 83-99, 2017.

ROSINHA, Raul C. Política editorial: aspectos a considerar. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 17, n. 2, p. 249-258, 1989.

ROULEAU, L. Studying strategizing through narratives of practice. In: GOLSORKHI, D.; ROULEAU, L.; SEIDL, D.; VAARA, E. (Eds.). **Cambridge Handbook of Strategy as Practice – 2st Edition**. Cambridge University Press, 2015.

SAHLIN, K.; WEDLIN, L. Circulating Ideas: Imitation, Translation and Editing. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. Sage Publications, 2008.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. Sage, 2013.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations: ideas and interest**. 3. ed. Sage Publications, 2008.

SEAL, W.; MATTIMOE, R. The role of narrative in developing management control knowledge from fieldwork: A pragmatic constructivist perspective. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 13, n. 3, p. 330-349, 2016.

SHADNAM, M.; LAWRENCE, T. B. Understanding Widespread Misconduct in Organizations: An Institutional Theory of Moral Collapse. **Business Ethics Quarterly**, v. 21, p. 379-407, 2015.

SHENTON, A. K. Strategies for ensuring trustworthiness in qualitative research projects. **Education for information**, v. 22, n. 2, p. 63-75, 2004.

SHUMAN, A. Exploring Narrative Interaction in Multiple Contexts. In: HOLSTEIN, J. A.; GUBRIUM, J. F. (Eds.). **Varieties of Narrative Analysis**. SAGE Publications, 2012.

SIBIERSKA, M. Storytelling without telling: The non-linguistic nature of narratives from evolutionary and narratological perspectives. **Language & Communication**, v. 54, p. 47-55, 2017.

SINKOVICS, R. R.; ALFOLDI, E. A. Progressive focusing and trustworthiness in qualitative research. **Management International Review**, v. 52, n. 6, p. 817-845, 2012.

SINKOVICS, R. R.; PENZ, E.; GHOURI, P. N. Enhancing the trustworthiness of qualitative research in international business. **Management International Review**, v. 48, n. 6, p. 689-714, 2008.

SPEAR, S.; ROPER, S. Storytelling in organisations: supporting or subverting corporate strategy?. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 21, n. 4, p. 516-532, 2016.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Sage, 1995.

STAKE, R. E. **Qualitative research: studying how things work**. London: the Gilford Press, 2010.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TAKENS, J.; ATTEVELDT, W.; HOOF, A.; KLEINNIJENHUIS, J. Media logic in election campaign coverage. **European Journal of Communication**, v. 28, n. 3, p. 277-293, 2013.

THORNTON, P. H. Culture and Institutional Logics. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, v. 5, n. 2, p. 550-556, 2015.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W. Institutional Logics. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. Sage Publications, 2008.

VAARA, E. On the Discursive Construction of Success/Failure in Narratives of Post-merger Integration. **Organization Studies**, v. 23, n. 2, p. 211-248, 2002.

VAARA, E.; SONENSHEIN, S.; BOJE, D. Narratives as Sources of Stability and Change in Organizations: Approaches and Directions for Future Research. **The Academy of Management Annals**, 2015.

VAARA, E.; TIENARI, J. On the narrative construction of multinational corporations: an antenarrative analysis of legitimation and resistance in a cross-border merger. **Organization Science**, v. 22, n. 2, p. 370-390, 2011.

WAERAAS, A.; NIELSEN, J. A. Translation Theory 'Translated': Three Perspectives on Translation in Organizational Research. **International Journal of Management Reviews**, v. 18, p. 236-270, 2016.

WALDORF, S. B. Accounting for organizational innovations: Mobilizing institutional logics in translation. **Scandinavian Journal of Management**, v. 29, p. 219-234, 2013.

WEDLIN, L.; SAHLIN, K. The Imitation and Translation of Management Idea. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; LAWRENCE, T. B.; MEYER, R. E. (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. 2. ed. Sage Publications, 2017.

WHITTLE, A.; MUELLER, F.; MANGAN, A. Storytelling and 'Character': Victims, Villains and Heroes in a Case of Technological Change. **Organization**, v. 16, n. 3, p. 425-442, 2009.

ZUCKER, L. G. Institutional theories of organization. **Annual Review of Sociology**, v. 13, p.443-464, 1987.

ZUCKER, L. G. The Role of Institutionalization in Cultural Persistence. **American Sociological Review**, v. 42, n.5, p. 726-743, 1977.

APÊNDICE – REFERÊNCIAS DAS REPORTAGENS UTILIZADAS

AULER, M. As marca da Lava Jato. **Carta Capital**, p. 1-18, 2016.

BARROCAL, A. A clara definição de um complô. **Carta Capital**, v. 892, p. 1-13, 2016.

BARROCAL, A. A súmula Hoffmann. **Carta Capital**, v. 859, p. 1- 9, 2015.

BARROCAL, A. BEIRANGÊ, H. O senador, o banqueiro, o pecuarista. **Carta Capital**, v. 830, p. 1-18, 2015.

BARROCAL, A. Oportunista e inútil. **Carta Capital**, v. 817, p. 1-9, 2014.

BARROCAL, A.; MARTINS, R. A força do caos. **Carta Capital**, p. 1-12, 2016.

BARROCAL, A.; SERAPIÃO, F. O pagador de propina. **Carta Capital**, v. 796, p. 1-9, 2014.

BONIN, R. “Nunca tinha visto tanto dinheiro”. **Veja**, v. 2386, p. 1-9, 2014.

BONIN, R. Eles sabiam de tudo. **Veja**, v. 2397, p. 1-10 2014.

BONIN, R. O cofre de Pandora. **Veja**, v. 2394, p. 1-7, 2014.

BONIN, R. Os favores do empreiteiro. **Veja**, v. 2423, p. 1-12, 2015a.

BONIN, R. Segredos devastadores. **Veja**, v. 2436, p. 1-12, 2015b.

BONIN, R.; RANGEL, R.; PEREIRA, D. Um poço de suspeitas. **Veja**, v. 2366, p. 1-12, 2014.

BORGES, L. O “dia D” da Lava-Jato. **Veja**, v. 2572, p. 1-6, 2018.

BRONZATTO, T.; BONIN, R.; MARQUES, H. Fulminado. **Veja**, v. 2527, p. 1-10, 2017.

CARTA, M. Brasil, Capital Curitiba. **Carta Capital**, 1-12, 2016a.

CARTA, M. A crise é mental. **Carta Capital**, p.1-6, 2016b.

COMBRA, M. A opinião pública na crise. **Carta Capital**, v., p. 1-4, 2016.

DRUMMOND, C. Derrapada controlada. **Carta Capital**, v. 703, p. 1-6, 2014b.

DRUMMOND, C. Em plena tempestade. **Carta Capital**, v. 832, p. 1-8, 2015a.

DRUMMOND, C. Impasse no abismo. **Carta Capital**, v. 839 , p. 1-15, 2015b.

DRUMMOND, C. Uma pedra no caminho. **Carta Capital**, v. 792, p. 1-4, 2014a.

FILGUEIRAS, M. L. O risco Odebrecht. **Exame**, v. 1093, n.13, p. 1-18, 2015.

FILGUEIRAS, M. L.; BÔAS, B. V. Não vai sair barato. **Exame**, v. 1079, n. 23, p. 1-17, 2014.

FURLAN F. Fim? **Exame**, v. 1109, n. 5, p. 1-11, 2016.

FURLAN, F.; FILGUEIRAS, M. L.; BAUTZER, T. Vai parar de vez? **Exame**, v. 1081, p. 1-16, 2015.

FURLAN, F.; PÁDUA, L. A queda do oligarca. **Exame**, v. 1131, n. 3, p, 1-19, 2017.

GODOY, D. A Odebrecht e o futuro. **Exame**, v. 1164, p. 20-33, 2018.

LETHBRIDGE, T.; NAPOLITANO, G.; FILGUEIRAS, M. L. O fim de um mito? **Exame**, v. 1103, n. 23, p. 1-21, 2015.

MORO, S. Castigo para o crime. **Exame**, v. 1114, n. 10, p. 1-9, 2016.

PADUAN, R.; RODRIGUES, A. Ela pode salvar a Petrobras? **Exame**, v. 1062, n. 6, p. 1-18, 2014.

PEREIRA, D. Lula comandava o esquema. **Veja**, v. 2470, p. 1-6, 2016.

PEREIRA, D.; BONIN, R. Corrupção em águas profundas. **Veja**, v. 2448, p. 1-10, 2015b.

PEREIRA, D.; BONIN, R. O homem da mochila. **Veja**, v. 2412, p. 1-10, 2015a.

PEREIRA, D.; BONIN, R. O último capítulo. **Veja**, v. 2474, 2016.

PEREIRA, D.; BRONZATTO, T. O pecado original. **Veja**, v. 2507, p. 1-8, 2016.

PETRY, A. A cabeça de Moro. **Veja**, v. 2458, p. 1-15, 2015.

RANGEL, R. Meio desabafo, meio ameaça. **Veja**, v. 2408, p. 1-8, 2015.

RANGEL, R. O núcleo atômico da delação. **Veja**, v. 2393, p. 1- 9, 2014a.

RANGEL, R. Revelações de estarrecer. **Veja**, v. 2395, p. 1- 8, 2014b.

RANGEL, R.; BONIN, R.; MEGALE, B. Todos contra todos. **Veja**, v. 2411, p. 1-12, 2015.

RANGEL, R.; MARQUES, H. O objetivo é o caixa dois. **Veja**, v. 2369, p. 1-9, 2014^a.

RANGEL, R.; MARQUES, H. O golpe no clube do bilhão. **Veja**, v. 2400, p. 1-8, 2014b.

SERAPIÃO, F. A operação das operações. **Carta Capital**, v. 829, p. 1-9, 2014.

SERAPIÃO, F. O fiel delator. **Carta Capital**, v. 858, p. 1-4, 2015a.

SERAPIÃO, F. O resto do iceberg. **Carta Capital**, v. 833, p. 1-10, 2015b.

STEFANO, F. A Lava Jato caiu no mundo. **Exame**, v. 1111, n. 7, p. 1-12, 2016.

VIEIRA, R. Operação limpa-barra. **Exame**, v. 1110, n. 6, p. 1-10, 2016.